



Finibanco, SA

RELATÓRIO E CONTAS 2009

Finibanco, SA

Sede Social: Rua Júlio Dinis, 157 Apartado 4573 4050-323 Porto

Capital Social € 160.000.000 Cons. Reg. Com. do Porto e Pes. Colect. Nº 505 087 286

Índice

	Órgãos Sociais
	Apresentação do Relatório
	Relatório de Gestão
1	Enquadramento Macroeconómico
1.1	Economia Internacional
1.1.1	Estados Unidos da América do Norte (EUA)
1.1.2	Zona Euro
1.1.3	Países Emergentes e em Desenvolvimento
1.2	Enquadramento Nacional
1.3	Política Monetária
1.4	Mercado de Capitais
2	Actividade
2.1	Linhas Gerais de Acção
2.2	Modelo de Negócio
2.3	Banca Comercial
2.3.1	Banca de Empresas
2.3.2	Banca de Negócios e Particulares
2.4	Mercado de Capitais
2.5	Área Financeira e Internacional
2.6	Gestão do Risco
2.7	Área de Operações e Sistemas de Informação
2.8	Recursos Humanos
2.9	Análise Económica e Financeira
2.9.1	Balanço
2.9.2	Conta de Resultados
2.9.3	Perspectivas Futuras
3	Declarações dos Membros do Conselho de Administração
4	Aplicação de Resultados
5	Nota Final
	Demonstrações Financeiras
	Notas às Demonstrações Financeiras
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
	Anexos
	Participações dos Membros dos Órgãos de Administração
	Participações Qualificadas
	Acções Próprias

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

<i>Presidente</i>	Antonio Joaquim de Matos Pinto Monteiro
<i>Vice-Presidente</i>	Pedro Canastra de Azevedo Maia
<i>Secretário</i>	Mário Paulo Ramos Caetano Pereira

Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Vago, desde 4 Novembro 2009, por falecimento de Álvaro Pinho da Costa Leite
<i>Vice-Presidente</i>	Humberto da Costa Leite
<i>Vogal</i>	Armando Esteves
<i>Vogal</i>	Artur de Jesus Marques
<i>Vogal</i>	Joaquim Mendes Cardoso

Conselho Fiscal

<i>Presidente</i>	José Rodrigues de Jesus
<i>Vogal Efectivo</i>	António Monteiro de Magalhães
<i>Vogal Efectivo</i>	Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
<i>Vogal Suplente</i>	Viriato Marques da Silva Arrojado

Revisor Oficial de Contas

<i>Efectivo</i>	Ernst & Young Audit & Associados SROC, SA representada por Ana Rosa Salcedas Montes Pinto
<i>Suplente</i>	Rui Abel Serra Martins (ROC)

Apresentação do Relatório

Em quatro de Novembro de 2009, quis o destino privar-nos da companhia do nosso Presidente do Conselho de Administração, Álvaro Pinho da Costa Leite, situação que muito nos penalizou. Ficámos a partir de então impedidos de beneficiar do conforto da sua palavra amiga, do seu conselho esclarecido e do contributo da intuição nata de que dispunha para o mundo dos negócios.

Por tal motivo, permita-me que inicie esta Apresentação com uma breve menção à saudade que em todos nós deixou e ao preito de homenagem que é da mais elementar justiça prestar-lhe, no momento da apresentação do relatório de gestão e das contas do último exercício em que presidiu aos destinos desta Instituição que criou, que acarinhou e a que nos cumpre dar continuidade.

Feita a reverência, debrucemo-nos então sobre a actividade do Finibanco no exercício de 2009, cumprindo o que sobre a matéria dispõe o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e o Contrato de Sociedade.

Em termos de estrutura, refira-se a deliberação tomada, por não se terem confirmado as expectativas de negócio, de apresentar à SDM-Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, SA competente requerimento com vista ao encerramento da Sucursal Financeira Exterior, naquela Região Autónoma, o que se verificou com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2009.

Para garantir o natural desenvolvimento dos negócios e para assegurar os níveis superiormente estabelecidos para os rácios de solvabilidade, processou-se o aumento do capital social do Finibanco, de 120 milhões para 160 milhões de euros, mediante a emissão de 40 milhões de novas acções, do valor nominal de 1 euro cada, sem prémio de emissão, aumento totalmente subscrito, realizado e pago pelo Accionista único Finibanco-Holding.

Ainda com a mesma finalidade de suportar o desenvolvimento dos negócios e de melhorar o rácio de solvabilidade, foi decidido também proceder à emissão de valores mobiliários perpétuos subordinados, com juros condicionados, emissão que se processou no início de 2010 e da qual foram colocados 15 milhões de euros.

A economia portuguesa mostrou já no final do exercício indícios de recuperação, mas mantendo a evidência de grande debilidade. As empresas e as famílias continuaram a manifestar dificuldades acrescidas em cumprir com os compromissos assumidos e este facto reflectiu-se no nível de provisionamento e, naturalmente, nos resultados obtidos.

Conscientes da situação do mercado, tomaram-se atempadamente algumas medidas tendentes a amenizar os efeitos negativos da crise instalada, parte delas já previstas no Programa CRESCERE, iniciado em 2008, que integrava um conjunto de projectos visando propósitos de crescimento, rentabilidade, eficiência e sustentabilidade.

Através deste Programa:

- Introduziram-se alterações significativas na estrutura comercial e deram-se importantes passos para a implementação do *Factoring*;
- Consciencializaram-se as equipas para a adopção de métodos de trabalho eficazes e para a dinâmica a usar na acção comercial, com vista à obtenção do êxito, através de adequadas acções de formação;
- Promoveu-se um encontro de quadros com o objectivo de alargar competências de liderança e de reforçar o espírito de equipa;
- Desenvolveram-se acções de formação, que abrangeram todos os colaboradores, para garantir a interiorização do sentimento de competência, do orgulho de pertença, de consciência corporativa, de espírito de cooperação e iniciativa e de abertura ao processo de mudança.

De entre os vários projectos, merecem breve referência os seguintes, pelo interesse de que se revestem:

O projecto Inovação, que visa estimular as vertentes crítica e criadora dos colaboradores do Grupo, no sentido da procura de soluções inovadoras, na introdução de melhorias na qualidade do serviço prestado, na busca da satisfação dos clientes, no aumento de proveitos e na redução de custos. Foi para o efeito criado um espaço na *Finweb*, para apresentação de sugestões, devidamente identificadas e estruturadas, e foi nomeado um júri para apreciar as ideias apresentadas e premiar as melhores. Os resultados obtidos foram francamente animadores.

O projecto de dinamização comercial que introduziu alterações significativas na estrutura comercial, na dinâmica e nos métodos de trabalho e que se tem traduzido em melhorias significativas nos níveis de efectividade e eficácia das redes.

A proposta de Missão, Visão e Valores, que tem por objectivo criar na Instituição um ambiente propício ao escrupuloso cumprimento dos compromissos assumidos com clientes, fornecedores, colaboradores e accionistas, garantir que os negócios sejam realizados de forma clara e transparente, assegurar a reserva de confidencialidade em todas as transacções e contactos e promover elevado sentido de missão e compromisso mútuo em todas as equipas e ambientes de trabalho.

O projecto Academia de Formação Finibanco, que se pretende desenvolver em parceria com o INETESE, e compreende um plano de formação a seis anos, com avaliação curricular, para incrementar competências específicas, comerciais e de suporte ao negócio, e também competências avançadas, em áreas técnicas e de coordenação.

Por fim, de referir o lançamento da actividade de *factoring*, a reestruturação da área de meios de pagamento e a iniciativa tomada de promover um inquérito junto dos utilizadores do serviço Finibanco *Online Particulares* – Banca Telefónica e *Homebanking*, através do qual se constatou um elevado nível de satisfação, sendo a rapidez e a segurança, no *homebanking*, e a rapidez e o rigor da informação prestada, na Banca Telefónica, os atributos considerados como mais importantes.

Certamente, é ainda cedo para contabilizar os resultados de todas estas acções, pois sabe-se que os seus efeitos não surgem no imediato. Estamos porém esperançados de que elas constituirão os alicerces do desenvolvimento que se espera para a nossa Instituição, porque a vontade de vencer as dificuldades, a perseverança perante os desafios em presença e a coragem para enfrentar o futuro, são características do Programa CRESCERE que continuarão a propagar-se a todos os colaboradores.

Não obstante as medidas enumeradas, tomadas umas já e em desenvolvimento outras, os resultados registados no exercício não evoluíram ainda no sentido positivo, como era nosso desejo.

Humberto da Costa Leite
Presidente da Comissão Executiva

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Enquadramento Macroeconómico

1.1 Economia Internacional

O ano de 2009 foi marcado por um quadro recessivo a nível mundial sem precedentes na história recente, em que as economias avançadas foram as que mais sofreram em termos de quebra da actividade económica, em consequência dos efeitos agravados associados a mercados residenciais maduros e a sistemas financeiros mais complexos e com maior peso na actividade económica. Os países emergentes ou em desenvolvimento passaram igualmente por momentos complicados, mas não tão difíceis quanto em similares posições cíclicas da história contemporânea, mantendo em alguns casos significativas taxas de crescimento económico.

<i>Projeções para a economia mundial (taxas de variação, em %)</i>			
	2008	2009e	2010p
PIB Mundial	3,0	-0,8	3,9
Economias Avançadas	0,5	-3,2	2,1
Área Euro	0,6	-3,9	1,0
EUA*	0,4	-2,4	2,7
Países Emergentes e em Desenvolvimento	6,1	2,1	6,0
China	9,6	8,7	10,0
Volume do Comércio	2,8	-12,3	5,8
Importações			
Economias Avançadas	0,5	-12,2	5,5
Países Emergentes e em Desenvolvimento	8,9	-13,5	6,5
Exportações			
Economias Avançadas	1,8	-12,1	5,9
Países Emergentes e em Desenvolvimento	4,4	-11,7	5,4
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	3,4	0,1	1,3
Países Emergentes e em Desenvolvimento	9,2	5,2	6,2

Fontes: FMI; World Economic Outlook, actualização de Janeiro 2010; * Bureau of Economic Analysis para 2009

Globalmente, 2009 foi o primeiro ano de redução da actividade económica a nível mundial, desde que existem dados comparáveis, pelo que vai ficar na história como o ano da Grande Recessão, termo utilizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em alusão à Grande Depressão do século passado.

A fase de maior incerteza foi atingida no primeiro trimestre do ano, período em que o ritmo de deterioração das condições económicas, em especial ao nível da produção industrial e das trocas comerciais, superou o observado em equivalente fase cíclica da Grande Depressão. Posteriormente o sentimento começou a mudar, em grande medida em consequência dos generosos estímulos fiscais e monetários à actividade económica. Primeiro com o acentuado abrandamento do ritmo de deterioração das condições económicas e o alívio da crise de liquidez e, ao aproximar do fim do ano, com o início de um novo ciclo económico na generalidade dos países de referência.

Alemanha, França e Japão, bem como diversos países de menor peso no seio da zona euro, foram os primeiros a sair da recessão técnica, ao voltarem a crescer no segundo trimestre do ano. No trimestre seguinte foi a vez dos EUA e da Itália retomarem o caminho da expansão. Até à data apenas alguns países como a Espanha e a Grécia ainda não registam taxas de crescimento positivas do produto interno bruto (PIB). Os países emergentes e em desenvolvimento deverão ter crescido 2,1% em 2009, com a China a passar praticamente incólume pela crise, mantendo taxas de crescimento económico próximas dos dois dígitos, enquanto outros países emergentes atravessam dificuldades, mas não tão elevadas como as que sentiram no início da década de 90. Esta dinâmica acelerou a progressão da China na hierarquia mundial, sendo que as estimativas actuais apontam para que ascenda ao segundo lugar em 2010, ultrapassando o Japão.

A intensidade com que a crise se fez sentir em cada economia pode ser explicada pela diferença nas respostas de política e, sobretudo, pelo posicionamento face a três vectores.

Em primeiro lugar, a maturidade do mercado de habitação. A rápida expansão da construção resultou no incremento da oferta para além do razoável e no aparecimento de uma bolha especulativa, características que ampliaram a duração e os efeitos contraccionistas da crise. Espanha, por exemplo, terminou o ano de 2009 ainda em recessão técnica.

Em segundo, a dimensão do sistema financeiro e o grau de exposição aos activos tóxicos. O caso islandês é o mais extremo, na medida em que houve a falência do próprio país. O Reino Unido é igualmente um bom exemplo, já que é detentor de um avançado sistema financeiro, de elevada complexidade e de superior peso na economia. Como resultado, o Reino Unido entrou em crise mais cedo e saiu da recessão técnica mais tarde do que a generalidade dos seus parceiros continentais. Por oposição, menores sofisticação e peso do sector financeiro na actividade económica terão contribuído para o menor impacto da crise nos países em desenvolvimento.

Por último, a posição da balança de transacções correntes (BTC). Se até 2007 se assistiu a um fenómeno de agravamento dos desequilíbrios a nível global, com progressivo distanciamento entre os países com excedente da BTC e os países deficitários, a crise acabou por ser o catalisador de uma correcção temporária dos desequilíbrios das contas externas, pressionando em baixa tanto os excedentes como os défices. Em termos médios, os países mais desenvolvidos com posições excedentárias, como o Japão e a Alemanha, viram os excedentes da BTC reduzidos em 2,6 pontos percentuais (pp), entre 2007 e 2009, enquanto os países mais deficitários, isto é com défice da BTC superior a 5%, de que são exemplo os EUA e Portugal, contabilizaram uma melhoria média do saldo da BTC de 2,3pp. Os países com défice da BTC inferior a 5% não evidenciaram uma tendência definida. Ao nível dos países em desenvolvimento a tendência é similar, observando-se, por exemplo, uma diminuição do excedente chinês.

Refira-se que, o saldo dos efeitos da crise financeira e económica em matéria das contas externas da zona euro acabou por ser bastante reduzido, na medida em que o défice da BTC recuou marginalmente para 1,0% do PIB.

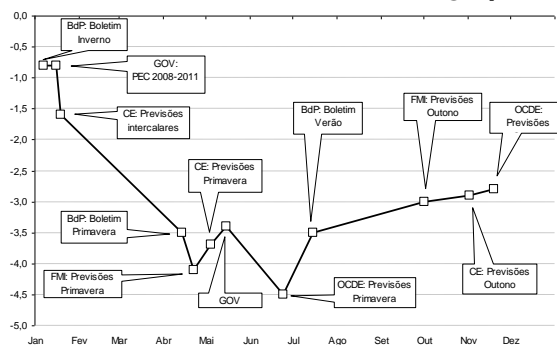
A falta de dinamismo económico, o excesso de capacidade instalada, a incapacidade de fixação de preços por parte das empresas e o efeito de base nos preços das matérias-primas configuraram um cenário de total ausência de pressões inflacionistas ao longo do ano e, inclusivamente, elevaram os riscos de deflação em algumas economias, em especial na primeira metade do ano. Portugal, entre outros países, finalizou ano com taxas de inflação negativas, o que deve ser entendido no âmbito do processo desinflationista iniciado no ano anterior e não como indício de um ciclo deflacionista.

Da Grande Recessão à Grande Estabilização

No espaço de 12 meses, o mundo passou de uma situação de crise extrema, pautada pela falta de liquidez do sistema financeiro e pela virtual paragem da actividade transformadora e do comércio internacional, para uma situação de estabilidade e de início de um novo ciclo económico. Este volte face em tão pouco tempo é invulgar, o que levou alguns especialistas a se referirem a 2009 como o ano da “Grande Estabilização”.

As estimativas de crescimento económico apresentadas ao longo de 2009 pelas principais instituições económicas internacionais, como o FMI, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou a Comissão Europeia (CE), ilustram a rapidez de deterioração das condições económicas nos primeiros meses do ano, bem como o posterior caminho para a recuperação.

Evolução das estimativas de crescimento de Portugal para 2009 (em %)

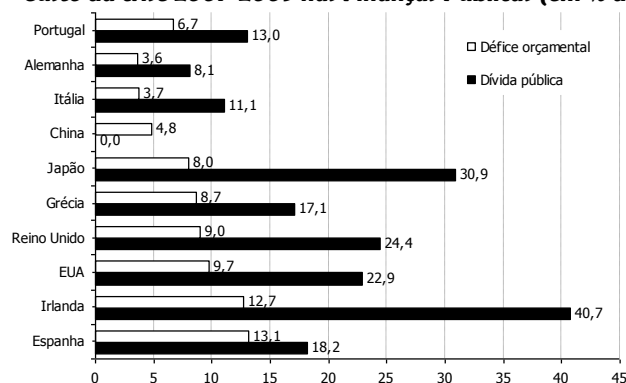


Fonte: Finibanco; Banco de Portugal (BdP); Governo português (GOV); OCDE; FMI; CE

Usando o exemplo português, constatamos uma acentuada revisão em baixa das estimativas de crescimento para 2009 na primeira metade do ano, com a estimativa mais negativa a ser apresentada pela OCDE no final de Junho (de -4,5%), assistindo-se posteriormente a um progressivo desanuviamento do cenário prospectivo – a OCDE altera a sua previsão para -2,8%, a 19 de Novembro. Estas linhas gerais são comuns à generalidade dos países e para o biênio 2009/2010.

O ressurgir da actividade económica a nível global foi largamente influenciada por factores temporários, designadamente a inversão do ciclo de existências e, sobretudo, o funcionamento dos estabilizadores automáticos e os massivos programas de incentivo fiscal ao crescimento, o que teve os seus custos. O aumento da despesa pública, num contexto de descida das receitas fiscais, conduziu à rápida e acentuada deterioração das finanças públicas, com aumento dos défices orçamentais e subida significativa do rácio da dívida pública sobre o PIB, sendo que a remoção deste suporte pode conduzir a uma recaída da actividade económica.

Custo da crise 2007-2009 nas Finanças Públicas (em % do PIB)



Nota: Os valores referem-se à deterioração dos respectivos rácios de 2007 para 2009

Fonte: Ministério das Finanças; Relatório do Orçamento do Estado para 2010; Comissão Europeia; Previsões Económicas de Outono de 2009

Entre 2007 e 2009 a deterioração das finanças públicas foi uma constante a nível global, fazendo-se sentir mais intensamente nos países desenvolvidos, onde o agravamento dos rácios do déficit orçamental e da dívida pública no PIB atingiram valores médios de 7,8pp e 20,7pp, respectivamente, por oposição a uma evolução mais moderada da posição orçamental nos países em desenvolvimento, onde os mesmos rácios contabilizaram incrementos de 5,4pp e 1,4pp, respectivamente. O caso irlandês é particularmente singular, uma vez que a dívida pública quase triplicou entre 2007 e 2009, crescendo de 25,1% para 65,8% do PIB, enquanto a execução orçamental passou de excedentária para um déficit de 12,5%, no mesmo período.

Este aumento das necessidades de financiamento dos vários Estados soberanos está a aumentar os níveis de volatilidade e a tornar-se num novo foco de instabilidade do sistema financeiro. Diversos países, Portugal incluído, foram objecto de redução de notação de risco de crédito, o que se repercute no aumento dos custos de endividamento e, concomitantemente, no agravamento dos desequilíbrios orçamentais.

1.1.1 Estados Unidos da América do Norte (EUA)

Nos EUA, a deterioração das condições económicas foi especialmente vincada no primeiro trimestre do ano, período em que a produção do país caiu 1,6%, estimando-se que o fundo da recessão tenha sido atingido no trimestre seguinte, período em que o PIB apresentou uma contracção homóloga de 3,8%. O terceiro trimestre marca o regresso ao crescimento económico e o fim da recessão técnica, tendência confirmada pela generalização e aceleração do crescimento no trimestre seguinte.

Em termos anuais, as estimativas apontam para que o país tenha contabilizado uma contracção de 2,4%, a mais elevada desde a reconversão da economia de guerra, em 1946, na medida em que a redução do consumo e do investimento privado foi apenas mitigada pelo incremento dos gastos do Estado e pela superior diminuição das importações, face às exportações.

Analisando as várias componentes da procura, o investimento foi aquela que afectou mais negativamente a taxa de crescimento do PIB, ao conjugar a redução de 100 mil milhões de dólares de existências com a descida de 18,4% da formação bruta de capital fixo (FBCF), que resultou na descida de 23,5% do investimento total. O recuo da FBCF foi generalizado, com as descidas a oscilarem entre 17% no investimento em equipamentos e software e 20,4% no investimento residencial.

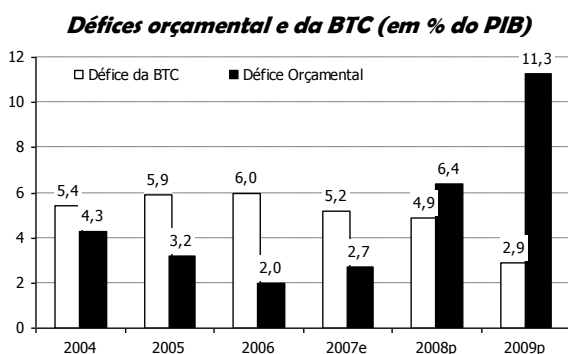
Refira-se que, a construção residencial está em contracção desde 2006, ou seja antes do despoletar da crise do mercado imobiliário de risco no Verão de 2007, sendo que o seu peso desceu de 6,2% para 2,8% do PIB durante o processo em curso.

Tal como em outras economias, o consumo privado foi um elemento de estabilidade ao longo do período recessivo, em especial ao nível do consumo de serviços, já que este aumentou marginalmente em 2009 e contribuiu para a reduzida taxa de contracção do consumo privado. Os automóveis são outro elemento em destaque, ao encetarem uma robusta recuperação nos meses de Verão, beneficiando do impulso do estímulo fiscal à troca de automóvel.

O comércio internacional foi a componente da despesa com maior amplitude de variação. As exportações e as importações caíram 9,2% e 14,2%, respectivamente, no primeiro semestre, encetando de seguida uma recuperação em linha com a redução da incerteza e o início de um novo ciclo económico a nível global.

Em ambos os momentos, as importações apresentaram variações mais extremas, pelo que a procura externa líquida contribuiu positivamente para a taxa de crescimento no primeiro semestre e o inverso aconteceu no segundo semestre. No primeiro semestre, destaque para a diminuição da factura energética, reflexo da redução do preço médio do barril de petróleo importado e de uma maior moderação no consumo. De acordo com as estatísticas do Departamento de Energia norte-americano, o consumo de energia atingiu o pico em 2005, não se antecipando o retorno a esses níveis. No cômputo do ano, o saldo da evolução do comércio resultou na contribuição positiva de 1,08pp para a taxa de crescimento do PIB.

O recuo do défice comercial em bens e serviços mitigou o aumento das necessidades de financiamento da economia, em face do agravamento do défice orçamental. Ainda assim, as estimativas indicam que estes défices gémeos superem os 14% e os 16% do PIB em 2009 e 2010, respectivamente, conjuntura usualmente associada a crises cambiais e que permite perspectivar a manutenção de elevados níveis de volatilidade no mercado cambial.



Fonte: Comissão Europeia; Previsões Económicas de Outono de 2009

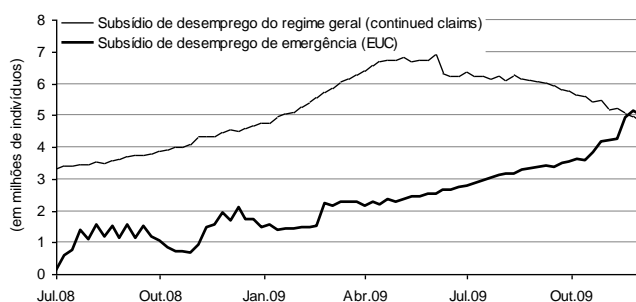
Os estímulos fiscais e monetários, em simultâneo com o funcionamento e alargamento dos estabilizadores automáticos, elevaram os gastos do Estado para níveis inimagináveis apenas há dois anos atrás. O défice orçamental ascendeu a 11,3% do PIB, em 2009, valor que poderá ser ultrapassado em 2010 – as previsões actuais oscilam entre os 10% e os 14% do PIB.

A Administração Obama aprovou a Lei de Recuperação e de Reinvestimento (American Recovery and Reinvestment Act, ARRA), a qual prevê um incremento da despesa pública de 787 mil milhões de dólares, equivalente a cerca de 5,5% do PIB de 2009, repartido por um período de 10 anos, com o grosso da despesa a ser realizada no biénio de 2009/2010. Deste, $\frac{1}{4}$ do incentivo fiscal previsto refere-se a cortes de impostos, enquanto o remanescente é essencialmente dedicado a projectos de infraestruturas.

As medidas mais mediáticas preconizadas pelo referido plano são o “dinheiro pelo chaço” (cash for clunkers) e o crédito fiscal à compra da primeira habitação. Ambos os programas foram um sucesso, a julgar pela adesão que obtiveram. O “dinheiro pelo chaço” estimulou as vendas de automóveis nos meses de Verão, tendo terminado em Agosto com a exaustão prematura dos 3 mil milhões de dólares de orçamento. O crédito fiscal à compra da primeira habitação foi determinante para estabilizar e estimular o mercado residencial, tendo sido prolongado até Abril de 2010 e alargado de modo a passar a incluir a mudança de habitação, dentro de determinados parâmetros.

A assistência social e o apoio à educação e aos desempregados foram igualmente motivo de medidas específicas. Ao nível da protecção aos desempregados, e em face da invulgar duração da corrente recessão, foram alargados os programas especiais, designadamente o subsídio de desemprego de emergência (EUC), regime de excepção que prevê o pagamento do subsídio de desemprego por um período adicional, o qual actualmente pode ir até um máximo de 33 semanas. No dia 6 de Novembro, o Presidente Obama aprovou legislação com o intuito de alargar por mais 20 semanas o EUC em Estados cuja taxa de desemprego seja igual ou superior a 8,5%.

Evolução comparativa da adesão ao EUC



Fonte: Reuters EcoWin

O número de inscritos no EUC e noutros regimes especiais supera já o número de pedidos de emprego acumulados nos centros de emprego, ao abrigo do regime geral, ou seja, está a agravar-se o problema do desemprego de longa duração e estão a criar-se condições para o aumento das tensões sociais. Considerando os dois regimes, cerca de 10 milhões de norte-americanos beneficiavam do subsídio de desemprego no final de 2009.

Não obstante a recessão técnica ter terminado no terceiro trimestre, o Gabinete Nacional de Estudos Económicos (NBER), entidade responsável pela datação e classificação dos ciclos económicos, ainda não anunciou o fim oficial da recessão iniciada em Dezembro de 2007, uma vez que este organismo segue uma definição mais abrangente, a qual toma em conta outros factores para além do crescimento económico, em especial a criação de emprego.

Neste particular, as mais recentes evidências mostram que as empresas continuam a não apostar em novas contratações e indiciam que as mesmas permanecem descrentes quanto à magnitude e à sustentação do processo de recuperação em curso.

Em 2009 foram destruídos 4 milhões e 781 mil postos de trabalho, número que se eleva para 8 milhões e 334 mil (ou 6,0% do emprego) quando atentando aos dados desde o início da recessão. Estes níveis de destruição de emprego apenas encontram paralelo, em termos percentuais e absolutos, na situação de calamidade que resultou da Grande Depressão do século passado.

Recessão: Perda de emprego por sector

	Emprego em		Destruição de empregos		
	Nov.07	Dez.09	Número	Média/mês	% do total
Produção de Bens	22 015	17 906	4 109	164	18,7%
Extractivas	735	677	58	2	7,9%
Construção	7 535	5 700	1 835	73	24,4%
Transformadora	13 745	11 529	2 216	89	16,1%
Duradouros	8 713	7 032	1 681	67	19,3%
Não-duradouros	5 032	4 497	535	21	10,6%
Serviços	115 866	111 641	4 225	169	3,6%
Transporte, comércio e utilities	26 718	24 627	2 091	84	7,8%
Comércio por grosso	6 043	5 557	487	19	8,1%
Comércio a retalho	15 566	14 357	1 209	48	7,8%
Transporte e armazenamento	4 553	4 155	398	16	8,7%
Utilities	556	559	-3	0	-0,6%
Informação	3 025	2 753	272	11	9,0%
Actividades financeiras	8 234	7 659	575	23	7,0%
Serviços profissionais	18 005	16 486	1 519	61	8,4%
Educação e saúde	18 516	19 339	-823	-33	-4,4%
Desporto e tempos livres	13 529	12 983	546	22	4,0%
Outros serviços	5 509	5 314	195	8	3,5%
Governo	22 330	22 480	-150	-6	-0,7%
<i>Por memória</i>					
<i>Serviços privados</i>	<i>93 536</i>	<i>89 161</i>	<i>4 375</i>	<i>175</i>	<i>4,7%</i>
<i>Trabalhadores temporários</i>	<i>2 566</i>	<i>1 920</i>	<i>646</i>	<i>26</i>	<i>25,2%</i>
TOTAIS	137 881	129 547	8 334	333	6,0%

Fonte: Reuters EcoWin; Finibanco

O mercado de emprego evoluiu favoravelmente ao longo do ano, mostrando uma progressiva tendência de estabilização. Numa primeira fase, a criação de empregos públicos mitigou a perda de emprego total, sendo que esta situação se inverteu no final do ano.

No quarto trimestre, as empresas de prestação de serviços de “trabalhos temporários” aumentaram os seus efectivos, em quase 200 mil, indiciando que as empresas voltaram a ter necessidades de mão-de-obra adicional mas que, por agora, preferem recorrer a serviços externos por oposição a efectuar contratações para os quadros.

A falta de oportunidades desmotivou muitos norte-americanos que, ao deixarem de procurar activamente emprego, engrossaram o número de desencorajados e de outros indivíduos marginalmente ligados ao mercado de emprego. Este acréscimo foi limitado pela criação de programas especiais de protecção aos desempregados. Ainda assim, a taxa de desemprego fechou o ano nos 10,0%, 3,6 pp acima do valor observado no mês homólogo de 2008 e apenas a 0,7 pp do máximo histórico desta série, iniciada em 1948.

1.1.2 Zona Euro

A economia da zona euro entrou em 2009 já em recessão técnica, após a quebra do PIB nos três últimos trimestres de 2008, situação que se agravou nos primeiros meses do ano e que determinou a quebra da actividade no espaço euro em 2009, estimada em 3,9%.

No entanto, tal como as condições financeiras e o comércio internacional, também a actividade económica da zona euro encetou um processo de recuperação no final do primeiro semestre, deixando para trás aquela que foi a mais profunda e prolongada recessão na história da União Europeia.

A diminuição da actividade económica teve um forte impacto no mercado de trabalho, na medida em que aumentou a pressão sobre os resultados das empresas e que, face ao excesso de capacidade produtiva instalada e à falta de mercados para os bens e serviços, acelerou o processo de redução de custos ou mesmo de falência, resultando em qualquer dos casos em quebra de emprego.

De acordo com as estimativas da CE, o número de postos-de-trabalho caiu 2,3%, com a Irlanda e a Espanha a contabilizarem as maiores quebras relativas, conduzindo a um aumento da taxa de desemprego, de 8,2% em Dezembro de 2008 para 10,0% no mês homólogo de 2009. Tal como no ano anterior, a Alemanha foi o país que mostrou uma maior resiliência, contabilizando uma reduzida quebra do emprego e a mais modesta subida da taxa de desemprego de todas as economias avançadas, de 0,4pp para 7,7%.

Ao nível da estabilidade de preços, a inflação, aferida pela variação homóloga do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), manteve a tendência descendente iniciada no ano anterior, tendo atingido um mínimo de -0,7% em Julho. No entanto, o fim do Verão marcou o início de uma nova dinâmica de aumento dos preços no consumidor, sendo que a variação homóloga do IHPC fechou o ano em 0,9%, acompanhando a evolução dos preços das matérias-primas, em geral, e do petróleo, em particular.

Excluindo o preço da energia do cálculo dos preços, estes apresentaram uma gradual descida ao longo do ano, com a sua variação homóloga a oscilar entre o máximo de 1,8% de Janeiro e o mínimo de 1% de Outubro a Dezembro, contabilizando um acréscimo médio anual de 1,3%, valor um ponto percentual acima do observado para o índice geral.

1.1.3 Países Emergentes e em Desenvolvimento

De acordo com o FMI, a taxa de crescimento das economias emergentes e em desenvolvimento abrandou de 6,1% em 2008 para 2,1% em 2009, com a China e a Índia a manterem altas taxas de crescimento, como resultado da elevada competitividade e dos investimentos públicos efectuados, os quais visaram essencialmente criar infraestruturas e promover a procura interna.

O ritmo de crescimento da China deverá ter abrandado de 9,6% em 2008 para 8,7% em 2009, valor ainda assim extremamente elevado para os padrões das economias desenvolvidas, mas abaixo das taxas de crescimento económico de dois dígitos observadas entre os anos 2003 e 2007. Esta redução do ritmo de expansão deve-se ao abrandamento das exportações, apenas parcialmente compensado pelo aumento da taxa de crescimento do consumo privado, propiciado por fortes incentivos à procura interna. De acordo com as estimativas do FMI, a taxa de crescimento da economia chinesa deverá acelerar para 10,0% em 2010 e moderar para 9,7% em 2011. O ritmo de crescimento também abrandou na Índia, em 1,7 pontos percentuais para 5,6% em 2009, esperando-se a aceleração para 7,7%, em 2010.

No hemisfério ocidental, o Brasil sofreu uma ligeira contracção da actividade económica, de 0,4%, enquanto o México terá registado a mais acentuada quebra de produção da região, com as últimas estimativas a apontarem para uma contracção do PIB de 6,8%, reflectindo o elevado peso do sector exportador e a dependência das trocas comerciais com os EUA. Por oposição, a dimensão do mercado interno e a diversificação dos mercados externos, em particular o recente aumento das relações comerciais com a Ásia, conjugadas com a recuperação nos preços das matérias-primas, permitiram a atenuação dos efeitos da crise económica e financeira no Brasil. O FMI estima que as economias do Brasil e do México cresçam 4,7% e 4,0%, respectivamente, em 2010.

1.2 Economia Nacional

Desde o início da década que Portugal tem evidenciado um crescimento económico abaixo da média da zona euro (divergência real), caracterizado pela persistência de baixa produtividade, perda gradual da competitividade em preços, aumento do desemprego e crescentes necessidades de financiamento externo.

Os desafios apresentados pela crise financeira e económica internacional exacerbaram essas fraquezas, o que resultou num ano de aumento do desemprego acima da média dos nossos parceiros comunitários e de agravamento do desequilíbrio das contas públicas.

Segundo as mais recentes estimativas, o PIB português terá diminuído 2,6% em 2009, reflectindo a redução de todas as componentes da procura, à excepção do consumo público.

O ajustamento foi particularmente severo no que concerne às componentes mais expostas à evolução das condições financeiras e da procura externa, com as exportações e a FBCF a recuarem 12,0% e 11,8%, respectivamente.

<i>Projeções económicas para Portugal</i>			
	2008	2009e	2010p
Consumo Privado	1,7	-0,9	1,0
Consumo Público	1,1	2,6	-0,9
FBCF	-0,7	-11,8	-1,1
Exportações	-0,5	-12,0	3,5
Importações	2,7	-10,7	1,5
PIB	0,0	-2,6	0,7
<hr/>			
Saldo Orçamental (em % do PIB)	-2,7	-9,3	-8,3
Dívida Pública (em % do PIB)	66,3	76,6	85,4
<hr/>			
IHPC, variação média anual	2,6	-0,8	0,8

Notas: e - estimado; p - previsto

Fonte: Ministério das Finanças; Relatório do Orçamento do Estado para 2010

A diminuição da procura aumentou as pressões sobre os resultados das empresas, com estas a intensificarem o processo de descida de custos de produção e de adiamento de investimentos produtivos, sob a ameaça de falência. Em 2009 foram destruídos 2,8% dos postos de trabalho e a taxa de desemprego subiu de 7,8% da população activa no último trimestre de 2008 para 10,1% no trimestre homólogo de 2009.

A rápida deterioração das condições económicas limitou a captação de impostos por parte da máquina fiscal e implicou o funcionamento dos estabilizadores automáticos e a tomada de medidas de estímulo fiscal. O aumento discricionário da despesa pública, focado essencialmente na protecção social, no apoio ao emprego e no investimento público, terá ascendido a 1,25% do PIB e contribuído para o aumento do défice orçamental de 2,7%, para 9,3% do PIB.

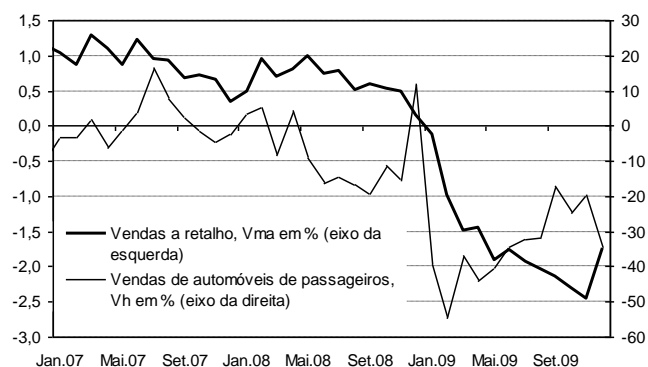
Esta dinâmica de agravamento das finanças públicas não é, por pura matemática, razão para Portugal incorrer num processo de défices excessivos, uma vez que se enquadra num cenário de excepção. No entanto, terá que ser revertida rapidamente, sob pena do país entrar numa espiral de descontrolo das finanças públicas. Para já serve de alerta a redução da notação de risco de crédito de Portugal, a qual se está a sentir nos custos de financiamento.

Ao nível da estabilidade de preços, a evolução da inflação foi determinada em grande medida pelo efeito de base da redução do preço dos combustíveis, num contexto de total incapacidade de fixação de preços por parte das empresas, o que proporcionou a descida da variação homóloga do IHPC de 0,2% em Janeiro para um mínimo histórico de -1,7% em Setembro e que culminou com a obtenção da inflação média anual de -0,8%, em 2009.

Componentes da Despesa

Os efeitos da crise económica e financeira fizeram sentir-se de forma mais intensa durante o primeiro trimestre do ano, pelo que foi neste período que se verificou o mais elevado ritmo de deterioração das condições económicas no conjunto dos três trimestres de recessão técnica, com o PIB a cair 2,0% face ao trimestre anterior e 4,0% face ao trimestre homólogo de 2008. No trimestre seguinte iniciou-se um processo de moderada retoma económica, pautada pela estabilização das trocas internacionais. Relativamente ao último trimestre do ano, a informação disponível aponta para o abrandamento ou mesmo estagnação do processo de recuperação em curso.

Indicadores de consumo privado



Fonte: Reuters EcoWin

O consumo privado foi a componente da procura doméstica mais estável e que mais de perto acompanhou o perfil da actividade económica ao longo do ano, voltando a crescer moderadamente após a significativa contracção no primeiro trimestre. Em particular, há a destacar o aumento da despesa em bens de consumo duradouro nos segundo e terceiro trimestres, recuperação que estará parcialmente associada ao sucesso dos apelos à aquisição de automóveis, tendo em conta a majoração do incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida por parte da generalidade dos concessionários.

Ainda assim, o consumo privado deverá ter caído 0,9% no ano, influenciado pela deterioração das condições do mercado de trabalho e pelo maior rigor e ponderação na concessão de crédito por parte das instituições financeiras, num contexto de sobre endividamento das famílias e consequente necessidade de ajustamento dos orçamentos familiares.

No que concerne ao investimento, a FBCF terá caído 11,8% no ano, traduzindo a evolução desfavorável de todas as suas componentes, em especial ao nível do material de transporte. A FBCF na agricultura, silvicultura e pescas manteve-se praticamente inalterada face a 2008. Embora sem dados definitivos, a variação das existências terá contribuído negativamente para o crescimento económico. Este comportamento extremamente desfavorável do investimento enquadra-se num cenário de deterioração dos níveis de confiança e de falta de expectativas de crescimento da procura a curto prazo, no contexto das já referidas condições financeiras mais restritivas.

Por oposição, a procura externa líquida teve uma contribuição positiva para a taxa de crescimento do PIB, em consequência da superior descida, em termos absolutos, das importações face às exportações. As exportações de bens e serviços foram a componente da procura com evolução mais negativa, ao caírem 12,0%, não obstante terem encetado uma forte recuperação após a quebra de 8,5% do primeiro trimestre. Esta diminuição enquadra-se no cenário de quase estagnação do comércio internacional nos meses de maior intensidade da crise financeira e económica internacional. Por outro lado, as importações contabilizaram uma menor queda em termos percentuais mas superior em termos absolutos, o que resultou na referida contribuição positiva da procura externa para a taxa de crescimento do PIB.

Política Orçamental

Na linha do sucedido na generalidade das economias mais desenvolvidas, em Portugal o défice orçamental das Administrações Públicas agravou-se acentuadamente, aumentando de 2,7% para 9,3% do PIB, em 2009. Este resultado representa a completa divergência face ao processo de consolidação orçamental que se vinha desenhando nos últimos anos e resulta da conjugação desfavorável de vários factores, onde a quebra de 14,0% das receitas fiscais do subsector Estado assume o papel central. Estimativas do Ministério das Finanças apontam para que a componente cíclica do saldo orçamental, integrando os efeitos sobre a receita e a despesa, tenha superado os 8,0% do PIB, ou seja, deixando um papel diminuto para a componente do défice decorrente de medidas discricionárias.

Saldo Global das Administrações Públicas (óptica da Contabilidade Nacional)

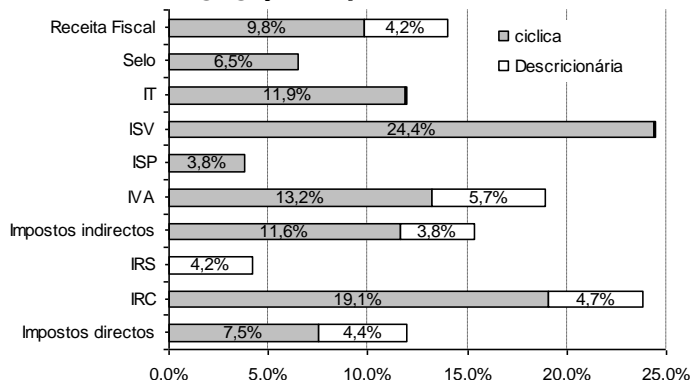
	Milhões de euros			% do PIB		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Administração Central	-5 575	-15 008	-14 214	-3,3	-9,1	-8,5
Administração Regional e Local	-137	-655	-186	-0,1	-0,4	-0,1
Segurança Social	1 256	297	446	0,8	0,2	0,3
Administrações Públicas	-4 456	-15 366	-13 954	-2,7	-9,3	-8,3

Fonte: Ministério das Finanças; Relatório do Orçamento do Estado para 2010

Numa primeira leitura constatamos que a deterioração do saldo de execução orçamental foi comum a todos os sectores institucionais das Administrações Públicas. O maior agravamento adveio da Administração Central, o que é natural uma vez que é o sector que financia os restantes. No caso particular da Segurança Social, a redução do excedente de execução do orçamento em 0,6 pontos percentuais do PIB deriva do aumento das prestações sociais, não compensado com entrada de contribuições.

Analisando as contas na óptica da contabilidade pública, ressaltam a quebra das receitas fiscais do subsector Estado e o aumento das transferências do Estado para os diferentes subsectores, desde os Fundos e Serviços Autónomos até à Segurança Social.

Desagregação da quebra de receita fiscal em 2009



Fonte: Direcção Geral do Orçamento; Síntese de Execução Orçamental de Dezembro de 2009

A redução das receitas fiscais do subsector Estado deriva essencialmente da componente cíclica, mas reflecte igualmente os efeitos das medidas de política e da transferência de 389,2 milhões de euros de receitas de IRS para os municípios. Nos custos das medidas de política discricionária incluem-se o aumento dos reembolsos de IVA e de IRC, num total de 664,3 mil milhões de euros, e a redução da colecta de 355 milhões de euros, em face da redução da taxa de IVA normal de 21,0% para 20,0%, a partir de 1 de Julho de 2008. Excluindo os efeitos destas medidas discricionárias, as receitas fiscais teriam caído 9,8%.

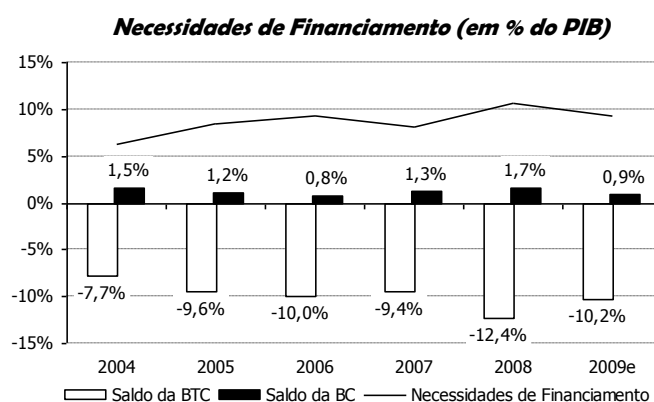
Por sua vez, a receita não fiscal registou uma quebra de 22,7%, a qual é essencialmente justificada pelo efeito de base motivado pela contabilização como receita de capital no exercício de 2008 da verba paga por diversas operadoras eléctricas, por contrapartida da transmissão de direitos no domínio hídrico e no âmbito da regularização do processo de atribuição de títulos de utilização às empresas titulares de centros electroprodutores.

A despesa do subsector Estado subiu 6,0% face à execução de 2008, aumentando o peso da despesa em cerca de 2 pontos percentuais, para 29,6% do PIB. As despesas correntes e de capital subiram 4,3% e 32,6%, respectivamente, superando em ambos os casos a taxa de crescimento do PIB nominal (que não deverá chegar a 2%). Este incremento da despesa inclui 824 milhões de euros (ou 0,5% do PIB) da execução orçamental da "Iniciativa para o Investimento e o Emprego" (IIE).

Quanto ao rácio da dívida pública, o mesmo aumentou 10,3pp para 76,6% do PIB. Este superior acréscimo da dívida face ao défice da execução orçamental pode ser entendido no âmbito das intervenções no capital de instituições financeiras em apuros, operações que não são contabilizadas como défice mas que têm como contrapartida um acréscimo no endividamento (representam o investimento num activo que pode ser vendido no futuro).

Balança de Pagamentos

As estimativas disponíveis apontam para a redução das necessidades de financiamento da economia portuguesa, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente (BTC) e de capital (BC), de 10,7% para 9,4% do PIB. Esta variação não deve ser entendida num contexto de inversão da tendência de deterioração da posição externa de Portugal, uma vez que foi largamente influenciada pela redução do preço das matérias-primas e das trocas económicas a nível internacional. A descida do preço médio do barril de petróleo permitiu uma significativa redução do défice da balança energética e, por essa via, ajudou à redução do défice da BTC de 12,4% para 10,2%, num contexto de redução do excedente da BC de 1,7% para 0,9% do PIB.



Fonte: Banco de Portugal; Boletim Estatístico de Fevereiro de 2010; Finibanco (cálculos)

A redução do rácio do défice da balança corrente no PIB reflecte essencialmente a redução do saldo negativo da balança de bens, mitigada por oposta tendência de diminuição dos excedentes das balanças de serviços e de transferências correntes.

O financiamento externo da economia portuguesa foi maioritariamente efectuado por via do “investimento de carteira”, o qual contabilizou mais de 83% do investimento total, com os títulos de dívida de longo prazo a liderarem as preferências dos investidores, por oposição ao desinvestimento em acções.

Mercado de Trabalho

A deterioração das condições do mercado de trabalho foi uma das características mais marcantes da crise financeira e económica internacional, estimando-se que o acréscimo na taxa de desemprego seja permanente, pelo menos parcialmente, materializando uma subida da taxa natural de desemprego.

Embora seja ainda cedo para inferir sobre a magnitude das alterações estruturais, constata-se que a taxa de desemprego em Portugal subiu de 7,6% em 2008 para 10,1% no quarto trimestre de 2009. Esta dinâmica decorre dos efeitos de contágio da crise financeira e económica internacional, os quais se começaram a fazer sentir de forma mais intensa nos meses de Verão, confirmando a existência de um hiato temporal entre a evolução das condições económicas e a resposta do mercado de emprego. Este intervalo de tempo aparenta ter sido superior ao observado em outras economias desenvolvidas, o que indicia a existência de maior rigidez no mercado de emprego português e que pode ser entendido como uma fraqueza competitiva da economia nacional.

População activa, emprego e desemprego (taxas de variação, em %)							
	2007	2008	2009				
			Total	I	II	III	IV
População activa	0,6	0,1	-0,8	0,3	-0,8	-0,3	-0,4
Emprego total	0,2	0,5	-2,8	0,4	-2,3	-1,2	0,1
Agricultura, silvicultura e pescas	-0,4	-2,8	-2,8	3,0	-6,5	2,9	2,6
Indústria	0,0	-3,4	-6,5	-1,5	-5,0	-2,1	-1,7
Serviços	0,4	3,3	-0,9	-0,6	-0,2	-1,4	0,5
Taxa de desemprego (%)	8,0	7,6	9,5	7,7	9,1	9,8	10,1

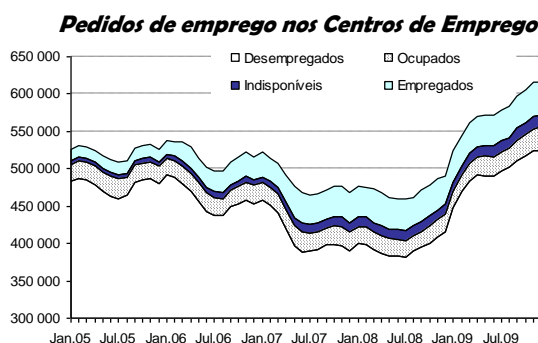
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); Inquérito trimestral ao emprego de Novembro de 2009

A queda do emprego foi comum a todos os sectores de actividade, tendo sido particularmente gravosa no sector industrial, o mais exposto à competição internacional. Por grupo etário são os jovens que mais dificuldades sentem em encontrar ocupação, com uma diminuição de 12,1% no número de empregados.

O investimento em educação mostrou-se uma mais-valia significativa nas condições actuais do mercado de trabalho, na medida em que os detentores de um curso superior continuaram a encontrar empregos (incremento de 3,0%), por oposição à quebra homóloga de 6,2% no número de empregados cujas habilitações não vão além do ensino básico.

A descida do emprego foi acompanhada pelo recuo da população activa, o que moderou o agravamento dos indicadores de desemprego.

A deterioração das condições do mercado de trabalho é sublinhada pelos dados dos centros de emprego, pois o número médio de inscritos aumentou 22,5% em 2009, reflectindo um incremento generalizado dos pedidos de emprego, liderado pela subida de 27,4% de desempregados à procura de um novo emprego. Desta dinâmica resultou que o número de pedidos de emprego ultrapassasse os 600 mil nos últimos 3 meses do ano, com o número de desempregados a ascender a 524 mil em Dezembro.



Nota: Situação no fim dos meses

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

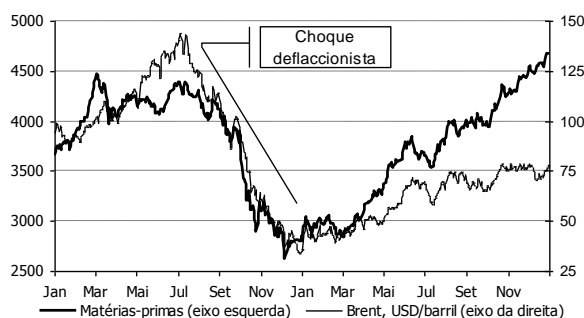
Não obstante o agravamento do desemprego, é de salientar o esforço envidado pelas entidades empregadoras, as quais aumentaram a sua oferta de empregos em 11,4%, para uma média de 17.870 empregos por mês. A maior oferta de empregos não foi aproveitada pelos inscritos nos centros de emprego, uma vez que as colocações caíram 2,3%, indiciando a desadequação entre procura e oferta. Mais grave, esta discrepância pode ser entendida como resultado da incapacidade dos serviços de canalizarem a informação aos destinatários, por falta de meios, ou mesmo a preferência pelo subsídio de desemprego à alternativa do salário – grosso modo, apenas foram aceites uma em cada duas ofertas de emprego.

O acréscimo do desemprego foi comum à generalidade dos grupos de profissões, sendo que as únicas excepções ocorreram ao nível da educação média e superior, onde o número de desempregados recuou quase 10%, para 5.093. No pólo oposto encontram-se os “operários e trabalhadores similares da indústria extractiva e construção civil”, cujas fileiras de desempregados engrossaram em 70% em 2009 e mais que duplicaram em menos de dois anos, a braços com um cenário de significativa correcção do mercado imobiliário de Portugal e da vizinha Espanha.

Estabilidade de Preços

O ano de 2009 vai ficar na história como um ano de descida generalizada dos preços entre os países desenvolvidos. Portugal não é excepção, pois estes resultados estão interligados com a evolução do preço das matérias-primas, em geral, e do petróleo, em particular. De facto, a acentuada descida do preço das matérias-primas, que decorreu entre o verão de 2008 e o início de 2009, constitui-se como um choque deflacionista que influenciou os índices de preços durante a maior parte de 2009, num contexto de falta de dinamismo da actividade económica e de incapacidade de fixação de preços por parte das empresas.

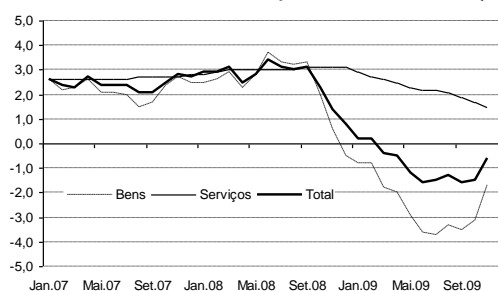
Preço do Brent Vs Índice Moodys de matérias-primas



Fonte: Reuters EcoWin

O índice de preços dos bens industriais acompanhou de perto esta tendência, oscilando entre uma variação homóloga de -1,8% em Janeiro e de 0,8% em Dezembro, após ter atingido uma quebra homóloga máxima de 6,7% em Julho.

Índice harmonizado dos preços no consumidor (Vh, %)



Fonte: Reuters EcoWin; Boletim Estatístico do Banco de Portugal de Janeiro de 2009

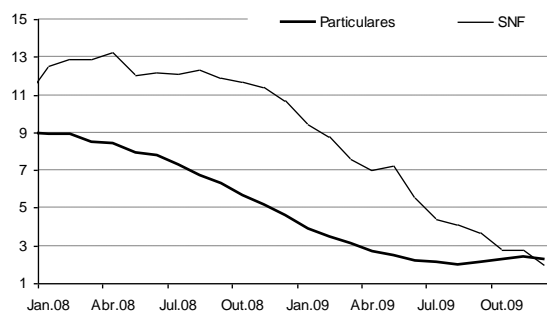
Ao nível dos preços no consumidor, a dinâmica foi mais moderada, reflectindo a maior rigidez à descida dos preços dos serviços, genericamente não transaccionáveis, por oposição à maior volatilidade dos preços dos bens. Ainda assim, a inflação média anual situou-se em -0,8% em 2009, valor sem paralelo na história recente da nossa nação.

Apesar da inflação ter sido negativa, esta não representa a entrada numa espiral deflacionista, não só porque decorre de factores específicos, mas sobretudo porque os agentes económicos sempre a encararam como consequência de um processo de desinflação, findo o qual os preços retornariam a valores historicamente mais normais. A maior evidência desta realidade, sublinhada pelos dados dos inquéritos qualitativos, é o facto das negociações colectivas de trabalho orbitarem sobre a magnitude dos aumentos salariais.

Situação Monetária e Financeira

O crédito ao sector privado não financeiro manteve a trajectória de desaceleração que se vinha a observar desde meados de 2007, reflectindo o efeito combinado da menor procura de crédito, em face da situação de menor dinamismo da actividade económica, com o maior rigor e contenção na oferta, associados às dificuldades de balanço e aos esforços para limitar o crescimento do crédito de cobrança duvidosa.

Taxas de crescimento dos empréstimos às famílias e SNF (em %)



Fonte: Banco de Portugal; Estatísticas online; Finibanco (cálculos)

A trajetória de desaceleração do crédito concedido foi comum a particulares e a sociedades não financeiras, na generalidade dos prazos e fins, assistindo-se a uma convergência das diferentes taxas de crescimento, para valores próximos de 2,0%. A exceção a este cenário foi o “outro crédito” às famílias, o qual apresentou sistematicamente taxas de crescimento mais baixas e um comportamento mais volátil.

No entanto, o maior rigor e contenção na oferta de créditos foram insuficientes para travar o agravamento dos problemas de imparidade nos balanços das outras instituições financeiras monetárias, deslocando a instabilidade da carteira de investimento para o crédito a retalho, via deterioração dos rácios.

Evolução do crédito de cobrança duvidosa (particulares e SNF)



Fonte: Banco de Portugal; Estatísticas online; Finibanco (cálculos)

O crédito de cobrança duvidosa atingiu sucessivos máximos históricos em valor, enquanto o seu rácio no crédito total se aproximou dos níveis observados no final da década de 90. Tal como em idênticas posições cíclicas, são as empresas que mais dificuldades apresentam em cumprir os seus compromissos financeiros, com o nível de incumprimento a duplicar no espaço de 12 meses e com o montante de acréscimo do crédito de cobrança duvidosa a superar a contratação líquida de novos empréstimos.

Os sectores das pescas e do comércio por grosso são os que apresentaram as mais elevadas taxas de crédito de cobrança duvidosa, de 3,2% e 3,1%, respectivamente, mas são as empresas de “construção” e as de “actividades imobiliárias e de serviços” que mais contribuíram para o aumento do crédito duvidoso. Refira-se que, o crédito de cobrança duvidosa concedido a empresas de construção atinge os 16,6% do crédito total de cobrança duvidosa, enquanto as empresas do mesmo sector apenas pesam 9,0% no total de crédito concedido.

A manutenção de um ritmo de crescimento do crédito concedido ao sector privado acima da taxa de crescimento do PIB nominal resultou no acréscimo dos empréstimos das famílias e das empresas à banca, de 79% e 70% para 83% e 72% do PIB, respectivamente.

1.3 Política Monetária

A intensidade das perturbações do sistema financeiro e seus efeitos de contágio à economia real, nos primeiros meses do ano, induziram à continuação do esforço das autoridades monetárias no sentido de propiciarem condições para o normal funcionamento dos mecanismos de mercado e estimularem a actividade económica. Esta pressão para a adopção de medidas anormalmente acomodáticas ocorreu num contexto de choque deflacionista, pelo que as autoridades monetárias encontraram espaço de manobra para descer e manter as suas taxas de intervenção em novos mínimos históricos, na generalidade dos países.

Evolução das taxas de juro de intervenção de economias seleccionadas (em %)

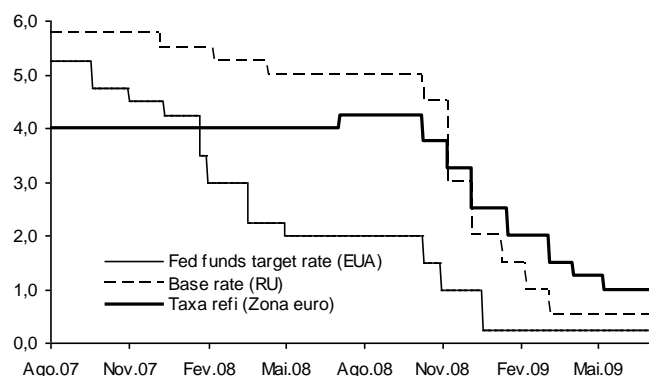
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
G7 (média)	1,26	1,19	0,84	0,69	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59
EUA	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Japão	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10
Zona euro	2,00	2,00	1,50	1,25	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Inglaterra	1,50	1,00	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50	0,50
Canadá	1,00	1,00	0,50	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25
Noruega	3,00	2,50	2,00	2,00	1,50	1,25	1,25	1,25	1,25	1,50	1,50	1,75
Austrália	4,25	3,25	3,25	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,25	3,50	3,75
Nova Zelândia	3,50	3,50	3,00	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Rússia	13,00	13,00	13,00	12,50	12,00	11,50	11,00	10,75	10,00	9,50	9,00	8,75
México	7,75	7,50	6,75	6,00	5,25	4,75	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50
Turquia	13,00	11,50	10,50	9,75	9,25	8,75	8,25	7,75	7,25	6,75	6,50	6,50

Nota: Valores em fim de período

Fonte: Reuters Ecowin

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra procedeu ao alívio da política monetária em três ocasiões, num total acumulado de 1,5pp, o que conduziu a que a taxa base terminasse o ano num novo mínimo histórico desta secular taxa de juro, de 0,5% – os mínimos anteriores, de 2,0%, datavam do início do século XIX e foram igualados por diversas ocasiões na história moderna, a última destas em 2008. No velho continente, o Banco Central Europeu (BCE) seguiu o exemplo do Reino Unido, cortando a principal taxa de refinanciamento do Eurosistema em 1,5pp, para um mínimo histórico de 1,0%, só que o fez em quatro momentos, o último dos quais na primeira semana de Maio.

Evolução das taxas de intervenção desde o início da crise do subprime



Fonte: Reuters Ecowin

A resolução da crise de liquidez do sistema financeiro e o abrandamento do ritmo de deterioração das condições económicas, no final da Primavera, começaram progressivamente a aliviar as pressões sobre as autoridades monetárias, pelo que os mínimos das taxas de juro de intervenção da generalidade das economias avançadas foram atingidos até final de Maio. As economias emergentes, que sentiram a crise de forma diferenciada, continuaram o processo de alívio da política monetária ao longo do ano.

Com o Verão, chegou um período de maior estabilidade financeira, acompanhada dos primeiros sinais de recuperação económica e de alguns receios de deflação a nível global, condições que propiciam a manutenção da postura da política monetária por um período indefinido.

Neste contexto, a segunda metade do ano foi pautada pela manutenção das condições de política monetária nas principais economias de referência.

Por oposição, os países cujas economias estão mais orientadas para a exportação de matérias-primas começaram a sentir a necessidade da inversão do ciclo de taxas de juro de intervenção, em função da subida do preço das matérias-primas nos mercados internacionais.

Assim, enquanto prosseguia o ciclo de alívio da política monetária em algumas economias em desenvolvimento, países como a Noruega e a Austrália iniciaram a gradual remoção das condições monetárias acomodatórias, procedendo à subida de taxas de intervenção entre Outubro e Dezembro.

1.4 Mercado de Capitais

O ano de 2009 iniciou-se da mesma forma que o de 2008 tinha terminado, isto é envolto em elevados níveis de aversão ao risco, com desvalorização de todos os activos com risco percepcionado.

Esta tendência manteve-se até ao início de Março, período onde foram registados os mínimos bolsistas do ano na generalidade das praças e dos índices, confirmando o carácter sistémico e global da crise financeira e económica internacional.

Em Março, os esforços dispendidos por autoridades monetárias, governos e instituições supra-nacionais começaram finalmente a fazer-se sentir, primeiro aliviando a crise de liquidez e, posteriormente, criando as condições para o processo de recuperação económica.

A melhoria gradual da confiança dos agentes económicos, em relação à actividade económica e aos resultados das empresas, pavimentou o caminho de recuperação para o segmento accionista, sendo que os máximos bolsistas do ano foram atingidos em muitos casos nos últimos dias do ano. Em simultâneo observou-se a progressiva redução dos níveis de volatilidade para valores considerados normais em termos históricos.

Os esforços financeiros envidados para estabilizar o sistema financeiro e estimular a actividade económica resultaram no aumento dos desequilíbrios orçamentais das finanças públicas, o que se repercutiu negativamente no segmento de dívida pública, com a subida generalizada das taxas de rentabilidade de longo prazo e com o aumento dos prémios de risco para os países mais gastadores.

Neste contexto, o ano de 2009 ficou marcado pela descida da notação de risco da dívida pública de países como Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia.

Segmento Accionista

Ao nível do segmento accionista o ano pode ser dividido em duas partes. Até meados da segunda semana de Março, a continuidade da tendência de queda iniciada em 2008, em que a generalidade dos índices bolsistas atingiram mínimos de vários anos. A segunda, pautada pela recuperação e progressiva redução dos níveis de volatilidade para valores considerados normais em termos históricos.

O ano acabou por ter um saldo positivo, com os índices accionistas a registarem ganhos significativos e, inclusivamente, em alguns casos a atingirem máximos multi-anuais ao cair o pano de 2009.

Evolução de alguns índices de referência em 2009

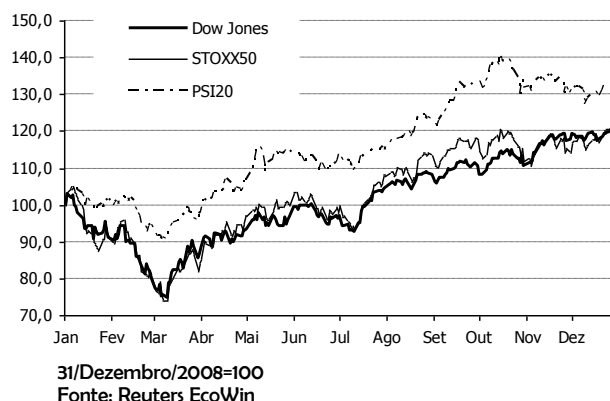
	2008	2009		Mínimo do ano			Máximo do ano		
	31-Dez	31-Dez	variação*	valor	variação*	data	valor	variação*	data
EUA									
Dow Jones	8776,4	10428,1	18,8	6547,1	-25,4	09-Mar	10548,5	20,2	30-Dez
Nasdaq	1577,0	2269,2	43,9	1268,6	-19,6	09-Mar	2291,3	45,3	30-Dez
Zona Euro									
IBEX35	9195,8	11940,0	29,8	6817,4	-25,9	09-Mar	12035,1	30,9	29-Dez
DAX30	4810,2	5957,4	23,8	3666,4	-23,8	06-Mar	6011,6	25,0	29-Dez
PSI20	6341,3	8463,9	33,5	5743,1	-9,4	03-Mar	8882,7	40,1	19-Out
CAC40	3218,0	3936,3	22,3	2519,3	-21,7	09-Mar	3960,0	23,1	29-Dez
FTMIB	19460,0	23248,4	19,5	12621,0	-35,1	09-Mar	24426,0	25,5	19-Out
STOXX50	2447,6	2965,0	21,1	1810,0	-26,1	09-Mar	2992,1	22,2	29-Dez
Emergentes									
RTS (\$)	631,9	1444,6	128,6	498,2	-21,2	23-Jan	1486,6	135,3	18-Nov
ISE100	26864,1	52825,0	96,6	23036,0	-14,2	05-Mar	52825,0	96,6	31-Dez
Hang Seng	14387,5	21872,5	52,0	11344,6	-21,1	09-Mar	22944,0	59,5	16-Nov
MERVAL	1079,7	2320,7	115,0	930,1	-13,9	03-Mar	2320,7	115,0	30-Dez
BOVESPA	37550,3	68588,4	82,7	36234,7	-3,5	02-Mar	69349,4	84,7	14-Dez
Outros									
NIkkey225	8859,6	10546,4	19,0	7055,0	-20,4	10-Mar	10639,7	20,1	26-Ago
FTSE100	4434,2	5412,9	22,1	3512,1	-20,8	03-Mar	5437,6	22,6	29-Dez
MSCI World	677,8	832,5	22,8	527,4	-22,2	09-Mar	838,5	23,7	29-Dez

* Face a 31 de Dezembro de 2008, em %

Fonte: Reuters EcoWin; GESE

Nos EUA, os índices accionistas contabilizaram o melhor ano desde 2003, liderados pelo índice Nasdaq Composite, que registou uma valorização de 43,9% em 2009. O índice Dow Jones Industrial Average (DJIA) terminou o ano com um ganho de 18,8%, enquanto o S&P500 registou uma valorização anual de 23,5%. Ainda assim e como referência, o DJIA e o S&P500 ficaram a 26% e a 29% dos máximos de 2007, e o Nasdaq ainda está a distantes 55% do máximo de 2000.

Análise comparativa do índice PSI20 face a índices seleccionados



Na Europa, os índices DAX30, CAC40 e IBEX35 registaram valorizações anuais de 23,8%, 22,3% e 29,8%, respectivamente. Para os índices alemão e francês este foi o melhor ano desde 2005 e para o espanhol o melhor desde 2006. Portugal não foi excepção, com o índice PSI20 a registar uma valorização de 33,5% em 2009, o que se traduz no melhor ano desde 1997.

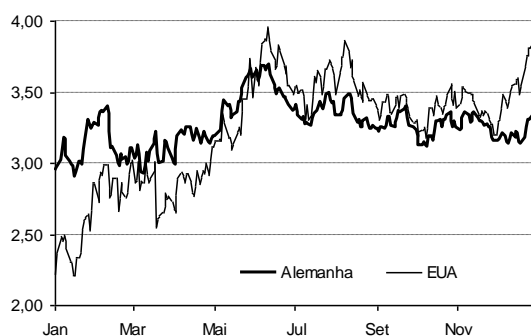
Segmento da Dívida Pública

Em 2009, a evolução do segmento obrigacionista conheceu dois momentos distintos. No primeiro momento, as taxas de juro de longo prazo foram essencialmente determinadas pela incerteza decorrente da crise financeira e económica internacional, que resultou na diminuição das taxas de juro de longo prazo e na obtenção dos máximos dos prémios de risco, para a generalidade dos países.

No segundo momento, e com a progressiva estabilização do sector financeiro, os títulos de dívida pública conheceram um período de acentuada desvalorização, penalizados pela não concretização dos piores receios quanto ao cenário de Depressão e em consequência da progressiva estabilização e posterior recuperação da actividade económica.

Assim, as taxas de rentabilidade da dívida pública evidenciaram uma tendência claramente ascendente entre Março e o início do Verão, período em que a sua evolução foi condicionada pelo desfazer do movimento de procura de qualidade e segurança e pelas expectativas de recuperação económica. Os máximos do ano das taxas de juro de médio e longo prazo foram atingidos, genericamente, nas duas primeiras semanas de Junho, permanecendo posteriormente sem tendência definida até ao último mês do ano.

Evolução das taxas de rentabilidade da dívida pública a 10 anos (em %)



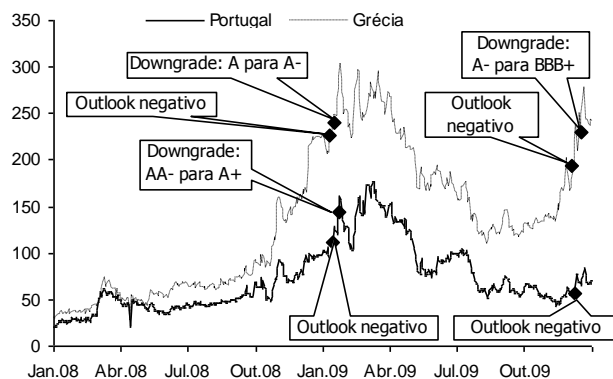
Fonte: Reuters EcoWin

A taxa de rentabilidade dos *treasuries* norte-americanos a 10 anos atingiu um máximo de fecho de 3,955%, a 10 de Junho, enquanto a taxa de rentabilidade do *bund* alemão, para o mesmo prazo, chegou a 3,696% no dia seguinte. Próximo do final do ano, as taxas de rentabilidade voltaram a aproximar-se dos máximos, penalizadas por expectativas de subida de taxas de intervenção a médio prazo.

Refira-se que, em geral os mercados de taxa fixa desvalorizam-se com as expectativas de aceleração do crescimento económico, pois esta situação está associada a maiores taxas de inflação, o que reduz os ganhos reais dos rendimentos periódicos (cupões) das obrigações. Por outro lado, a subida das taxas de intervenção é negativa para as obrigações, especialmente nos prazos mais curtos, pois torna menos atractivas as obrigações face aos investimentos alternativos, como é o caso dos depósitos a prazo.

Na zona euro, o ano foi pautado por uma diferenciação dos prémios de risco pagos pelos Estados membros, em função da sustentabilidade das suas finanças públicas e, concomitantemente, da sua capacidade em honrar os compromissos financeiros.

Prémios de risco de longo prazo face à Alemanha (em pb)



Fonte: Reuters Ecwin; Finibanco (cálculos)

A deterioração das finanças públicas trouxe para a ribalta as agências de rating, na medida em que estas desempenham o papel central na asserção do risco das diferentes emissões de dívida, classificando-as de acordo com uma escala de risco que vai desde a melhor qualidade (A ou superior) até emissões de elevado risco (classe de letra C). Esta classificação visa múltiplos propósitos, desde o cálculo de diversos rácios até à definição dos títulos que podem ser usados como contraparte nas operações de cedência de liquidez das autoridades monetárias.

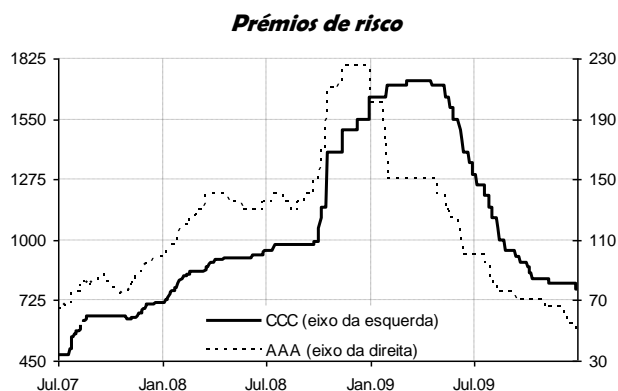
Neste particular, o caso grego assume contornos de especial gravidade. A dívida pública grega foi alvo de duas descidas de notação de rating, de A para A-, em Janeiro, e de A- para BBB+, em meados de Dezembro - de acordo com as definições usadas pela Standard & Poors e pela Fitch, duas das três casas de referência a nível mundial. Esta degradação de notação faz com que a Grécia seja actualmente o único país da Europa Ocidental (excluindo a Islândia) a ficar de fora do conjunto dos países com melhor qualidade de crédito, colocando-a ao nível de países de Leste como a Rússia, a Lituânia ou a Croácia. Mais grave, a Grécia permanece sobre monitorização com sinal negativo, o que quer dizer que o seu rating poderá descer ainda mais a breve trecho.

A descida da notação da dívida pública grega para BBB é embaraçosa e abre perigosos precedentes, uma vez que até próximo do final do ano (Outubro) A- era a notação mínima aceite como colateral nas operações de cedência de liquidez do BCE. O aumento dos custos de financiamento, de um país em que as contas públicas aparentam estar à beira da ruptura, pode levar a Grécia a reescalonar ou suspender o pagamento da dívida, situação que poderia colocar em causa a própria moeda única.

Na primeira fase, nos meses de total aversão ao risco, Portugal foi igualmente penalizado pelas suas contas públicas, tendo chegado a pagar mais de 1,5pp face à dívida alemã, na sequência da descida de notação das Obrigações do Tesouro português de AA para A+, a 21 de Janeiro. Posteriormente, os prémios de risco desceram para níveis idênticos aos praticados para a dívida pública espanhola, sendo que as Obrigações do Tesouro fecharam o ano a pagar um prémio de risco em linha com a média dos países da zona euro, não obstante terem sido colocadas em observação para potencial descida de notação no último mês do ano.

Segmento da Dívida de Empresas

As flutuações no nível de aversão ao risco fizeram-se sentir igualmente nos prémios de risco das emissões de dívida privada, com estes a apresentarem uma dinâmica descendente desde o início do ano, acabando por fechar 2009, no caso das melhores empresas, em níveis inferiores aos observados na antecâmara da crise financeira. Esta situação tem duas leituras não exclusivas. As boas empresas gozam de finanças saudáveis e/ou as contas dos países utilizados como referência para o cálculo dos prémios de risco se deterioraram mais do que as contas das empresas privadas. Com o défice orçamental dos EUA a ultrapassar os 10% do PIB, em 2009, esta última parece uma certeza.



Nota: Diferenciais de taxas de juro face aos *treasuries* a 10 anos, em pontos base
 Fonte: Reserva Federal dos EUA; Reuters EcoWin para dados da Moody's

O prémio de risco para as melhores empresas (AAA) iniciou o ano em queda, tendo progressivamente recuado de uma média semanal de cerca de 230 pontos base (em termos diários praticamente tocou os 3pp a 16 de Dezembro de 2008) para um mínimo de mais de 3 anos de 50 pontos base, na última semana do ano.

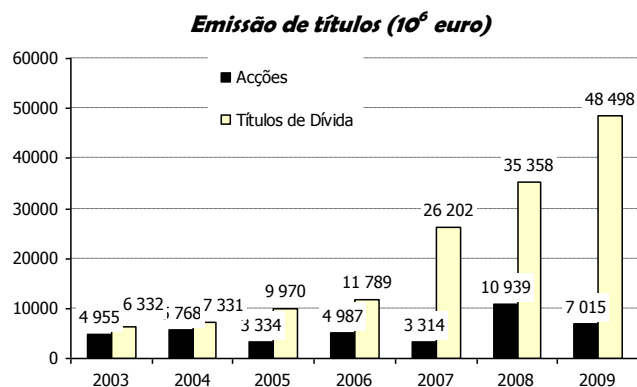
No entanto, tal como entre países, também empresas e sectores sentiram os efeitos de uma maior diferenciação, sendo que se algumas das melhores empresas conseguiram financiar-se abaixo da taxa da dívida pública, as empresas com maior risco (CCC, no exemplo), continuaram a pagar prémios de risco bem acima da média histórica.

Globalmente, as condições financeiras melhoraram bastante ao longo do ano, com as autoridades monetárias a inundarem o mercado com ampla liquidez e com redução dos prémios de risco e níveis de volatilidade, mesmo nos segmentos de maior risco percebido.

Mercado Nacional

Mercado Primário

No exercício de 2009, a emissão líquida de valores mobiliários em Portugal ascendeu a 55.512 milhões de euros, o que representa um crescimento de 19,9% face ao valor do exercício anterior e um novo máximo histórico para o mercado português, pelo segundo ano consecutivo. Este incremento reflecte essencialmente o aumento dos montantes emitidos pelas Instituições Financeiras Monetárias (IFM) e pelas Administrações Públicas (AP), com os primeiros a privilegiarem a emissão de títulos de dívida de curto prazo e, os segundos, a praticamente triplicarem os montantes emitidos de títulos de dívida de médio e longo prazo.



Fonte: Banco de Portugal; Boletim Estatístico de Fevereiro de 2010

Por tipo de títulos, a emissão líquida de acções ascendeu a 7.015 milhões de euros, o que representa uma quebra de 36% face ao valor emitido no ano anterior, reflectindo as descidas de 10% e 40% das emissões efectuadas por entidades cotadas e não cotadas, respectivamente. A menor emissão líquida de acções estará associada a dois vectores, designadamente à correcção do enorme esforço de recapitalização dispendido em 2008 e à progressiva normalização e reabertura do segmento de dívida. Neste contexto, a emissão de títulos de dívida aumentou 37%, com o incremento a centrar-se nos títulos de dívida de médio e longo prazo, cuja emissão praticamente duplicou em 2009, num contexto de quebra para metade das emissões de títulos de dívida de curto prazo.

Por sectores institucionais do emitente, o aumento da emissão líquida de títulos reflecte essencialmente o maior recurso ao mercado de capitais pela generalidade dos sectores institucionais, onde a excepção é a quebra de 55,3% das emissões de valores imobiliários pelo Sector Não Financeiro (SNF). As IFM, as Instituições Financeiras Não Monetárias (IFNM) e as Administrações Públicas aumentaram o recurso à emissão de títulos em 41,6%, 40,7% e 61,4%, respectivamente.

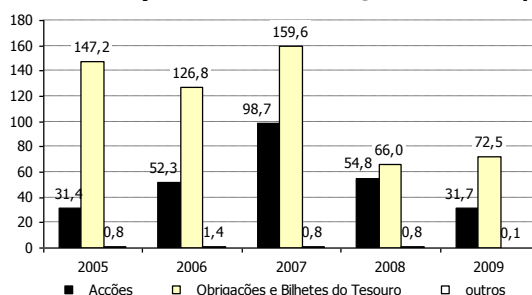
Mercado Secundário

Volume de Transacções a Contado

O volume de transacções de valores mobiliários, em mercados regulamentados e não regulamentados, ascendeu a 105.450,4 milhões de euros em 2009, o que representa um decréscimo de 14,9% face ao volume transaccionado no ano anterior. Esta descida do volume transaccionado, para mínimos de mais de uma década, resulta na quase totalidade da redução das transacções de acções nos mercados regulamentados. Excluindo este efeito, o volume de transacções teria aumentado 6,8%, por virtude sobretudo da recuperação de 10,4% no volume de transacções de obrigações e de bilhetes do Tesouro, no Mercado Especial da Dívida Pública (MEDIP).

Em termos globais, as transacções nos mercados regulamentados e não regulamentados caíram 14,2% e 52,6%, respectivamente. A descida das transacções nos mercados regulamentados decorre da referida quebra de 42,2% das transacções de acções, variação mitigada por um incremento de 10,4% nas operações do MEDIP, onde o volume de transacções de obrigações e de bilhetes do Tesouro recuperaram 9,8% e 13,0%, respectivamente.

Volume de transacções nos mercados regulamentados (10º Euros)



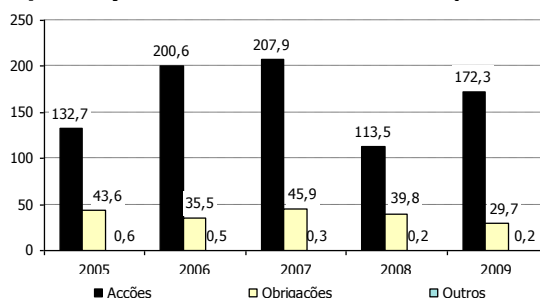
Fonte: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM); Finibanco (cálculos)

O volume de transacções dos restantes instrumentos financeiros, que compreendem outras obrigações, títulos e unidades de participação, direitos, warrants, certificados, convertíveis e operações das sessões especiais, caíram na sua maioria, correspondendo estas transacções a volumes pouco expressivos nos mercados regulamentados e representando no seu conjunto a pouco mais de 0,1% do total – as transacções de unidades de participação foram a excepção, ao duplicarem no ano, mas o seu volume é apenas residual (não chegando a uma milésima do total).

Capitalização Bolsista da Euronext Lisbon

No último dia de negociação de 2009, a capitalização bolsista da Euronext Lisbon ascendeu a 202,2 mil milhões de euros, o que representa uma recuperação de 31,7% face ao valor observado no final de 2008. Este aumento reflecte o incremento de 51,8% da capitalização bolsista em acções, componente que viu o seu peso relativo reforçado de 73,9% para um máximo histórico de 85,2%.

Capitalização bolsista da Euronext Lisbon (10º Euros)



Fonte: CMVM; Finibanco (cálculos)

Por oposição, a capitalização bolsista do segmento obrigacionista dos mercados regulamentados manteve a tendência de queda dos últimos 2 anos, recuando 25,2% para 29,8 mil milhões de euros. Os restantes instrumentos financeiros caíram em termos de montante e de percentagem no total, representando uma categoria cada vez mais residual da capitalização bolsista (pouco mais de 0,05%).

No que concerne à capitalização bolsista dos mercados não regulamentados, esta ascendeu a 2 mil milhões de euros, o que representa um acréscimo de 18,7% face ao observado no ano anterior. Esta evolução reflecte a evolução favorável das duas principais categorias de títulos, com as acções a mais do que duplicarem o seu valor e com as obrigações a subirem quase 30%.

2. Actividade

2.1 Linhas Gerais de Acção

No exercício de 2009, cumprindo o que se encontra descrito no seu objecto social, o Finibanco, SA desenvolveu iniciativas e concretizou acções de que no presente Relatório se dá notícia, na vertente de negócio de retalho e, em escala substancialmente mais reduzida, na área de gestão de activos.

No quarto trimestre do exercício, decidiu-se iniciar o processo de encerramento da sucursal Financeira Exterior da Madeira, por se haver concluído que não eram tiradas as vantagens que se esperavam da sua implementação.

Por volta de meados do exercício, procedeu-se ao aumento do capital social do Finibanco, SA de 120 milhões para 160 milhões de euros, mediante a emissão de 40 milhões de novas acções, do valor nominal de um euro cada, sem prémio de subscrição, aumento que foi totalmente subscrito pelo Accionista Único Finibanco-Holding, SGPS S.A.

Foi ainda aprovado um programa de emissão de obrigações, ou valores mobiliários perpétuos subordinados, com juros condicionados, até ao valor de 100 milhões de euros, em dívida em qualquer momento, consubstanciado na emissão periódica de obrigações ou valores mobiliários subordinados com juros condicionados, com validade até 31 de Dezembro de 2010.

Não obstante a conjuntura adversa que se continua a registar, o Finibanco, SA desenvolveu iniciativas e acções programadas visando prosseguir os objectivos adoptados, consolidar o crescimento pretendido e ganhar quota de mercado.

Alicerçado no programa de desenvolvimento aprovado no ano anterior e acompanhado de perto pelo Comité de Direcção do Programa CRESCERE, que se empenhou arduamente na implementação e acompanhamento dos projectos aprovados, com vista à sua execução nos prazos estabelecidos, a actividade do Finibanco prosseguiu no exercício as linhas de acção que havia traçado. Recorde-se que através deste Programa, com âmbito temporal de quatro anos, se pretendia clarificar o seu posicionamento estratégico, em ordem a uma melhor abordagem do mercado e à identificação de oportunidades de optimização a todos os níveis, mas com relevância especial no que respeita à utilização racional dos meios, à assunção de risco, à recuperação de crédito, à reorganização da estrutura e à dinâmica comercial.

Na prossecução destes objectivos, desenvolveram-se diversas acções que a seguir resumidamente se referem.

No que respeita à utilização racional de meios, tomaram-se, entre outras, diversas medidas visando a contenção generalizada de custos, explicitando as boas práticas para a sua gestão.

No que concerne ao risco, procedeu-se à revisão técnica do modelo que suporta o sistema de notação de empresas, por um lado face aos requisitos regulamentares contidos no Aviso n.º 5/2008, do Banco de Portugal e por outro porque estes modelos de notação são estruturas dinâmicas, cuja aderência à realidade impõe o seu enquadramento em processos de revisão contínua e de actualização periódica.

Ainda em matéria de risco, procedeu-se à revisão e ao melhoramento do documento sobre Gestão do Risco de Crédito, em cumprimento da recomendação formulada pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia.

Quanto à recuperação de crédito, e tendo em vista a dinamização desta área, extinguiu-se o órgão estrutural que se ocupava dessa tarefa e também da área contenciosa, denominado Serviço de Recuperação e Contencioso, e distribuiu-se o seu conteúdo funcional por dois órgãos distintos, um, o Serviço de Recuperação, e o outro, a Direcção de Contencioso.

Paralelamente, autonomizou-se a função de monitorização de toda a carteira de crédito, assegurando a gestão do processo de apuramento da imparidade, com a criação do Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades, órgão que depende hierárquica e funcionalmente do Conselho de Administração.

No que respeita à reorganização da estrutura, para além das alterações já referidas, que foram introduzidas no organograma do Banco, merecem também referência a extinção das Direcções Comerciais Regionais Norte Interior e Norte Litoral, que foram englobadas na criada Direcção Comercial Regional do Norte, e das Direcções Comerciais Regionais de Lisboa Oeste e de Lisboa Sul, que passaram a constituir a Direcção Comercial Regional de Lisboa, criada para o efeito. Paralelamente, procedeu-se à redistribuição dos Balcões pelas Direcções Comerciais Regionais, em função da reorganização operada, e extinguiram-se dois dos Centros de Empresas que haviam sido criados. Procedeu-se ainda ao desmembramento do Comité de Marketing e *Cross-Selling* em dois Comités autónomos: o de Marketing e o de *Cross-Selling*.

Visando a dinamização das respectivas áreas, criaram-se ainda duas novas Direcções: a Direcção de Meios de Pagamento e Canais Remotos, com o ajustamento funcional da área de marketing, e a Direcção de Factoring, para o desenvolvimento e gestão desta vertente de que o Finibanco não dispunha.

Ainda na vertente organizacional e no que respeita à área de riscos, planeamento e controlo, procedeu-se à actualização da estrutura orgânica e funcional da Direcção de Planeamento e Contabilidade e introduziram-se também alterações na estrutura orgânica e funcional da Direcção de Sistemas de Informação, na Direcção de Organização, na Direcção de Recursos Humanos e na Direcção de Logística.

Por último, foi elaborado um trabalho com vista à operacionalização do Corporate Banking, em matéria de estrutura, de meios e de competências de gestão, para posterior tratamento e adequada inserção no documento que criou a sua estrutura.

Regista-se ainda a implementação, em curso, do serviço de factoring, e o trabalho de dinamização da área comercial, a desenvolver com o apoio de entidade externa especializada, com vista ao aperfeiçoamento das capacidades e da *performance* das equipas da rede comercial, iniciativas de que, naturalmente, se esperam resultados palpáveis a médio prazo.

No início do exercício de 2010 a estrutura comercial foi de novo objecto de reestruturação, no âmbito da qual se extinguiram as Direcções de Negócios e Particulares, a de Empresas e a de Corporate e se criaram duas Direcções Centrais, de âmbito nacional: uma, a Direcção Central de Negócios e Particulares da qual ficaram a depender as sete Direcções Comerciais Regionais existentes; outra, a Direcção Central de Empresas e Institucionais, perante a qual passaram a responder duas Direcções de Empresas, uma para cada grande região, e um Núcleo de Institucionais, órgãos também criados, na oportunidade.

Regista-se, por último, o encontro de quadros realizado na Curia, a que se deu a designação de Jornadas Finibanco e que registou forte comparência, maioritariamente de elementos da área comercial, com vista ao reforço da motivação das equipas para os desafios que diariamente se nos deparam na abordagem do mercado.

Satisfazendo algumas necessidades prospectadas e procurando a adaptação à evolução do mercado, criaram-se no período a que nos reportamos alguns produtos novos e actualizaram-se as características de outros, a saber:

Produtos novos:

- Depósito Crescente 2 Anos, que substitui o DP Crescente 1 Ano, inserido na campanha designada por soluções poupança, é um depósito a prazo a vinte e quatro meses com possibilidade de mobilização antecipada;
- Depósito a Prazo FiniAniversário, a oferecer aos clientes do segmento médio/médio alto, na data do aniversário, com taxa de juro fixa pelo período de um ano, em função da idade;
- Depósito a Prazo 3.6.5. depósito a três anos, com total liquidez e taxa de juro atractiva;
- Cheques Não à Ordem, um produto criado na sequência da Carta Circular do Banco de Portugal, de 1 de Agosto de 2008;
- Finiconta Tesouraria / Finiconta Tesouraria Plus / Finiconta Tesouraria Empresas, produtos delineados numa perspectiva de captação de novos clientes e de aumento do *cross-selling*, em obediência ao desenvolvimento do Projecto Oferta, do Programa CRESCERE;
- DP Duplix, depósito a prazo a 15 meses, com vista a substituir o DP Crescente 2 Anos e a manter oferta competitiva a nível de captação de recursos a prazo;
- Finiconta Solução +, depósito à ordem, disponibilizando aos clientes um vasto conjunto de produtos e serviços, em condições vantajosas e a custo fixo mensal;
- DP Júnior, produto passivo direccionado ao segmento jovem até aos 18 anos, com vista à sua fidelização;
- DP Intercalar Reforma 2009, destinado à aplicação de fundos cujo destino final é o PPR.

Actualização de Produtos existentes:

- Finiconta Ordenado, que sofreu alteração de algumas características com vista ao reforço da sua competitividade;
- Conta FiniJúnior, reajustado ao nível de montante mínimo de abertura e de despesas de manutenção;
- Finiconta Poupança 181, produto poupança, caracterizado pela flexibilidade de movimentação, sem risco e com rentabilidade variável em função do saldo médio da conta, objecto de revisão do preçário e de outras características em função do perfil do aforrador e da movimentação da conta.

A actividade comercial do Banco continuou a desenvolver-se apoiada na sua rede de distribuição, constituída fundamentalmente pela rede tradicional de 173 Balcões dispersos pelo país, pela rede de Promotores de Negócios, cuja dinamização se vem impulsionando, pela Banca Telefónica e pelo Homebanking.

A ampliação da rede que vinha sendo desenvolvida nos últimos anos, sofreu naturalmente um abrandamento, em consequência da situação conjuntural adversa que se vive e também do impacto negativo que os novos Balcões causam na Conta de Resultados nos primeiros anos de actividade.

Para além dos projectos de âmbito operacional do Programa CRESCERE, que foram referidos, outros há ainda a salientar, pelo interesse de que se podem revestir e pela finalidade com que foram criados, denominados Projecto Inovação e Proposta de Missão, Visão e Valores.

O Projecto Inovação visa estimular as vertentes críticas e criadoras dos colaboradores do Banco no sentido da procura de soluções inovadoras, visando a introdução de melhorias, na qualidade do serviço prestado e da satisfação dos clientes, no aumento de proveitos e na redução de custos.

Para o efeito, foi criado um espaço na Finiweb comunicando a todo o Banco o arranque do Projecto, espaço posto à disposição dos colaboradores para a apresentação de sugestões, devidamente identificadas e estruturadas.

Paralelamente, procedeu-se à nomeação de um júri para apreciar as sugestões apresentadas e premiar as melhores ideias.

Os resultados da iniciativa são francamente animadores.

A Proposta de Missão, Visão e Valores visa criar na Instituição um ambiente propício ao escrupuloso cumprimento dos compromissos assumidos com clientes, fornecedores, colaboradores e accionistas, garantir que os negócios sejam realizados de forma clara e transparente, assegurar a reserva de confidencialidade em todas as transacções e contactos e promover em todos os ambientes e equipas de trabalho elevado sentido de missão e compromisso mútuo.

Neste âmbito, desenvolveram-se diversas acções de formação com notável grau de participação e empenhamento, acções nas quais foi crucial o papel dos “facilitadores” pela dedicação demonstrada e pelo esforço dispendido na transmissão da carta de valores, visão e missão que se pretendia.

2.2 Modelo de Negócio

A origem do Finibanco remonta a 1989, data da fundação da Finindústria-Sociedade de Investimentos e Financiamento Industrial, SA.

Em 9 de Junho de 1993 aquela instituição financeira foi formalmente transformada em instituição de crédito, com a denominação social de Finibanco, SA.

Inicialmente centrado em Banco Comercial, o Finibanco, então na qualidade de cabeça do seu grupo financeiro, alargou a sua acção a outras áreas, designadamente à banca de Investimento e à gestão de activos, a partir de 1996, altura em que criou sociedades especializadas nas diversas áreas de negócio bancário, apoiado em adequadas estruturas humanas e materiais.

Em Junho de 2001, o Finibanco, SA transformou-se em sociedade gestora de participações sociais, com a denominação de Finibanco-Holding, SGPS S.A., e, simultaneamente, foi criado um novo Finibanco, SA, detido a 100% pela Holding, o qual recebeu do anterior o negócio bancário e a generalidade dos seus activos e passivos.

O Finibanco, SA realiza todas as operações que por lei são permitidas aos Bancos, desenvolvendo a sua estratégia de banca universal e trabalhando os segmentos de Particulares e de Pequenas Empresas, procurando disponibilizar-lhes vantagens competitivas e assumidamente diferenciadoras.

Já no exercício de 2010, na sequência do acordo firmado pelo Finibanco-Holding com a Mapfre Seguros Gerais, SA, vai passar a distribuir, em regime de exclusividade, através das suas redes, os produtos do ramo não-vida daquela e a rede de Balcões e de mediadores da Mapfre vai distribuir *assurfinance* dos produtos Finibanco.

Para o efeito apoia-se na sua rede de Balcões dispersos por todo o país e na Sucursal exterior da Madeira, esta até ao final do exercício de 2009, data a partir da qual, como se disse, foi requerida a sua dissolução.

Estratégia e Objectivos

O Finibanco, SA tem por objectivo a prestação de um serviço de qualidade e a disponibilização de uma vasta gama de produtos e serviços financeiros.

No desenvolvimento da sua acção procura nas abordagens que faz ao mercado, nos segmentos Negócios de Particulares e Pequenas e Médias Empresas, formular propostas de valor diferenciadas, adequando-as às características de cada cliente, capazes de dar resposta às questões apresentadas e às suas necessidades próprias.

Por outro lado, procede à análise frequente da evolução do mercado e, em função do conhecimento obtido da situação presente nos diferentes segmentos, desenvolve a sua oferta de produtos e serviços adequados às necessidades identificadas.

No final do início do exercício de 2008 e em matéria de estratégia comercial, definiram-se linhas de actuação para 2009, visando:

- A optimização da gestão da base de capital reforçando o TIER 1 e salvaguardando-se o adequado rácio de solvabilidade;
- O reforço da liquidez, dando prioridade à captação de recursos domésticos, na rede de Balcões, e à estruturação de operações de activos para colateralizar financiamentos junto do BCE e de outras Instituições;
- A rentabilização dos capitais próprios;
- O reforço da rede de Promotores de Negócios, que passou de 419 para 991 Promotores, do Net-Banking e da Banca Telefónica;
- A criação de novas funcionalidades do Net-Banking;
- A melhoria do produto bancário, designadamente através do controlo dos custos;
- A melhoria da competitividade na relação com o cliente e também da qualidade dos serviços, através:
 - Da focalização da estrutura no cliente;
 - Da aposta forte na formação dos efectivos;
 - Da criação de produtos e serviços ajustados a uma maior segmentação;
 - Da utilização de melhores tecnologias;
 - Da melhor transparência nos preços estabelecidos;
- A assunção de uma postura mais conservadora na gestão de todos os riscos da actividade financeira;
- O aperfeiçoamento dos modelos de *governance* e de controlo interno.

2.3 Banca Comercial

Apoiada na rede de Balcões e nas redes complementares já referidas, a Banca Comercial está agora constituída por duas grandes Direcções Comerciais, com funções de coordenação, desenhadas para o tratamento de dois importantes segmentos de negócio: a área de Negócios e Particulares e a área de Empresas e Institucionais.

O ramo dos Negócios e Particulares é composto pelas Direcções Comerciais Regionais, divididas por grandes regiões do país e é coordenada pela Direcção Central de Negócios e Particulares.

O ramo de Empresas e Institucionais, comporta duas Direcções de Empresas, que abrangem as regiões norte e sul do país, e um Núcleo de Institucionais, órgãos encimados por uma Direcção Central de Empresas e Institucionais, que passou também a ocupar-se do tratamento do segmento empresarial com elevados níveis de facturação e de indicadores económico-financeiros. A par destas existem ainda duas Direcções de Private, orientadas para a prestação de serviços especializados de assessoria patrimonial e de apoio à gestão de carteiras de investimento de clientes particulares de elevados rendimentos.

Todas elas, desenvolveram as suas acções em perfeita complementaridade e em obediência a regras definidas, no que respeita à captação de recursos, e do que se encontra estabelecido no Regulamento Geral de Crédito, em matéria de aplicações.

Nesta área e ainda na sequência do programa interno – Programa CRESCERE – iniciado em 2008, para ser desenvolvido em quatro anos, visando a implementação de uma estratégia de crescimento, rentabilidade, eficiência e sustentabilidade e a transformação do Finibanco num Banco de relação, moderno e inovador, focado nos segmentos mais dinâmicos:

- Desenvolveram-se esforços no sentido de implementar uma nova lógica de abordagem nos segmentos de clientes;
- Seleccionaram-se serviços e produtos mais adaptados às necessidades de cada tipo de cliente;
- Promoveu-se o aumento do grau de proactividade da força comercial, com o objectivo de aumentar o volume de negócio e a margem de contribuição de cada colaborador;
- Fomentou-se o incremento do número de clientes totais e a sua fidelização ao Banco.

Naturalmente, ainda nem todos os objectivos deste Programa foram plenamente concretizados, mas é com alguma satisfação que se constata que as nossas equipas comerciais vêm prestando um serviço personalizado, de aconselhamento de soluções, cada vez mais eficientes, e que tem sido uma realidade a contínua inovação dos produtos oferecidos, direccionados para segmentos específicos e para os clientes, à medida das suas necessidades, tendo sempre presente que a celeridade, a eficácia e a personalização postos no tratamento dispensado a quem se nos dirige, são atributos em que se aposta todos os dias e que se pretende nos caracterizem.

Em obediência a estes princípios, a Banca Comercial, no seu conjunto, através das referidas redes tradicional, Homebanking, Banca Telefónica e ainda na rede de Promotores de Negócios, esta naturalmente em menor escala, angariou um total de recursos no montante de 2.804,1 milhões de euros (+1%) e concedeu crédito (bruto) num total de 2.321,2 milhões de euros (-1%), performance que se nos afigura muito reduzida, por força da conjuntura económica que se instalou no mercado e que continua ainda.

Reflectindo o esforço desenvolvido no alargamento da rede tradicional, a Banca Comercial angariou 27.148 novos clientes, o que representa uma média de 157 por Balcão, e constitui praticamente o mesmo número de clientes angariados também por Balcão no exercício anterior.

O crédito concedido (líquido de imparidade) distribuiu-se pelos seguintes sectores mais representativos:

Distribuição da carteira de crédito pelos sectores mais representativos	31-12-2009	31-12-2008
Particulares	28,0%	27,3%
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	24,1%	17,1%
Comércio, Restaurantes e Hotéis	17,0%	16,5%
Actividades de SGPS, Intermediação Financeira e Seguros	8,0%	11,3%
Serviços	6,2%	5,4%
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transp.	3,2%	3,3%
Têxteis, Vestuário e Calçado	1,9%	1,9%
ENIS	1,7%	1,5%
Madeira, Cortiça e Papel	1,7%	1,9%
Alimentação, Bebidas e Tabaco	1,6%	1,3%

De assinalar o aumento muito expressivo do peso relativo do crédito à Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias, o aumento pouco acentuado dos Sectores de Alimentação, Bebidas e Tabaco, de Serviços e ENIS e de Particulares, e a diminuição de Actividades de SGPS, Intermediária Financeira e Seguros e Madeira, Cortiça e Papel.

A evolução dos restantes sectores não merece referência especial.

2.3.1 Banca de Empresas

A Banca de Empresas trabalha o universo de empresas e de empresários em nome individual, com um volume de negócios superior a 2,5 milhões de euros anuais e exposição potencial igual ou superior a 250 mil euros.

Apoiada na rede de distribuição do Finibanco e em grandes centros, a Banca de Empresas, no respeito pelas normas estabelecidas, designadamente em matéria de risco e de uso de poderes de decisão, procede à análise das solicitações de crédito que lhe são formuladas, gere o risco, faz o acompanhamento do crédito concedido e vela pela sua normal evolução.

A Banca de Empresas concedeu e geriu 44,7% do total da carteira de crédito e captou 12,0% dos recursos.

2.3.2 Banca de Negócios e Particulares

Trabalhando em complementaridade com a Banca de Empresas e igualmente apoiada nas redes de distribuição do Finibanco, a Banca de Negócios e Particulares desenvolve a sua actividade junto de clientes particulares, institucionais, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual com volume de negócios anual inferior a 2,5 milhões de euros e exposição potencial inferior a duzentos e cinquenta mil euros.

Procede ainda à análise das solicitações de crédito e de outras operações que lhe são apresentadas, designadamente em termos de risco, no total respeito pelas normas dos Regulamentos instituídos, e faz o acompanhamento do crédito concedido.

Cabe aqui referir que no exercício de 2009, a Banca de Negócios e Particulares angariou 26.716 novos clientes.

A Banca de Negócios e Particulares concedeu e geriu 55,3% do total da carteira de crédito concedido e angariou 88,0% dos recursos.

2.3.3 Private Banking

No que respeita ao Private Banking não se esperavam facilidades para 2009, tendo em conta o modo como a conjuntura económica evoluiu.

Contudo, o ano acabou por terminar da melhor forma apesar do enquadramento particularmente desfavorável e até deprimido e da continuação duma crise económica sem precedentes nas últimas décadas, que tudo indica se manterá em 2010, e que afectou sobremaneira o tecido empresarial.

Não obstante, o Mercado de Capitais revelou-se extremamente dinâmico e originou uma recuperação notável, graças à janela de oportunidade que se abriu no segundo semestre do exercício, permitindo que os investimentos de risco retomassem o seu percurso com crescimentos percentuais claramente acima do expectável.

Atentos ao desenrolar dos acontecimentos, soubemos aliar o momento favorável dos mercados, no segundo semestre, ao cuidado acompanhamento das carteiras, privilegiando um elevado nível de qualidade na prestação do serviço, o que originou uma recuperação assinalável nas rentabilidades dos produtos afectos à gestão de patrimónios e de carteiras dos clientes. Tudo isto foi possível apesar de termos mantido uma atitude suficientemente cautelosa e criteriosa, que nos permitiu continuar com uma percentagem adequadamente baixa, em termos médios, de recursos afectos ao risco.

Os nossos Private Bankers, no desenvolvimento da sua actividade, focalizaram a sua atenção nas necessidades específicas de cada cliente, monitorizando eficazmente cada carteira e acompanhando de perto a evolução de todos os negócios. Foi assim possível, mais uma vez, obter um crescimento sustentado da actividade do Private Banking, quer em volume de negócios quer em clientes.

Fiéis à nossa estratégia de sempre, que assenta numa premissa absolutamente fundamental que consiste na manutenção dum serviço de excelência prestado por profissionais competentes, dedicados, eficientes e disponíveis, vamos continuar a privilegiar a defesa dos interesses dos nossos clientes.

Assim, em 2010 prosseguiremos a prática de preservação do património e da criação de valor, com o objectivo de obtenção de um grau de satisfação elevado e de prestação de serviços altamente qualificados.

2.4 Mercado de Capitais

Das actividades desenvolvidas durante o exercício destaca-se a montagem da operação de aumento de capital social do Finibanco-Holding de 115 milhões para 175 milhões de euros, pela emissão de 60 milhões de acções ordinárias, escriturais e nominativas, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 1,25 euros.

Esta Oferta Pública de Subscrição de acções reservada a accionistas, seguida de admissão à negociação na Euronext Lisbon, foi realizada no mês de Junho.

Para reforço do rácio TIER I, o Finibanco decidiu emitir Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados, tendo obtido a respectiva autorização do Banco de Portugal no final do ano.

Esta emissão enquadra-se no Programa de Emissão de Títulos Representativos de Dívida do Finibanco até ao montante de 100 milhões de euros, datado de Dezembro.

Durante o ano, o Finibanco também participou em diversos Programas de Papel Comercial e Private Placements.

2.5 Área Financeira e Internacional

No primeiro semestre de 2009 observou-se uma rápida e acentuada diminuição das taxas de juro oficiais da área do euro. Após um corte de 175 pontos base no último trimestre de 2008, o BCE reduziu a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 150 p.b., para o mínimo histórico de 1%. No Reino Unido a taxa directora fixou-se em 0,5%.

Neste contexto, as taxas de juro do mercado monetário interbancário prosseguiram o movimento descendente iniciado no mês de Dezembro de 2008, com a taxa Euribor a 6 meses a diminuir mais de 160 pontos base, entre Janeiro e Junho de 2009.

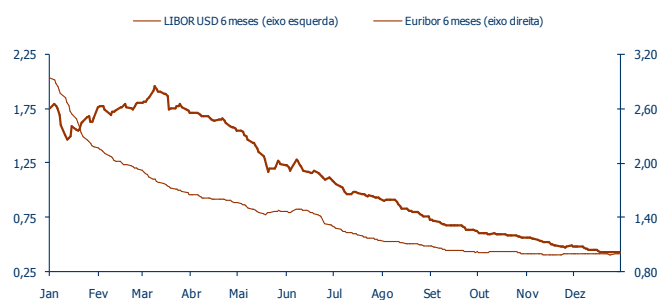
Para tal foram determinantes as medidas adicionais levadas a cabo pelo Banco Central Europeu no sentido de normalizar a situação nos mercados monetários. Assim, além de disponibilizar fundos ilimitados à taxa de 1%, o BCE permitiu uma maior flexibilidade na gestão de instrumentos de cedência de liquidez, alargou o prazo das operações de refinanciamento até um ano e iniciou um programa de aquisição de “covered bonds”.

Nos EUA, e ao contrário da zona euro, as taxas de juro assumiram uma trajectória ascendente ao longo de quase todo o primeiro trimestre, com a Libor USD a 6 meses a atingir 1,96% no dia 10 de Março, momento a partir do qual inverteram a tendência, passando a seguir um movimento consistente com uma progressiva normalização do funcionamento dos mercados por grosso. A Federal Funds rate permaneceu inalterada entre zero e 0,25 por cento.

No segundo semestre de 2009, as taxas de juro seguiram um movimento descendente, tanto nos Estados Unidos como na área do Euro. A Euribor a 6 meses registou valores inferiores a 1%, o que representa uma queda de quase 2 pontos percentuais, face ao início do ano.

Quanto à USD Libor, terminou o ano em torno dos 40 pontos base, o que configura uma descida de 130 p.b. desde Janeiro.

Taxa interbancária do Euro e do USD (em %)



Fonte: Reuters EconWin

No mercado cambial, assistiu-se, no início de 2009, a uma depreciação significativa do euro face ao dólar, tendo atingido, no dia 4 de Março, o valor de 1,2455. Para tal contribuiu a perspectiva de uma recessão mais profunda na área do Euro e o prolongamento da crise durante mais tempo do que o inicialmente previsto.

Após uma depreciação significativa do euro face ao dólar nos dois primeiros meses do ano, a partir de Março deu-se uma inversão desta tendência, com o EUR/USD a alcançar o valor mais elevado do ano (1,5144) no dia 25 de Novembro, data em que voltou a seguir um movimento depreciativo, terminando 2009 em torno de 1,44.



Fonte: Reuters EconWin

No que respeita ao preço do petróleo, após ter registado, no início do ano, 46 dólares por barril, o WTI Crude retomou uma trajectória ascendente, tendo-se fixado em valores próximos de 80 dólares no final de 2009, valores muito abaixo dos cerca de 146 dólares por barril atingidos em meados de 2008.

Neste contexto depressivo, o ano de 2009 caracterizou-se pela promoção e manutenção de relações entre o Finibanco e outras Instituições financeiras nacionais e internacionais.

A actividade do Gabinete de Relações Internacionais foi marcada pela renegociação de acordos importantes, dos quais se destacam os efectuados com a International Swaps and Derivatives Association (ISDA) e os acordos de Cash-Letter.

Os recursos alheios apresentavam, em 31 de Dezembro de 2009, a seguinte estrutura:

• Depósitos	76,1%
• Securitização de Crédito	8,9%
• Recursos de Bancos Centrais	6,8%
• Obrigações	5,3%
• Mercado Monetário Interbancário	2,9%

Como se verifica, os Depósitos e as Obrigações colocadas em clientes representam 81,4% do total, o que, em termos de liquidez, confirma uma situação muito favorável.

As operações de titularização de créditos “Aqua Mortgage Nº 1”, concluída no final de 2008 e “Aqua Finance Nº 3”, concluída em meados de 2009, no montante global de 440 milhões euros, permitiram ao Finibanco e ao Grupo a monetização de activos ilíquidos, passando a ter a possibilidade de recorrer ao financiamento do Eurosistema a preços mais reduzidos do que o das fontes alternativas.

Concluiu-se na segunda metade do exercício, a actualização do sistema informático utilizado pela Unidade de Sala de Mercados, para uma nova versão.

Dando cumprimento à decisão do Conselho, no final do exercício procedeu-se ao encerramento da Sucursal Financeira Exterior da Madeira.

2.6 Gestão do Risco

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

O processo de gestão do risco tem como pilar o Conselho de Administração, primeiro responsável na identificação e controlo dos riscos. No âmbito da Comissão de Gestão de Activos e Passivos são analisados riscos relacionados com a gestão do balanço, nomeadamente o risco de liquidez e risco de taxa de juro. Ao Comité de Investimentos, compete a avaliação da conjuntura macroeconómica global, a proposição das linhas de estratégia de investimentos em valores mobiliários, a análise do comportamento dos mercados e dos seus distintos segmentos e a oportunidade da efectivação de negócios.

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e, pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na nossa actividade.

Os objectivos, políticas e estratégias da gestão do risco de crédito encontram-se consubstanciadas em documento próprio emanado do Conselho de Administração e configuram as linhas mestras de actuação nesta área. Nele se referem, nomeadamente, segmentos, sectores, produtos ou tipologia das operações a privilegiar, sempre assentes nos princípios da diversificação, segurança, rentabilidade, liquidez, avaliação do risco de crédito e colegialidade na decisão de crédito.

A gestão do risco de crédito no Finibanco tem como base o Regulamento Geral de Crédito, onde estão estabelecidos os princípios, as regras e a organização do processo de concessão de crédito, assentes na independência nas diversas fases do processo creditício: análise, aprovação, acompanhamento das operações e monitorização da carteira.

A análise do risco de crédito tem por base a avaliação do cliente, o *rating*, o produto, as garantias/colaterais, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente decisão fundamentada em apreciação que pondere, de forma equilibrada, os factores subjectivos e objectivos.

Para a classificação e avaliação do risco dos clientes-empresa, o Finibanco dispõe de um sistema interno de classificação de risco que incorpora as componentes qualitativa e quantitativa, com avaliação da posição do sector em que a empresa se insere.

O Finibanco desenvolveu um novo modelo de notação de risco empresas que introduz, além das componentes quantitativa e qualitativa, a componente comportamental, já submetida a avaliação e aprovada por entidade independente.

Para o crédito pessoal, crédito à habitação e cartões de crédito, a avaliação do perfil de risco dos clientes é efectuada através do sistema de *Credit Scoring*, com módulos específicos para cada tipo de crédito. Como ferramenta de apoio à decisão, o sistema de *Credit Scoring* é uma técnica que procura medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento, construído com base num conjunto de informações tidas como relevantes para se aferir da solvabilidade associada ao mesmo.

No Finibanco, está implementado um sistema electrónico de gestão e concessão de crédito, sistema operacional que integra todo o processo de decisão de crédito nas suas várias actividades: propositura, apreciação e decisão, controlando os momentos da formalização e do processamento, com benefícios significativos na diminuição do risco operacional, na maior celeridade na decisão e no registo de informação.

No documento “Regulamento Geral de Pricing”, estão definidos os princípios para a fixação das taxas a praticar, bem como a delegação de competências para a respectiva aprovação. Como base do processo de decisão, é utilizado um sistema de *pricing* e risco que, em função do risco de cada operação de crédito, calculado por metodologia interna e traduzido em nível de alocação de fundos próprios, indica o preço a praticar que garanta a rentabilidade-objectivo internamente definida para os capitais próprios.

O acompanhamento das operações de crédito, está no âmbito do Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades, que tem como principal objectivo garantir a qualidade da carteira actual de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vivo, vencido e vincendo.

No âmbito do crédito vivo, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades pretende identificar antecipadamente clientes com elevada probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades e prevenir situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito e Imparidades pretende tipificar atempadamente o nível de gravidade de incumprimento dos clientes, propondo, em conformidade, a sua transferência para os serviços de recuperação.

No processo de monitorização, para além do acompanhamento individualizado por operação e por cliente, procede-se à análise regular da qualidade e da estrutura da carteira de crédito. Assim, exerce-se vigilância sobre a concentração de responsabilidades, nomeadamente sectorial, por área geográfica, por cliente, por tipo de produto, por notação de risco, por tipo de garantia associada e por maturidade, entre outras. Procede-se à avaliação dos activos recebidos como garantias/colaterais das operações de crédito, de forma a garantir as coberturas desejadas. Paralelamente, analisa-se a evolução do crédito vencido e respectivas recuperações, o grau de cobrabilidade estimado e a adequação das provisões constituídas.

Está também implementado um modelo interno de avaliação da qualidade da carteira de crédito das diferentes unidades de negócio através do qual, partindo da análise das características das operações de crédito, se calcula o capital económico adequado ao nível de risco incorrido. Com utilização da metodologia RAROC, é apurada a rentabilidade de cada “portfolio” em função do respectivo risco.

Estão disponíveis sistemas de alerta para situações atípicas, destinados à estrutura comercial, a quem também são disponibilizados, com actualização diária e possibilidade de consulta via intranet, diversos indicadores caracterizadores da carteira de crédito, nomeadamente posição diária, saldos médios mensais, taxas médias, crédito vencido e provisionamento. Dispõe-se, ainda, de informação diária, também via intranet, das situações de incumprimento.

Nos casos de incumprimento e cumpridos os prazos limite de permanência nesta condição no âmbito das Direcções Comerciais, procede-se à transferência dos créditos para o Serviço de Recuperação e Direcção de Contencioso, órgãos que empreendem todas as acções necessárias à recuperação do crédito.

Exposição em Risco

O quadro seguinte evidencia o montante máximo de exposição ao risco de crédito, por classe de activos. Os montantes apresentados são líquidos de provisões e imparidades.

	Mil €	
Exposição total a risco de crédito	31-12-2009	31-12-2008
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	76.478	75.377
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.864	48.062
Activos financeiros detidos para negociação	3.016	4.698
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	10.354	0
Activos financeiros disponíveis para venda	35.513	32.920
Aplicações em instituições de crédito	343.938	269.893
Crédito a clientes	2.279.476	2.324.039
Outros activos	11.617	9.316
Sub-total	2.798.255	2.764.205
Passivos contingentes	92.010	106.995
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	124.060	169.301
Sub-total	216.070	276.296
Total	3.014.325	3.040.601

Concentração de Risco – Sectorial

O quadro seguinte mostra uma análise sectorial da carteira de crédito a clientes. Os valores evidenciados correspondem à exposição máxima para o crédito por desembolso (*portfolio* líquido de provisões e imparidades), antes e depois do efeito mitigador dos colaterais associados.

	Mil €			
Concentração risco de crédito por desembolso e assinatura	31-12-2009		31-12-2008	
	Exposição máxima		Exposição máxima	
Sector de actividade	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
Agricultura, Silvicultura e Pescas	16.037	8.753	27.362	15.574
Alimentação, Bebidas e Tabaco	36.771	24.613	29.135	23.057
Comércio, Restaurantes e Hotéis	387.441	259.059	381.892	288.001
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	548.067	268.028	394.445	192.140
Electricidade, Água e Gás	610	605	1.105	1.105
ENIS	39.619	24.251	35.515	23.731
Fabricação de Mobiliário e Outras Ind. Transf.	26.069	13.509	25.645	17.492
Indústria Química e Actividades Conexas	26.963	21.923	29.392	24.954
Indústrias Extractivas	15.419	8.726	13.680	6.683
Actividades SCPS, Intermediação Financeira e Seguros	182.793	167.223	261.839	249.298
Madeira, Cortiça e Papel	38.067	29.175	44.637	37.743
Metalúrgicas de Base	6.110	5.218	6.149	4.725
Outros	601	533	1.236	582
Papel, Artes Gráficas e Editoriais	11.959	6.478	12.850	7.022
Particulares	636.645	137.343	630.492	144.096
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transp.	73.754	53.063	75.572	53.875
Produtos Minerais não Metálicos	19.746	13.146	23.073	14.908
Serviços	141.428	80.316	124.673	71.770
Têxteis, Vestuário e Calçado	44.063	28.003	44.196	31.066
Transportes e Actividades Conexas	23.099	13.215	25.320	14.376
Sub-total	2.275.261	1.163.180	2.313.144	1.202.779
Passivos contingentes	92.010	79.655	106.995	81.679
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	124.060	108.463	169.301	140.781
Sub-total	216.070	188.118	276.296	222.459
Total ⁽¹⁾	2.491.331	1.351.297	2.589.440	1.425.239

⁽¹⁾ Excluída de proveitos a receber no total de 4,2 milhões de euros em 2009, e 10,9 milhões de euros em 2008.

O tipo e valor dos colaterais/garantias exigidos na aprovação das operações de crédito dependem da avaliação do risco da contraparte. Os principais tipos de colaterais são os seguintes:

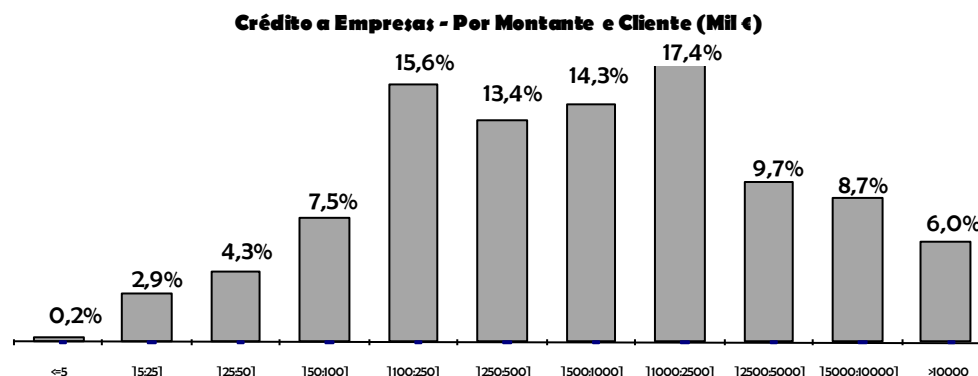
- Hipotecas
- Penhores de instrumentos financeiros
- Penhores de bens físicos

Nas diversas operações de crédito, também são obtidas garantias pessoais e avales que, no entanto, não estão reflectidos no quadro anterior.

A exposição a entidades não residentes representa menos de 1% da exposição total a risco de crédito.

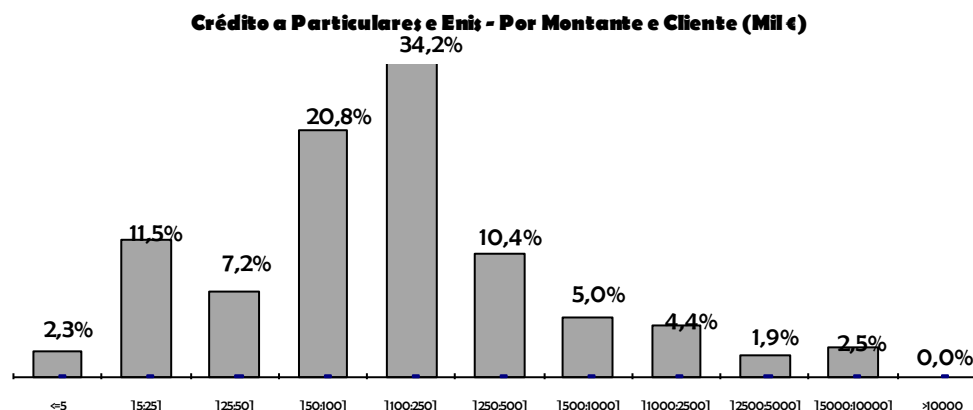
Concentração de Risco – Montantes

Os gráficos seguintes permitem observar a concentração por montante de crédito concedido, por tipo de cliente.



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes empresa, existe um elevado grau de diversificação por escalão de montantes, nomeadamente nos quatro escalões situados entre 100 mil euros e 2,5 milhões de euros. Esta distribuição reflecte o peso das PME's no "portfolio" de crédito a empresas. O escalão com maior relevância tem 17,4% do total da exposição, e diz respeito a clientes com montantes entre 1 milhão de euros e 2,5 milhões de euros.



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes particulares, 34,2% da exposição encontra-se em clientes com montantes entre 100 mil euros e 250 mil euros, reflectindo a relevância do crédito imobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2009, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte ascendia a 88,0 milhões de euros, sendo esta uma entidade do grupo. A maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte não pertencente ao grupo ascendia a 29,9 milhões de euros antes e depois de colaterais (27,3 milhões de euros, antes de colaterais e 4,0 milhões de euros depois de colaterais, em 31 de Dezembro de 2008).

O montante de crédito a clientes desagregado por notação interna de risco, é o que a seguir se indica:

	Mil €	
Crédito a clientes, bruto por notação de risco ⁽¹⁾	31-12-2009	31-12-2008
A	29.182	20.441
B	109.316	140.511
C	408.664	435.712
D	573.645	538.085
E	259.891	192.677
Sem notação	254.725	334.464
Sub-total Empresas	1.635.423	1.661.891
Particulares	685.813	681.911
Total	2.321.236	2.343.802
(dos quais com indícios de imparidade individual)	66.490	31.384

⁽¹⁾ Rubrica de crédito a clientes bruto, excluída de proveitos a receber no total de 4,2 milhões de euros em 2009, e 10,90 milhões de euros em 2008.

O montante de créditos renegociados desagregado por tipo de cliente em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é como a seguir se indica.

	Mil €	
Tipo de Cliente	31-12-2009	31-12-2008
Empresas	31.430	14.929
Particulares	11.483	4.906
Total	42.913	19.835

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

	Mil €				
Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	6.680	321	152	523	7.676
3 - 6 m	15.496	520	137	468	16.621
6 - 9 m	6.625	409	306	633	7.973
9 - 12 m	7.770	454	300	801	9.325
12 - 15 m	5.450	316	404	520	6.689
15 - 18 m	4.222	455	107	401	5.186
18 - 24 m	5.356	274	566	201	6.396
24 - 30 m	2.899	216	192	244	3.552
30 - 36 m	1.127	1	237	100	1.465
36 - 48 m	1.134	22	397	109	1.662
48 - 60 m	892	63	109	46	1.109
> 60 m	397	0	137	11	545
Juros vencidos a regularizar	334	76	32	69	510
Total	58.384	3.126	3.075	4.125	68.709

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascende a 17,2 milhões de euros.

	Mil €
Tipo de colateral	Montante
Hipotecas	12.900
Títulos	607
Depósitos de Clientes	167
Outros Penhores	3.563
Total	17.238

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2008 consta do quadro seguinte:

	Mil €				
Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	5.152	459	307	520	6.438
3 - 6 m	5.365	938	247	454	7.005
6 - 9 m	5.373	952	520	504	7.349
9 - 12 m	5.027	577	258	471	6.333
12 - 15 m	3.463	790	515	347	5.115
15 - 18 m	1.721	460	488	76	2.745
18 - 24 m	4.531	250	1.553	621	6.955
24 - 30 m	2.226	241	482	95	3.044
30 - 36 m	535	66	891	65	1.557
36 - 48 m	988	121	682	126	1.917
48 - 60 m	259	0	197	62	519
> 60 m	98	0	22	1	120
Juros vencidos a regularizar	483	159	98	36	776
Total	35.221	5.014	6.259	3.377	49.871

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascendia a 18,3 milhões de euros.

	Mil €				
Movimentos de provisões no período	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2008.12.31	20.297	1.624	4.207	4.529	30.657
Reforços	31.143	3.182	1.165	4.831	40.322
Utilizações	(9.356)	(1.929)	(789)	(2.663)	(14.737)
Reversões e Recuperações	(5.747)	(490)	(2.644)	(1.385)	(10.267)
Saldo 2009.12.31	36.337	2.387	1.940	5.311	45.975

	Mil €				
Movimentos de provisões no período	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2007.12.31	25.538	519	3.062	5.245	34.364
Reforços	18.366	1.698	2.148	3.741	25.953
Utilizações	(18.801)	(478)	(222)	(3.079)	(22.580)
Reversões e Recuperações	(4.805)	(114)	(782)	(1.378)	(7.079)
Saldo 2008.12.31	20.297	1.624	4.207	4.529	30.657

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais, em função de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios e cotações e índices).

No que respeita ao risco de cotações, diariamente são produzidos mapas com a constituição e performance do *portfolio*. É também efectuado o cálculo do VaR – “*Value at Risk*” – segundo as directrizes do BIS, nomeadamente distribuição normal de variações dos preços, avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos, em função do comportamento passado.

As metodologias VaR, baseando-se em dados históricos, não capturam alterações nos factores de risco, podendo portanto subestimar a probabilidade de ocorrência de movimentos bruscos e acentuados nos mercados. Assim, são também quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de *stress*, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados.

Mil €					
VaR	Ano de 2009				
	Final	Média	Máximo	Mínimo	31-Dez-08
Risco de Cotações e Índices	248,5	2.686,3	4.994,0	208,8	208,8
Risco Cambial	6,5	94,8	158,8	6,5	38,3
Total	255,0	2.781,2	5.117,7	255,0	247,1

A evolução verificada no risco de cotações explica-se pela redução dos montantes em carteira resultado do desinvestimento efectuado.

Relativamente ao risco de taxa de juro, são igualmente realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada e do cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.

Mil €	
Análise de sensibilidade	
Impacto de uma variação positiva de 200 pontos base na curva de taxas juro	
31 de Dezembro de 2009	
Impacto na Situação Líquida	(16.816)
Fundos Próprios	238.335
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios	(7,1%)
31 de Dezembro de 2008	
Impacto na Situação Líquida	(12.734)
Fundos Próprios	192.242
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios	(6,6%)
Impacto na Margem Financeira, a doze meses	(3.876)
Margem Financeira	74.618
Impacto % na Margem Financeira anual	(5,2%)
Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.	

Mil €				
Sensibilidade da Situação Líquida				
<= 6 Meses	6 - 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 Anos	Total
-12.048	185	-4.266	-687	-16.816

Procede-se ainda à análise de *gaps* de taxas de juro dos activos e passivos (desfasamento entre os prazos de revisão de taxas de juro), que permite detectar concentrações de risco de taxa de juro nos diversos prazos.

Risco Taxa de Juro - Gap: de Repricing/Vencimento

31 de Dezembro de 2009						
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-300.312	-32.274	22.533	79.436	6.674	9.437
Gap Acumulado	-300.312	-332.586	-310.053	-230.617	-223.943	-214.507
31 de Dezembro de 2008						
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-184.751	-31.949	-44.763	46.455	17.903	10.312
Gap Acumulado	-184.751	-216.701	-261.464	-215.009	-197.106	-186.794

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado nos mercados monetários.

A responsabilidade da gestão do risco de liquidez assenta em três órgãos: o Conselho de Administração, a Comissão de Gestão de Activos e Passivos e a Direcção Financeira e Internacional.

Em documento específico sobre gestão do risco de liquidez, encontram-se definidos os objectivos, políticas, estratégias, estrutura de gestão e planos de contingência, bem como os princípios orientadores e recomendações emanados do Comité de Basileia.

A gestão da liquidez de curto prazo incide na análise de todos os fluxos previstos para um determinado horizonte temporal e na avaliação dos meios disponíveis para fazer face a eventuais necessidades de liquidez, e que passam fundamentalmente por:

- Valores à ordem junto do Banco Central e outras IC's
- Disponibilidade de linhas de crédito
- Detenção em carteira de instrumentos financeiros de elevada liquidez

É privilegiada a diversidade de fontes de financiamento e evitada a excessiva concentração numa contraparte. Às áreas comerciais são transmitidas com regularidade as orientações sobre quais os produtos a privilegiar, não apenas na busca da melhor combinação de produtos passivos como também nos produtos activos, de forma a potenciar futuras operações de titularização de créditos.

O Finibanco dispõe de títulos elegíveis para colateralizar operações de cedência de liquidez no âmbito do Eurosistema, sendo que, no ano de 2009, esta linha de liquidez foi utilizada, em termos médios, em cerca de 60,0% do *plafond*.

No que respeita a recursos alheios de médio e longo prazo, o Finibanco tem vindo a recorrer à emissão de empréstimos obrigacionistas e a operações de titularização de créditos. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante emitido de obrigações ascendia a cerca de 165 milhões de euros, com maturidades entre 2011 e 2018, pelo que não haverá necessidade de renovar estas emissões nos próximos dois anos. Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco mantinha uma operação de titularização de créditos colocada em investidores, no montante de 250 milhões de euros.

Resulta importante referir que, no contexto atribulado de liquidez verificado a partir do final de 2008, o Finibanco não recorreu ao mecanismo de garantia pessoal do Estado português.

No âmbito da gestão do risco de liquidez, e no que respeita à cobertura de activos de médio e longo prazo, o Finibanco continua a recorrer à emissão de obrigações de caixa e de obrigações subordinadas e a titularização de activos.

Na gestão de tesouraria são, também, considerados as seguintes rubricas:

	Mil €	
GAP de tesouraria	31-12-2009	31-12-2008
Caixa e outras disponibilidades	154.859	170.009
Débitos de curto prazo junto de Instituições de crédito	(37.571)	(86.761)
GAP de tesouraria I	117.288	83.248
Títulos elegíveis como colateral junto do Eurosistema	218.358	118.468
Títulos elegíveis utilizados em 31 de Dezembro	(190.000)	(60.000)
GAP de tesouraria II	145.646	141.717

Em 31 de Dezembro de 2009, o Gap de tesouraria era positivo em 145.646 mil euros, existindo ainda a possibilidade de transformar títulos em meios líquidos, junto do Banco Central Europeu, no valor de 218.358 mil euros, estando utilizados 190.000 mil euros

A distribuição dos activos e passivos financeiros por prazos de maturidade, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, apresenta-se como segue:

	Mil €				
31-12-2009	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos
Activo financeiro					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	116.996	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	37.864	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	7.316	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	10.000	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	4.764	16.585	13.925
Aplicações em instituições de crédito	47.506	136.200	156.630	0	0
Crédito a clientes	74.805	550.479	500.357	469.995	656.891
Total	284.486	686.679	661.751	496.579	670.816
Passivo financeiro					
Recursos de bancos centrais	0	0	190.000	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	1.000	0	34.637	118.034
Recursos de outras instituições de crédito	18.352	58.091	3.850	0	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	47.652	1.354.716	707.957	13.074	0
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	151.880	96.915	0
Outros passivos subordinados	0	0	0	410	10.601
Total	66.005	1.413.806	1.053.687	145.036	128.635
GAP	218.481	(727.127)	(391.936)	351.544	542.181
GAP Acumulado	218.481	(508.646)	(900.581)	(549.038)	(6.857)

	Mil €				
31-12-2008	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos
Activo financeiro					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	121.947	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	48.062	0	0	0	0
Activos financeiros detidos para negociação	13.559	0	0	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	21.365	11.555
Aplicações em instituições de crédito	25.000	143.046	93.750	4.900	0
Crédito a clientes	77.599	623.255	480.783	415.114	696.259
Total	286.167	766.301	574.533	441.379	707.814
Passivo financeiro					
Recursos de bancos centrais	0	60.000	0	0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros justo valor através de resultados	0	4.100	2.200	35.637	118.034
Recursos de outras instituições de crédito	9.847	82.521	9.123	0	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	38.922	1.357.916	732.816	67.784	0
Responsabilidades representadas por títulos	0	0	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	249.889	0
Outros passivos subordinados	0	0	0	410	10.601
Total	48.770	1.504.537	744.139	353.720	128.635
GAP	237.398	(738.235)	(169.606)	87.659	579.179
GAP Acumulado	237.398	(500.837)	(670.443)	(582.785)	(3.606)

No caso dos Depósitos à Ordem e das Contas Correntes Caucionadas foram utilizados os prazos comportamentais para o vencimento. As rubricas constantes, dos referidos mapas, não incluem juros e correcções de valor.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

A implementação da plataforma de Gestão de Risco Operacional é composta pelas seguintes funcionalidades, disponível na intranet do Finibanco:

- Recolha e formalização dos pareceres dos processos, riscos e estruturas orgânicas identificados no "Relatório de Identificação de Riscos Operacionais", o qual é submetido à apreciação dos Chefes de Risco;
- Divulgação dos processos em portal, após aprovados pelos respectivos Chefes de Risco, com detalhe dos procedimentos, tarefas, sistemas e riscos, sediados na cadeia de valor da Instituição;
- Registo de eventos pelas estruturas orgânicas da Instituição, de acordo com as hierarquias de apreciação e decisão implementadas;
- Realização de questionários de auto-avaliação (*Self Assessment*), sobre todos os processos da Instituição, por interpelação às estruturas orgânicas, sobre a frequência e o impacto dos eventos históricos em que são e/ou foram intervenientes;
- Realização de relatórios de gestão, de forma a acompanhar os registos de custos operacionais, por tipo de risco e por processo, assim como as respectivas acções de mitigação;
- Gestão dos indicadores chave de risco (KRI's) utilizando o modelo de *balance scorecard*, parametrizando-o em função dos riscos sediados nos diferentes quadrantes;
- Identificação e monitorização dos controlos internos mitigantes dos riscos não financeiros mais relevantes (exposição ao risco) para as áreas funcionais de peso mais elevado.

2.7 Área de Operações e Sistemas de Informação

As acções desenvolvidas no exercício de 2009, encontram-se discriminadas pelas seguintes áreas de actividade:

- No âmbito da análise de processos, visando a eficiência operacional, procedeu-se à reengenharia do circuito de crédito, com especial enfoque na formalização e no processamento; desenvolveu-se idêntico trabalho no circuito de abertura de contas de particulares e de empresas; processou-se a reengenharia do circuito de operações passivas (Depósitos à Ordem e Depósitos a Prazo), abrangendo a originação, a decisão, a formalização e o processamento; implementou-se o processo de abertura de conta na hora; promoveu-se a descentralização, a sistematização e a automação da produção de minutas e de contratos, para suporte de produtos e de serviços; passou-se o serviço de gestão documental para o regime de prestação de serviços por entidade externa e uniformizou-se o sistema de expedição de correspondência, com vista a torná-lo mais operacional e mais económico;
- Na área do Homebanking criaram-se condições para possibilitar a prestação de um maior número de serviços aos clientes e promoveu-se o aperfeiçoamento das suas funcionalidades, designadamente em matéria de segurança;
- Em matéria de segurança e de planos de contingência, com vista a garantir a continuidade de negócio em situações de desastre, reviu-se e actualizou-se o *Disaster Recovery Plan*;
- Em cumprimento das directivas de Basileia II, procedeu-se à integração do motor de *pricing* de operações de crédito no processo de decisão e reformulou-se a engenharia de ferramentas de apoio à decisão, no que respeita a *rating* e gestão de balanços de empresas e a informação integrada de cliente;
- No que concerne a ferramentas comerciais, iniciou-se a instalação da nova aplicação de *front-office* na rede de Balcões;
- Por último, com vista a tornar mais acessíveis os circuitos de informação dos colaboradores e a aumentar a capacidade de resposta e de interacção da Direcção de Recursos Humanos com a estrutura do Banco, deu-se início à instalação do Portal do Empregado, sistema que possibilitará entre outros, o cumprimento atempado e eficiente das diversas obrigações legais que sobre todos impendem e facilitará o trabalho de consulta sobre as mais diversas matérias de interesse na área do pessoal.

2.8 Recursos Humanos

No quadro de mudança que o Finibanco atravessa, com diversos projectos em desenvolvimento visando a preparação da Instituição para enfrentar desafios cada vez mais exigentes e complexos, o enfoque feito nos recursos humanos acabou por ser uma consequência natural deste facto, na medida em que deles depende essencialmente a capacidade para levar por diante as transformações programadas.

Neste contexto, a par da reorganização de serviços e de ajustamentos funcionais diversos, visando a melhoria do nível e da qualidade do serviço e também da capacidade de resposta, implementaram-se novas formas e métodos de trabalho, transversais à rede comercial e áreas de suporte.

Inseridas no processo de revitalização das estruturas e de valorização e reconhecimento profissional dos colaboradores, promoveram-se iniciativas no âmbito do acompanhamento de carreiras, com vista a possibilitar a ascensão de colaboradores a funções com maior grau de exigência e responsabilidade e a confirmar nos respectivos cargos os que neles haviam sido investidos a título experimental.

Procurou-se ainda dinamizar as iniciativas incentivadoras da mobilidade geográfica e funcional, também deste modo apostando no reconhecimento dos recursos internos e alinhando os seus horizontes de evolução profissional com as necessidades da organização.

No quadro de pessoal do Finibanco manteve praticamente estável o número dos seus colaboradores, como pode verificar-se pelo quadro seguinte:

Instituição	Empregados em Dez-2008			Empregados em Dez-2009			Variação
	Efectivos	Contratados	Total	Efectivos	Contratados	Total	
Finibanco	1.179	117	1.296	1.267	26	1.293	-3

Continua a merecer preocupação acrescida o rejuvenescimento e o reforço técnico e qualificado das equipas, reformulando-se e afinando-se os processos de recrutamento, de forma a atrair profissionais que evidenciem características e perfis adequados às exigências definidas, destacando-se neste âmbito o recrutamento de 42 novos elementos para o Finibanco, SA.

Porque a preparação, a capacitação e a valorização dos quadros constitui o factor diferenciador das organizações que procuram de forma incessante a melhoria da qualidade do serviço e o reforço da competitividade e da rentabilidade, continuaram a desenvolver-se esforços no sentido de intensificar a vertente formativa.

Preparou-se um plano plurianual, que abarca as diversas áreas de actividade do Banco, agrupadas por grandes temas (comercial, financeira, riscos, gestão, normativa e regulamentar e também línguas), iniciativas que resultaram no lançamento da Academia Finibanco, projecto ambicioso no qual são depositadas fundadas expectativas para a adequada preparação dos quadros do Banco.

Neste âmbito, foram levadas a efeito acções de formação nas áreas técnicas (gestão de processo de crédito, recuperação de crédito) e comportamental (gestão do tempo e comunicação), a par de outras iniciativas circunscritas a necessidades pontuais, determinadas por exigências regulamentares e técnicas. Nesta vertente, deu-se continuidade à formação dos quadros comerciais no tema “Conhecimento da Nota do Euro”, inseridas em projecto que visa assegurar a integridade das notas de euro em circulação em Portugal, desenvolvido em parceria com o Banco Central.

Mantiveram-se, igualmente, esquemas de apoio à valorização profissional, patrocinando-se algumas iniciativas no plano da formação pós-graduada, em temas de interesse para a Instituição.

Lançaram-se ainda as bases para uma acção transversal a toda a rede, no sentido de preparar os elementos das áreas de negócio para uma actuação cada vez mais concertada e alinhada com os objectivos programados, num quadro de actuação rigoroso uniforme e criterioso, que permita melhorar os índices de rentabilidade da Instituição.

No plano das iniciativas desenvolvidas para reforçar os laços de identidade e os valores corporativos, levou-se a efeito um vasto programa, que se designou por “Ser Finibanco”, onde se trabalharam conceitos de visão, missão e valores e onde se teve o gosto de constatar o contributo e a participação empenhada dos quadros da Instituição.

A primeira fase de divulgação desta carta de valores coincidiu com a primeira sessão das “Jornadas Finibanco”, *outdoor* realizado no final de Setembro, nas termas da Cúria, com a participação de aproximadamente 200 colaboradores, dinamizada por cerca de 60 quadros. Estes quadros aderiram e colaboraram activamente no processo, através da preparação e divulgação daqueles conceitos por todo o Banco, nas semanas imediatas, de norte a sul. Realça-se o elevado envolvimento neste processo de todos os colaboradores e a forma como o vivenciaram e interpretaram, partilhando experiências com os colegas, dos mais antigos aos mais recentes, numa clara manifestação de adesão ao projecto Finibanco.

Outra iniciativa que caracteriza de forma exemplar o compromisso e o empenhamento nos destinos da Instituição, está patente no processo de aumento de capital da empresa-mãe, que registou significativa participação dos colaboradores, de todos os segmentos profissionais, dando mostras da forma atenta como se identificam com a Instituição, e como estão presentes quando são chamados a responder.

Com o objectivo de na medida do possível, aproximar da Instituição os colaboradores e de dar satisfação às suas expectativas e anseios, aprovaram-se algumas medidas cujo impacto se estima venha a ocorrer mais significativamente no próximo ano, designadamente ao nível da comunicação. Neste âmbito procedeu-se ao lançamento do Portal do Colaborador, ferramenta que constitui um apoio aos Coordenadores na gestão das respectivas equipas e que possibilita um conjunto de funcionalidades, com destaque para o envio electrónico do recibo, a marcação de férias e a consulta de cadastro.

No domínio dos serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), para além de todos os aspectos correntes relacionados com as condições de trabalho, mereceu uma atenção específica e atenta o evoluir do surto pandémico designado por Gripe A (vírus H1N1), tendo sido disponibilizados planos de acompanhamento para o efeito.

Na vertente de responsabilidade social, continuaram a privilegiar-se iniciativas de apoio à inserção na vida activa, quer através de protocolos e parcerias com diversas entidades e estabelecimentos de ensino para a concessão de estágios (Instituto de Formação Bancária, INETESE, Fundação da Juventude e Universidades diversas), quer através da contratação directa de jovens quadros.

2.9 Análise Económica e Financeira

2.9.1 Balanço

No final do exercício, o activo líquido do Finibanco ascendia a 3.051 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 1,8% (+54,2 milhões de euros) face a Dezembro de 2008.

A carteira de títulos detidos para negociação decresceu 46% (-6,2 milhões de euros), enquanto os Activos financeiros ao justo valor e disponíveis para venda cresceram 29,7% (+11,6 milhões de euros) face ao ano anterior.

Em termos líquidos, os Activos intangíveis e tangíveis registam um decréscimo de 4,8 milhões de euros.

A actividade creditícia, líquida de provisões, também evoluiu negativamente (-1,9%), ou seja, 44,6 milhões de euros, em termos líquidos.

A carteira de crédito bruta registou um decréscimo de 27,1 milhões de euros, correspondente a 1%. Este comportamento decorre do abrandamento da actividade económica em Portugal e ainda do esforço que tem vindo a ser feito pelo Banco com vista à gestão mais criteriosa do crédito face às adversas condições económicas.

Crédito a clientes	31-12-2009	31-12-2008	Mil € Δ%
			Dez09/Dez08
1. Particulares	685.647	681.776	0,6
...Habitação	287.081	275.395	4,2
...Outros créditos	398.566	406.380	(1,9)
2. Empresas	1.635.589	1.662.026	(1,6)
Total	2.321.236	2.343.802	(1,0)

Já o crédito à habitação registou um crescimento de 4,2%, representando cerca de 12,4% da carteira total de crédito. Por sua vez o crédito a particulares para outras finalidades apresentou um decréscimo de 1,9% e o crédito a empresas diminuiu 1,6%.

O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias (deduzido de créditos totalmente provisionados) passou a representar 2,1 % do crédito total (era 1,7% em Dezembro de 2008) e o grau de cobertura por provisões situa-se agora em 114,4%.

O total de Recursos de clientes aumentou 27,1 milhões de euros face ao período homólogo (+1%) por via do bom desempenho da actividade de desintermediação, que aumentou 133,3 milhões de euros, em resultado da recuperação dos mercados e da confiança manifestada pelos nossos clientes nos activos geridos pelo Grupo Finibanco.

Os Depósitos de clientes registaram um decréscimo de 3,4% face a Dezembro de 2008, em consequência de haverem em parte sido substituídos por outras formas de financiamento com taxas mais atractivas, designadamente as obtidas com recurso ao Eurosistema.

	Mil €		
Recursos totais de clientes	31-12-2009	31-12-2008	Δ% Dez09/Dez08
...Depósitos	2.123.400	2.197.236	(3,4)
...Obrigações colocadas em clientes	164.682	170.982	(3,7)
Recursos de clientes no balanço ⁽¹⁾	2.288.081	2.368.218	(3,4)
Desintermediação ⁽²⁾	577.807	444.489	30,0
Total	2.865.889	2.812.707	1,9

⁽¹⁾ Não considerando juros e outros ajustamentos. Em 2008 e para efeitos de comparativos os Seguros de capitalização e PPR geridos pelo Finibanco Vida não foram incluídos nesta rubrica

⁽²⁾ Inclui Seguros de capitalização, PPR, fundos de investimento, PPA e gestão de carteiras corrigidos de duplicações de registos (depósitos de fundos de investimento, UP's em carteira e outros). Em 2009 e para efeitos de comparativos os Seguros de capitalização e PPR geridos pelo Finibanco Vida foram incluídos nesta rubrica

O Finibanco continua a ter nos recursos de clientes (75% do total do activo), a sua principal fonte de financiamento da actividade, apresentando um muito bom rácio (101,4%) de transformação de recursos em crédito.

Os Recursos de outras Instituições de crédito diminuíram 21,4 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2008 (-21,0%), para o que contribuíram os que foram obtidos junto do Eurosistema, que ascendiam a 190 milhões de euros (6,2% do total do activo) no final do ano de 2009.

Os Capitais próprios aumentaram 34,3 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2008, em consequência do aumento de capital realizado em Agosto de 2009, no montante de 40 milhões de euros. O capital social passou assim de 120 milhões para 160 milhões de euros.

O reforço dos capitais próprios, permitiu que o rácio de solvabilidade se situe agora em 11,7% e o Core TIER I em 8,2% (calculados de acordo o normativo do Banco de Portugal, aplicando-se o método padrão para o cálculo dos requisitos de fundos próprios, para cobertura do risco de crédito, e o método do indicador básico, para cálculo de requisitos para cobertura de risco operacional).

Os fundos próprios de base foram reforçados em 33,3 milhões de euros (+24,9%), enquanto os requisitos de fundos próprios aumentaram 6 milhões de euros (3,8%).

Em Fevereiro de 2010 foi concretizada uma emissão de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados, no montante de 15 milhões de euros, operação elegível para efeitos de cálculo do TIER I. Se a mesma houvesse sido feita à data do final de 2009 teria tido um impacto positivo no rácio de solvabilidade, que passaria para 12,8%, com o TIER I a situar-se em 9%.

	Mil €		
Fundos próprios e requisitos de fundos próprios	31-12-2009	31-12-2008	Δ% Dez09/Dez08
Fundos Próprios Elegíveis	238.335	192.947	23,5
...De base	167.118	133.798	24,9
...Complementares	83.560	66.900	24,9
...Deduções	(12.343)	(7.751)	59,2
Requisitos de fundos próprios	162.522	156.502	3,8
Core Tier I	8,2%	6,8%	1,39 pp
Tier II	3,5%	3,0%	0,48 pp
Rácio de solvabilidade	11,7%	9,9%	1,87 pp

Em Novembro de 2008 a Fitch Ratings atribuiu ao Finibanco, SA a notação de BBB- com *outlook* estável.

2.9.2 Conta de Resultados

Produto Bancário

O Produto bancário foi inferior ao registado em 2008, em 2,6 milhões euros (-2,3%), por força do acréscimo ocorrido na rubrica de Resultados em operações financeiras (+21,1 milhões de euros) que não foi suficiente para cobrir a diminuição registada em Comissões e Outros proveitos líquidos (-19,8 milhões de euros).

A Margem financeira, no montante de 70,7 milhões de euros, registou uma redução de 3,9 milhões de euros (-5,2%), em consequência das seguintes variações:

Margem Financeira	31-12-2009	31-12-2008	Mil € Δ	
			Valor	%
Margem financeira	70.734	74.617	(3.884)	(5,2)
Intermediação financeira	60.564	63.595	(3.031)	(4,8)
Custo amortizado	8.326	6.914	1.411	20,4
Rendimento de instrumentos de capital	1.844	4.108	(2.265)	(55,1)

A margem da intermediação financeira continuou a ser afectada pela crise financeira internacional, que se agudizou no quarto trimestre de 2008 e que provocou um encarecimento no custo dos recursos, essencialmente dos depósitos, em comparação com as taxas de mercado que caíram bruscamente, situando-se a Euribor a 3 meses, em 0,7% em 31 de Dezembro de 2009. A margem das operações activas também foi afectada negativamente, uma vez que as operações de crédito, que estavam maioritariamente indexadas às taxas de mercado, tiveram uma actualização mais rápida que os recursos e estes eram constituídos em cerca de 75% por depósitos mais resistentes à baixa de taxas.

Não obstante o esforço desenvolvido no ajustamento do custo de *funding* às novas taxas de mercado, o recurso ao financiamento junto do BCE em substituição dos depósitos de elevado montante cujas taxas eram mais elevadas e o ajustamento dos *spreads* nas operações creditícias às novas condições de risco, não foi ainda possível contrariar o comportamento negativo da margem financeira no exercício a que nos reportamos, embora no quarto trimestre já se tenha iniciado a sua recuperação.

O custo dos recursos remunerados registaram uma diminuição de 150 pontos percentuais, situando-se em termos médios anuais em 2,96%, enquanto as aplicações remuneradas tiveram um recuo de 180 pontos percentuais, traduzindo-se numa redução da margem em cerca de 30 pontos percentuais.

O Custo amortizado, que integra a Margem financeira, aumentou 1,4 milhões de euros, em resultado da revisão de preçário.

A rubrica Rendimento em instrumentos de capital diminuiu 2,3 milhões de euros, em consequência de evolução idêntica verificada na carteira de títulos de acções, que em 31 de Dezembro de 2009 se situava em 3,7 milhões de euros.

Demonstração de Resultados	Mil €			
	31-12-2009	31-12-2008	Δ	
			Valor	%
Margem financeira	70.734	74.618	(3.884)	(5,2)
Outros resultados correntes	40.560	39.290	1.270	3,2
Comissões líquidas e Outros proveitos líquidos	23.627	43.457	(19.830)	(45,6)
Resultados em operações financeiras	16.933	(4.167)	21.100	-
Produto bancário	111.294	113.908	(2.614)	(2,3)
Provisões e Imparidades líquidas	28.891	19.892	8.999	45,2
Crédito	28.294	17.081	11.213	65,6
Títulos	311	4.186	(3.875)	(92,6)
Outros	287	(1.375)	1.662	(120,8)
Encargos de estrutura	94.862	94.522	340	0,4
Gastos administrativos	86.251	86.334	(83)	(0,1)
Amortizações	8.612	8.188	424	5,2
Resultados antes de impostos	(12.459)	(506)	(11.953)	-
Impostos sobre os lucros	(2.753)	(1.384)	(1.369)	-
Lucro do período	(9.707)	878	(10.585)	-

Os Resultados em operações financeiras ascenderam a 16,9 milhões de euros, incorporando as mais-valias realizadas na actividade de *trading*. A carteira de negociação diminuiu, situando-se em 7,3 milhões de euros.

As Comissões líquidas e os Outros proveitos líquidos situaram-se em 23,6 milhões de euros, patenteando um decréscimo de 19,8 milhões de euros (-45,6%) face ao ano anterior. Esta rubrica, em 2008 incluía os resultados de operações não recorrentes de venda de diversos activos, pelo que a sua não consideração evidencia um recuo de 3,6 milhões de euros (-13,6%) em 2009.

As Comissões líquidas decresceram 5%, situação justificada em parte pela diminuição da actividade de investimento, destacando-se as comissões associadas aos fundos de investimento e à montagem de empréstimos obrigacionistas. A actividade de retalho, em resultado da degradação da conjuntura económica, também registou decréscimo em algumas componentes, com realce para as associadas a garantias e avales e operações com estrangeiro.

As componentes que apresentaram comportamentos mais positivos foram as relacionadas com transferências de valores, cartões e ATM's.

As Provisões e imparidades líquidas foram reforçadas em 28,9 milhões de euros, correspondendo-lhes um acréscimo de 9 milhões de euros (+45,2%) face ao ano anterior. As provisões para crédito registaram um incremento de 11,2 milhões de euros face a 2008 (+65,6%), em consequência da degradação da conjuntura económica, que fez aumentar as dificuldades dos clientes na regularização das suas responsabilidades. As provisões para títulos foram reforçadas em 0,3 milhões de euros (4,1 milhões de euros em 2008).

Os Encargos de estrutura situaram-se ligeiramente acima do verificado no exercício anterior (+0,4%), para o que contribuiu o recuo de 1,9 milhões de euros (-5,5%) dos outros gastos administrativos, que não foi suficiente para compensar os aumentos verificados nos custos com o pessoal e nas amortizações de, respectivamente, 3,4% e 5,2%.

Os Custos com o pessoal aumentaram 1,8 milhões de euros (+3,4%), embora o número de colaboradores tenha diminuído em 3, situando-se em 1.293. No final de 2009, a rede tradicional era constituída por 173 Balcões, um dos quais aberto no exercício.

Os Gastos Administrativos tiveram um decréscimo de 5,5%, correspondentes a uma diminuição de 1,9 milhões de euros, para o que contribuíram as medidas implementadas no programa de racionalização dos custos, iniciado em 2008.

O *Cost to Income* registou um agravamento de 2,3 pontos percentuais, passando de 83% para 85,2%, em resultado do comportamento do Produto Bancário.

O Resultado líquido negativo de 9,7 milhões de euros, obtido no exercício de 2009, foi muito influenciado:

- Pelo aumento das Imparidades e provisões para crédito, em 11,2 milhões de euros;
- Pela redução da margem relativa da intermediação financeira (-4,8%).

De destacar, contudo, o bom desempenho dos custos de estrutura, em consequência das medidas implementadas no programa de racionalização de custos ainda em curso.

INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL	31-12-2009	31-12-2008
1. Solvabilidade		
Rácio de adequação de fundos próprios		
Finibanco, SA	11,7%	9,9%
Rácio de adequação de fundos próprios de base		
Finibanco, SA	8,2%	6,8%
2. Qualidade do Crédito		
Crédito com incumprimento ^(a) / Crédito total	3,0%	2,2%
Crédito com incumprimento, líquido ^(b) / Crédito total, líquido ^(b)	1,1%	0,9%
3. Rentabilidade		
Resultados antes de impostos / Activo líquido médio	(0,4%)	(0,0%)
Produto bancário ^(c) / Activo líquido médio	3,8%	3,9%
Resultados antes de impostos / Capitais próprios líquido médio	(8,1%)	(0,4%)
4. Eficiência		
Custos de funcionamento ^(c) + amortizações / Produto bancário ^(c)	85,2%	83,0%
Custos com o pessoal + amortizações / Produto bancário ^(c)	48,7%	46,0%

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/2003 do Banco de Portugal

(b) Crédito líquido de provisões para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa

(c) De acordo com a definição constante da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal (deduzidas as Recuperações de crédito e juros abatidos ao activo)

2.9.3 Perspectivas Futuras

Para o exercício de 2010 o Finibanco elegeu um conjunto de objectivos orientadores da sua acção, certamente exigentes, tendo em conta as dificuldades que se nos deparam, mas também por isso motivadoras, de que se destacam as seguintes:

- A optimização da gestão da base de capital;
- A rentabilização dos capitais próprios através da fixação de uma adequada taxa interna de rentabilidade bruta, na utilização dos modelos de *pricing*;
- O reforço da liquidez, dando prioridade à captação de recursos domésticos na rede de Balcões e à reestruturação de operações de financiamento, para substituição da operação de titularização Aqua SME 1, que vai entrar em fase de amortização;
- O reforço da rede de Promotores de Negócios, através da consolidação de 600 contratos activos, o alargamento das funcionalidades do Net-Banking e a utilização da Banca Telefónica na recuperação de crédito;

- O enfoque da actividade nos sectores mais dinâmicos, de forma a posicionar o Finibanco como uma Instituição de relação, moderna e inovadora, acessível e dotada de excelência, em cumprimento do estabelecido no Programa CRESCERE, designadamente no Private, Afluente, PME's, Upper-Mid Mass Market. Enfoque ainda nos produtos fidelizadores e na elaboração de pacotes de "cross-selling", na centralização da relação no Balcão, na gestão integrada de canais com vista ao incremento do peso dos canais directos e na melhoria da qualidade do serviço, através da redução dos tempos de espera;
- O incremento do produto bancário e o controlo dos custos, através, designadamente, da dinamização de produtos âncora, da inovação em produtos e *packaging* da diferenciação de ofertas por fase de ciclo de vida ou sector, do desenvolvimento de *bundles*, do aumento da prestação de serviços, do aproveitamento das oportunidades de desintermediação que se nos deparem, do controlo sistemático dos custos e da reorganização da estrutura;
- A gestão de riscos, assumindo uma postura tendencialmente mais conservadora; obtendo a homologação dos modelos de quantificação de riscos, no âmbito de Basileia II e operacionalizando a sua utilização diária, impondo maior rigor nas fases do processo de gestão do risco de crédito: selectividade na originação, rigor na avaliação do risco, das garantias e do *pricing*, alinhamento da decisão com os objectivos, as políticas e as estratégias, melhor acompanhamento da carteira e maior agressividade na recuperação; adoptando sistemas de financiamento e de *pricing* orientados para a qualidade e discriminantes na alocação de fundos próprios, alinhados pelo normativo de Basileia II, e na transferência de fundos alheios em função do risco;
- A criação e o desenvolvimento da Academia de Formação Finibanco, projecto a implementar, através de meios próprios e também com o concurso do financiamento à formação, no âmbito do Plano Operacional de Potencial Humano, identificando temas a desenvolver e planos curriculares a estabelecer, com vista à obtenção de cerca de 50 horas de formação por colaborador;
- A assunção de uma postura socialmente responsável a todos os níveis, baseada em atitudes ética e deontologicamente correctas na condução dos negócios e na adopção de procedimentos coerentes com os objectivos sociais da comunidade, actuando dentro do quadro legal e regulamentar, prevenindo tentativas de lavagem e branqueamento de capitais e usando a função creditícia com base na qualidade dos projectos, aferidos pelos grandes desígnios comunitários;
- A melhoria do nível de competitividade, com suporte no relacionamento com o cliente e na qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

No âmbito do Programa CRESCERE iniciado no ano de 2008, cuja implementação se prolonga ainda pelo exercício de 2010, há a referir:

- Que se encontram em fase de conclusão os projectos transitados do exercício em análise, designadamente:
 - Na área comercial, as infraestruturas, a dinamização, a rede de Balcões, e o Factoring;
 - A optimização do pricing e dos riscos;
 - A infraestrutura e a arquitectura dos sistemas de informação;
- Que se encontram em fase de estudo, para início no decurso do exercício de 2010, e os projectos de Private, de Corporate Brand Strategy e de ALM-Asset Liability Management.

O Programa CRESCERE contempla, para além destes, outras acções programadas e a aguardar melhor oportunidade, eventualmente no exercício do próximo ano.

Os objectivos eleitos que se descrevem, constituirão certamente uma meta muito ambiciosa, tendo em conta o momento de crise económica e financeira que se atravessa e que, tudo o indica, se manterá no decurso do exercício de 2010.

Esta situação constituirá, estamos em crer, um desafio à nossa capacidade de adaptação às circunstâncias menos favoráveis do mercado e de reacção perante as dificuldades que se nos apresentam.

3. Declaração dos Membros do Conselho de Administração Efectuada em Cumprimento do Disposto na Alínea c) do N.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

O Conselho de Administração do Finibanco, SA declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2009, expõem fielmente a evolução dos negócios, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, SA.

Mais declara ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, SA, bem como a descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Humberto da Costa Leite

Armando Esteves

Artur de Jesus Marques

Joaquim Mendes Cardoso

4. Aplicação de Resultados

O resultado do exercício de 2009 do Finibanco, SA foi negativo em 9.706.611,92 euros propondo o Conselho de Administração que o mesmo seja levado a Resultados Transitados.

5. Nota Final

Terminado mais um conturbado exercício, pleno de intenso trabalho, o Conselho de Administração entende dever expressar o seu reconhecido agradecimento a todos quantos deram o seu contributo, designadamente:

- À Autoridade Monetária e Financeira e à CMVM-Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pela compreensão e pelo diálogo que sempre souberam pôr nos contactos havidos;
- Aos Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas Ernst & Young Audit & Associados-SROC, SA, pela cooperação evidenciada;
- Aos Colaboradores do Finibanco, pelo empenhamento e dedicação que souberam colocar no desempenho das suas funções;

- Ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding, SGPS S.A. pelo interesse demonstrado no acompanhamento da nossa actividade.

Porto, 8 Março 2010
O Conselho de Administração

Humberto da Costa Leite

Armando Esteves

Artur de Jesus Marques

Joaquim Mendes Cardoso

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de Dezembro de 2009

FINIBANCO S.A.

Balanço em base individual em 31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas / Quadros anexos	2009-12-31			2008-12-31	Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	2009-12-31	2008-12-31
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	116.995	0	116.995	121.947	Recursos de bancos centrais	16	190.536	60.008
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	37.864	0	37.864	48.062	Passivos financeiros detidos para negociação	17	19.089	27.422
Activos financeiros detidos para negociação	5	7.316	0	7.316	13.559	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	18	137.251	138.130
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		10.354	0	10.354	0	Recursos de outras instituições de crédito	19	80.473	101.895
Activos financeiros disponíveis para venda	6	40.143	0	40.143	38.921	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	2.136.305	2.219.028
Aplicações em instituições de crédito	7	343.938	0	343.938	269.893	Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Crédito a clientes	8 e 22	2.325.451	45.975	2.279.476	2.324.040	Passivos financeiros associados a activos transferidos	21	250.089	249.889
Investimentos detidos até à maturidade		0	0	0	0	Derivados de cobertura		0	0
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0	Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0	Provisões	22	22.393	21.993
Activos não correntes detidos para venda	9	31.684	0	31.684	34.904	Passivos por impostos correntes		0	0
Propriedades de investimento	10	18.403	2.101	16.302	16.908	Passivos por impostos diferidos		0	0
Outros activos tangíveis	11	93.700	55.872	37.828	42.439	Instrumentos representativos de capital		0	0
Activos intangíveis	12	14.485	12.535	1.950	2.172	Outros passivos subordinados	23	11.059	11.011
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0	0	Outros passivos	24	31.471	29.430
Activos por impostos correntes	13	14	0	14	2.523	Total de Passivo		2.878.666	2.858.806
Activos por impostos diferidos	14	16.221	0	16.221	9.491	Capital	25	160.000	120.000
Outros activos	15 e 22	112.208	1.400	110.808	71.881	Prémios de emissão		0	0
						Outros instrumentos de capital		0	0
						Acções próprias		0	0
						Reservas de reavaliação		(130)	(2.628)
						Outras reservas e resultados transitados		22.064	19.684
						Resultado do exercício		(9.707)	878
						Dividendos antecipados		0	0
						Total de Capital		172.227	137.934
Total de Activo		3.168.776	117.883	3.050.893	2.996.740	Total de Passivo + Capital		3.050.893	2.996.740

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2009

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO S.A.

Demonstração de Resultados em base individual em 31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	2009-01-01 a 2009-12-31	2008-01-01 a 2008-12-31	2009-10-01 a 2009-12-31	2008-10-01 a 2008-12-31
Juros e rendimentos similares		165.179	213.391	36.592	55.506
Juros e encargos similares		96.289	142.882	18.645	37.690
Rendimentos de instrumentos de capital		1.844	4.109	0	1
Margem financeira	27	70.734	74.618	17.947	17.817
Rendimentos de serviços e comissões	28	16.026	16.251	4.450	4.672
Encargos com serviços e comissões	28	2.593	2.104	807	508
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	29	14.882	(25.048)	1.138	(7.543)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	30	631	14.871	29	(1.883)
Resultados de reavaliação cambial	31	1.420	6.010	22	602
Resultados de alienação de outros activos	32	(1.456)	14.585	129	11.007
Outros resultados de exploração	33	11.650	14.725	2.328	3.576
Produto bancário		111.294	113.908	25.236	27.740
Custos com pessoal	34	54.179	52.380	14.000	11.763
Gastos gerais administrativos	35	32.072	33.954	9.280	9.913
Amortizações do exercício	10, 11 e 12	8.611	8.188	2.303	2.207
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	778	557	1.391	(1.098)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições, anulações e recuperações)	21	27.585	16.068	4.400	2.895
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	21	311	4.186	104	4.148
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21	217	(919)	217	0
Resultado antes de impostos		(12.459)	(506)	(6.459)	(2.088)
Impostos		(2.752)	(1.384)	(1.771)	(786)
Correntes	36	251	256	79	151
Diferidos		(3.003)	(1.640)	(1.850)	(937)
Resultado após impostos		(9.707)	878	(4.688)	(1.302)
<hr/>					
Resultados por acção básicos (em Euros)		(0,06)	0,01	(0,03)	(0,01)
Resultados por acção diluídos (em Euros)		(0,07)	0,01	(0,03)	(0,01)

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2009

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral em base Individual a 31 de Dezembro de 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	2009-01-01 a 2009-12-31	2008-01-01 a 2008-12-31	2009-10-01 a 2009-12-31	2008-10-01 a 2008-12-31
Resultado consolidado do período		(9.707)	878	(4.688)	(1.302)
Ganhos/Perdas liquidas em títulos disponíveis para venda		2.597	(26.858)	102	1.845
Imposto diferido		(99)	6.311	73	(1.294)
Ganhos/Perdas liquidas em diferenças cambiais		0	0	0	0
Total do rendimento integral do período líquido de impostos		(7.209)	(19.669)	(4.513)	(751)
Atribuído a:					
Accionistas do Finibanco		(7.209)	(19.669)	(4.513)	(751)
Interesses minoritários		0	0	0	0
		(7.209)	(19.669)	(4.513)	(751)

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Accionistas do Finibanco									Interesses Minoritários	Total
	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total		
Saldos em 31.12.2008 (em NCA`s)	120.000	0	0	(2.628)	1	30.136	(10.453)	878	137.934	0	137.934
Resultado do período	0	0	0	0	0	0	0	(9.707)	(9.707)	0	(9.707)
Outros rendimentos integrais											
Ganhos/ Perdas líquidas em valorizações ao justo valor	0	0	0	2.588	0	0	0	0	2.588	0	2.588
Imposto diferido	0	0	0	(100)	0	0	0	0	(100)	0	(100)
Ganhos / Perdas líquidas em diferenças cambiais	0	0	0	10	0	0	0	0	10	0	10
Total do rendimento integral	0	0	0	2.498	0	0	0	(9.707)	(7.209)	0	(7.209)
Transferência para reservas	0	0	0	0	0	878	0	(878)	0	0	0
Outras variações em capital próprio	40.000	0	0	0	0	0	1.502	0	41.502	0	41.502
Saldos em 31.12.2009 (em NCA`s)	160.000	0	0	(130)	1	31.014	(8.951)	(9.707)	172.227	0	172.227

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
PARA O EXERCÍCIO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro)

	Notas	31.12.2009	31.12.2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Juros e comissões recebidos		186.667	227.654
Juros e comissões pagos		(103.201)	(132.780)
Impostos pagos		(1.469)	(16.556)
Recuperação de crédito e juros vencidos		762	2.457
Fluxo das operações financeiras		17.321	14.527
Pagamentos ao pessoal		(54.179)	(52.380)
Outros recebimentos operacionais/ outros pagamentos operacionais		(19.905)	(19.236)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		<u>25.996</u>	<u>23.686</u>
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais			
Disponibilidades em outras instituições de crédito			
Aplicações em instituições de crédito		(73.640)	60.072
Créditos a Clientes		10.336	(304.395)
Activos financeiros detidos para negociação		6.243	63.167
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		(10.354)	0
Activos financeiros disponíveis para venda		1.170	(3.145)
Activos com acordo de recompra		0	0
Derivados de cobertura		0	0
Activos não correntes detidos para venda		3.220	26.822
Outros activos		(32.539)	(1.513)
Fluxo líquido dos activos operacionais		<u>(95.564)</u>	<u>(158.992)</u>
Aumentos (diminuições) dos passivos operacionais			
Recursos de outras instituições de crédito		109.329	51.261
Recursos de clientes e outros empréstimos		(74.039)	146.894
Passivos financeiros detidos para negociação		(8.333)	(891)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		(879)	665
Passivos financeiros associados a activos transferidos		200	1.087
Derivados de cobertura		0	0
Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Outros passivos		(3.883)	7.214
Fluxo líquido dos passivos operacionais		<u>22.395</u>	<u>206.230</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(47.173)</u>	<u>70.924</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Diminuições (aumentos) Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0	0
Diminuições (aumentos) Investimentos detidos até à maturidade		0	0
Diminuições (aumentos) Propriedades de investimento		94	0
Diminuições (aumentos) Outros activos tangíveis		(2.701)	(11.301)
Diminuições (aumentos) Activos Intangíveis		(782)	(1.130)
Aumentos (diminuições) Capital subscrito		40.000	0
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>36.611</u>	<u>(12.431)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissões de dívida titulada e subordinada		0	1.000
Amortizações de dívida titulada		0	(15.126)
Juros de Dívida Titulada		(4.588)	(7.399)
Dividendos		0	(3.000)
Venda (Aquisição) de acções próprias		0	0
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(4.588)</u>	<u>(24.525)</u>
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(15.150)	33.968
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 e 4	170.009	136.041
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3 e 4	<u>154.859</u>	<u>170.009</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa individual do exercício de 2009

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas

BALANÇO: ACTIVO

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito
5. Activos financeiros detidos para negociação
6. Activos financeiros disponíveis para venda
7. Aplicações em instituições de crédito
8. Crédito a clientes
9. Activos não correntes detidos para venda
10. Propriedades de investimento
11. Outros activos tangíveis
12. Activos intangíveis
13. Activos por impostos correntes
14. Impostos diferidos
15. Outros activos

BALANÇO: PASSIVO

16. Recursos de bancos centrais
17. Passivos financeiros detidos para negociação
18. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados
19. Recursos de outras instituições de crédito
20. Recursos de clientes e outros empréstimos
21. Passivos financeiros associados a activos transferidos
22. Imparidade acumulada e provisões acumuladas
23. Outros passivos subordinados
24. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL

25. Capital
26. Dividendos pagos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

27. Margem financeira
28. Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões
29. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados
30. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
31. Resultados de reavaliação cambial
32. Resultados de alienação de outros activos
33. Outros resultados de exploração
34. Custos com o pessoal
35. Gastos gerais administrativos
36. Impostos correntes

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

37. Rubricas extrapatrimoniais
38. Balanço em moeda estrangeira
39. Relato por segmento
40. Gestão do risco
41. Operações de titularização
42. Benefícios pós-emprego
43. Partes relacionadas
44. Justo valor de instrumentos financeiros
45. Eventos subsequentes
46. Normas e interpretações recentemente emitidas que ainda não estão em vigor
47. Informação a que alude o disposto na alínea d) do nº2 da Instrução do Banco de Portugal nº 18/2005

ADOPTÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Finibanco, S.A. (Finibanco ou Banco) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída por escritura pública outorgada em 28 de Junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, actualmente com o capital social de m.Euros 160.000 representada por 160.000.000 acções nominativas, tituladas, e cujo objecto social é a “realização de todas as operações permitidas aos bancos”.

Em 26 de Agosto de 2009, realizou-se a escritura pública de aumento de capital de m.Euros 120.000 para m.Euros 160.000, realizado pelo accionista único Finibanco-Holding, SGPS S.A..

O Finibanco integra o denominado Grupo Finibanco que é composto por um grupo de empresas multiespecializadas que oferecem um extenso leque de produtos e serviços financeiros para empresas e investidores, institucionais e particulares.

Para a realização das suas operações, o Banco conta com uma rede nacional de 173 balcões e uma Sucursal nas Ilhas Cayman. A 31 de Dezembro de 2009 a Sucursal Financeira Exterior na Madeira foi encerrada.

O Banco obtém os seus principais recursos através dos mercados monetários interbancários e depósitos, os quais aplica, juntamente com os seus capitais próprios e equiparados, principalmente na concessão de crédito a clientes, em aplicações em outras instituições financeiras e em títulos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 08 de Março de 2010 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de accionistas de 31 de Março de 2009.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARIBILIDADE E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**2.1 Adopção de novas ou revistas normas internacionais de relato financeiro**

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance da Sociedade. A adopção das alterações na IAS 1, IFRS 7 e nova norma IFRS 8, abaixo resumidas, originaram divulgações adicionais.

Revisão da IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Passou a ser requerida uma nova demonstração de rendimento integral que combina os rendimentos e gastos reconhecidos na demonstração de resultados com os reconhecidos directamente nos Capitais Próprios.

A demonstração de alterações nos capitais próprios passa a separar as transacções com detentores do Capital das restantes transacções apresentando em detalhe as transacções com detentores de capital e as restantes numa única linha da referida demonstração.

A demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade proceda à reexpressão dos comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, em vez das duas demonstrações anteriormente requeridas.

Revisão da IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas ou separadas - Custo dos Investimentos em Filiais, Associadas ou Entidades sob controlo

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações Financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada podem ser integralmente

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do seu justo valor.

Alterações na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se pudesse ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento seria classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta alteração alguns instrumentos financeiros que cumpririam com os requisitos da definição de passivo financeiro passarão a ser classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

Alterações na IFRS 2 – Pagamento com base em Acções: Condições de aquisição e cancelamento

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades Empresariais – adopção antecipada

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009.

Foi revista a definição de combinação de negócio para esclarecer que pode incluir um conjunto integrado de actividades e de activos que actualmente não estejam a operar como tal.

Adicionalmente, as alterações mais significativas são as seguintes:

- Numa combinação de negócios, uma entidade pode optar por registar um interesse que não controla (anteriormente designados por interesses minoritários) ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos e passivos adquiridos;
- Em aquisições em escada, os interesses anteriormente detidos devem ser remensurados para o seu Justo Valor à data da aquisição subsequente, afectando *Goodwill* por contrapartida de ganhos ou perdas;
- Pagamentos contingentes passam a ser formalmente definidos como pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) e devem ser mensurados ao justo valor à data de aquisição. Qualquer variação posterior deverá ser reconhecida em ganhos e perdas do exercício em vez de ajustar o goodwill reconhecido na data de aquisição;
- Custos relacionados com a aquisição passam a ser reconhecidos como gastos no momento em que são prestados;
- Responsabilidades contingentes da adquirida serão reconhecidas ao seu justo valor se existir uma obrigação presente que resulta de eventos passados e o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade;
- O adquirente deve reavaliar a classificação e designação de todos os activos e passivos adquiridos, com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;
- Se a adquirente readquirir um direito que tinha sido previamente prestado à adquirida, o direito será reconhecido como um activo intangível identificável separado do goodwill;
- Todos os pagamentos terão de ser analisados para determinar se são parte da transacção ou de outra transacção, tal como remuneração para prestação de serviços futuros ou liquidação de relações existentes;
- Activos por indemnização são reconhecidos e mensurados com base nos mesmos princípios e pressupostos da responsabilidade relacionada;

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Activos e passivos por impostos diferidos resultantes de activos líquidos adquiridos devem ser mensurados de acordo com os princípios da IAS 12.

A nova versão da IFRS 3 deve ser aplicada prospectivamente a transacções que ocorram após a data de entrada em vigor. Simultaneamente devem ser aplicadas as alterações da IAS 27 apresentadas no parágrafo seguinte.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas - adopção antecipada

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

As alterações mais relevantes são as seguintes:

- Em situação de perda de controlo numa subsidiária, qualquer interesse residual será remensurado para o justo valor com impacto no ganho ou perda obtido com a venda;
- Alterações na detenção de interesses numa subsidiária (que não resulte em perda de controlo) será reconhecida como uma transacção de capital pelo que o diferencial entre a quantia paga e o valor contabilístico dos interesses que não controlam deve ser registado directamente no Capital Próprio não dando, portanto, origem a reconhecimento de qualquer Goodwill nem ganhos ou perdas;
- As perdas incorridas devem ser alocadas, pela subsidiária, aos interesses que não controlam mesmo que essas perdas excedam o valor desses interesses.

Alterações na IFRS 7 – Investimentos Financeiros – Divulgações

Com a revisão da IFRS 7 é requerida uma maior exigência de divulgação relativamente ao Justo Valor e Liquidez dos Investimentos financeiros (Nota 44).

Para os investimentos valorizados ao Justo Valor é exigido que sejam divulgadas as fontes dos pressupostos utilizados na determinação do Justo valor, utilizando três níveis de hierarquia:

- Cotações nos mercados activos (Nível 1);
- Inputs directos ou indirectos observáveis de dados de mercado (Nível 2);
- Inputs que não sejam baseados em dados de mercado observáveis (Nível 3).

Esta obrigatoriedade de informação deverá ser dada por classe de Investimentos financeiros, sendo também requerida a divulgação das transferências ocorridas entre os níveis 1 e 2. Estes níveis de informação são apenas ao nível das divulgações, pois a valorização dos investimentos financeiros continua a basear-se na hierarquia prevista IAS 39.

Adicionalmente, foram alterados os requisitos de divulgações sobre liquidez em relação a activos usados para a sua gestão e transacções com derivados.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais substituiu a IAS 14 e define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. A abordagem para definição dos segmentos passou a ser o full management approach i.e. a abordagem que tem por base a informação que é utilizada internamente para efeitos de decisões operacionais a qual, se diferente da estrutura de relato, requer a correspondente reconciliação. Considerando que esta abordagem já tinha sido anteriormente utilizada na definição dos segmentos reportáveis, não se verificou a necessidade de proceder a alterações na estrutura do relato por segmentos. Contudo, passaram a ser requeridas divulgações adicionais (Nota 39):

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Explicação de como foram determinados os segmentos operacionais reportados, as bases de mensuração dos valores por segmento, alterações na estrutura organizacional interna e consequentes impactos, se aplicável, na composição dos segmentos reportáveis;
- Substituição da extensa informação geográfica requerida na IAS 14 por informação sobre os resultados por cada grupo de serviços e produtos atribuídos ao país da sede e países estrangeiros (com divulgação individual por país se materialmente relevante);
- Reconciliação dos totais por segmentos com os totais das correspondentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

IFRIC 9 (Alterações) – Reavaliação de Derivados Embutidos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

As alterações a esta interpretação são:

- As entidades devem avaliar se o derivado embutido deve ser separado do contrato base quando a entidade reclassifica o investimento financeiro híbrido para outra classe que não Investimentos ao Justo valor através de resultados.
- Esta avaliação deve ser efectuada na data mais recente entre: i) a data em que a entidade se torna parte do contrato; e ii) a data de uma alteração significativa ao contrato que afecte significativamente o Cash Flow do investimento financeiro.

As alterações à IAS 39 referem ainda que se o Justo Valor de um Derivado embutido que deveria ser separado não puder ser medido com fiabilidade, então todo o Investimento híbrido deve permanecer classificado na rubrica de Investimentos ao Justo valor através de resultados.

IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são atribuídos créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

Esta interpretação clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo.

Quando não existem requisitos de financiamento mínimo, um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. Quando existem requisitos de financiamento mínimo, esse valor é deduzido ao montante do activo que pode ser reconhecido quando não existem requisitos de financiamento mínimo.

A mensuração do activo fica assim limitada ao valor presente de benefícios económicos futuros disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis:

- Construção ao abrigo de um contrato de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 11
- Acordo de prestação de serviços de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 18
- Acordo de prestação de serviços de construção com materiais incluídos em que a transferência dos riscos e recompensas não é feito de forma contínua – Reconhecimento da venda de acordo com a IAS 18 aquando da transferência dos riscos e recompensas (normalmente o término da construção).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

IFRIC 16 – Cobertura de Investimento líquido em Operações em moeda estrangeira

Esta interpretação esclarece que uma entidade pode efectuar operações de cobertura de ganhos e perdas cambiais de um investimento líquido originadas pela diferença entre a sua moeda funcional e a as moedas funcionais da sua casa – mãe directa, intermediária ou de topo. O item coberto pode ser uma quantia igual ou menor do que o valor contabilístico dos activos líquidos na operação estrangeira incluídos na consolidação. Não é necessário que o instrumento de cobertura seja detido pela entidade sujeita ao risco.

Projecto Anual de Melhorias

Em Maio de 2008, o IASB publicou a Parte I do Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos. O Banco teve em conta as alterações efectuadas, as quais não tiveram qualquer impacto na sua posição financeira ou performance. Foram também tomadas em consideração as melhorias referidas na parte II do Projecto Anual de Melhorias relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial.

Na Nota 46 encontram-se descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram endossadas pela União Europeia e que o Grupo ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras.

O Grupo não espera que estas normas e interpretações tenham impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

2.2 Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas pela primeira vez em 2006 de acordo com as Normas de Contabilidade ajustadas (NCA) conforme definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

Os impostos diferidos foram compensados por existir o direito legal para essa compensação e serem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal, ou sobre a mesma entidade tributável, situação esta já tida em conta nas demonstrações financeiras do ano anterior.

Na demonstração de resultados os valores relativos às recuperações de créditos abatidos estão relevados na rubrica de "Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições, anulações e recuperações)".

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, excepto para os Activos e passivos financeiros detidos para negociação, incluindo derivados, Activos e passivos ao justo valor através de resultados, Activos financeiros disponíveis para venda que foram mensurados ao justo valor.

O Banco não procedeu a alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

Contudo, no comparativo de 2008 foram reclassificados da rubrica "Outros activos" para a rubrica "Propriedades de Investimento" e "Activos não correntes detidos para venda" os montantes de m.Euros 16.908 e m.Euros 11.267, respectivamente, na sequência das orientações do Banco de Portugal quanto ao tratamento contabilístico destes activos. Estes valores referem-se a imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio (dação em pagamento).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os impactos desta alteração em capitais próprios não foram considerados materiais pelo que, de acordo com o parágrafo 42 da IAS 8 e IAS 1, não se mostra necessário reexpressar as demonstrações financeiras de períodos anteriores. Contudo, para efeitos de apresentação e mais fácil leitura das quantias comparativas dos activos em causa, procedeu-se à reclassificação indicada.

As principais políticas utilizadas pelo Finibanco estão descritas nos pontos seguintes.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão do Banco tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

O Banco segue o regime previsto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal e subsequentes alterações, conforme descrito em 2.4 b) – Imparidade em instrumentos financeiros - Créditos a clientes. Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por imparidade reconhecidas com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos. As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas.

Imparidade em instrumentos de dívida

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é elaborada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado. Os juros deverão ser especializados à taxa efectiva original na parte reduzida do valor do activo e registada na rubrica de “juros e proveitos equiparados”. Se, num período subsequente, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder estar objectivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda por imparidade nos resultados, a perda por imparidade deve ser revertida, sendo a quantia da reversão reconhecida nos resultados.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na Nota 42 são apresentados os pressupostos utilizados.

Operações de titularização

Como parte da sua actividade operacional o Banco realizou operações de titularização de crédito ao consumo, operações de aluguer de longa duração e crédito concedido a pequenas e médias empresas, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. O interesse residual nos activos titularizados é usualmente retido pelo Banco através da detenção de títulos de natureza residual. Consequentemente, os veículos constituídos no âmbito de operações de titularização cujos títulos de natureza residual sejam detidos pelo Banco são incluídos nas contas consolidadas.

2.4 Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

1) Instrumentos financeiros**a) Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros**

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

b) Mensuração subsequente de instrumentos financeirosActivos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Outros activos e passivos ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Banco de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista na IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratarem de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

A valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados tem em conta o risco de crédito do emitente como sendo o *spread* de cada dívida emitida.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”. À data de 31 de Dezembro de 2009 o Banco não tinha quaisquer activos registados nesta rubrica.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Banco.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado acrescido de todos os custos directamente inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

Derivados

Os instrumentos derivados utilizados pelo Banco na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos na IAS 39 para cobertura de justo valor, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos nesta norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos. Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

O recurso a derivados pelo Banco para cobertura de exposições a riscos financeiros e de mercado ocorre, principalmente, nas seguintes situações:

- Cobertura de passivos com indexação a activos de referência
O Banco emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de principal estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivados OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor;
- Cobertura do risco de operações de derivados com clientes
O Banco contrata derivados OTC (essencialmente forwards) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado;
- Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos efectuadas pelo Banco.

Contudo, nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

Determinação do justo valor

Para efeitos de mensuração subsequente, o justo valor utilizado na mensuração de activos e passivos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade em instrumentos financeiros

O Banco avalia em cada data de apresentação de contas se existe alguma evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Banco traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

Créditos a clientes

De acordo com o definido nos nºs 2 do Aviso 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantêm o regime definido pelo Banco de Portugal no Aviso 3/95, com as subseqüentes alterações, como segue:

Provisão específica para crédito e juros vencidos

As provisões específicas para crédito e juros vencidos destinando-se a cobrir o risco específico de não cobrança de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada tomando em consideração o tipo de crédito e a existência de garantias, sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a data de entrada em incumprimento. A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos 3/95.

Provisão específica para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de não cobrança do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. Nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, consideram-se créditos de cobrança duvidosa os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros vencidos;
 - ii) estarem em incumprimento há mais de:
 - seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - doze meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - vinte e quatro meses nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para o crédito vencido.

- Os créditos vinctos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pelo parágrafo anterior, excederem 25% do crédito total acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais de não cobrança existentes na carteira de crédito concedido, incluindo o crédito por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no Passivo. A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso 3/95. Assim, esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução nº 94/96 e subsequentes alterações.

Anulação contabilística de créditos ("write-offs")

Em conformidade com a Carta Circular nº 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos com garantia, quando os fundos provenientes das garantias já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo ou prolongado declínio no justo valor dos activos, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. Neste contexto o Banco determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% ou por mais de 1 ano é considerado significativo ou prolongado, respectivamente. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

No caso dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é abordada com os mesmos critérios de um activo financeiro registado ao custo amortizado.

c) *Desreconhecimento de activos e passivos financeiros**Activos financeiros*

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ii) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Banco pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

d) Reclassificação de activos e passivos financeiros

Um activo financeiro que não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo, pode ser retirado da categoria de justo valor através dos lucros e prejuízos. Este tem de ser reclassificado ao justo valor na data de reclassificação. Os ganhos e as perdas já reconhecidos nos lucros ou prejuízos não deverão ser revertidos. O justo valor do activo financeiro à data de reclassificação tornar-se-á o seu novo custo ou custo amortizado, conforme aplicável.

2) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho. Diferenças cambiais originadas por operações liquidadas em datas diferentes da transacção ou diferenças não realizadas em activos e passivos monetários não liquidados são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

3) Operações de locação financeira

O Finibanco classifica as operações de locação financeiras ou locação operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que contratualmente sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção para o locatário. As restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Estas operações são registadas da seguinte forma:

Nas **locações operacionais** os pagamentos efectuados pelo Finibanco de acordo com os contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Nas **locações financeiras**:

➤ Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados em “Outros activos fixos tangíveis”, pelo justo valor do activo ou, se inferior, pelo valor actual dos pagamentos mínimos do leasing.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em resultados, como custos financeiros, na rubrica “Juros e encargos similares”.

Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil. Contudo, se não houver certeza razoável de que o Finibanco obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira

➤ Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em resultados, como proveitos financeiros, na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

4) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Banco e se houver suficiente prova de que o Banco continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda. Nas avaliações os peritos utilizam normalmente pelo menos dois dos seguintes métodos de avaliação: comparativo, do rendimento e do custo.

Estes activos não são amortizados.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido que cumpram as condições acima referidas. Para os casos em que tais condições não se encontram cumpridas os imóveis recebidos em dação em pagamento são registados em propriedades de investimento.

5) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são inicialmente valorizadas ao seu custo de aquisição, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, de acordo com os requisitos da IAS 16, as propriedades de investimento mantêm-se registadas ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.. O período de depreciação é determinado em função da vida útil remanescente dos imóveis na data de entrada como activos do Banco. Em 31 de Dezembro de 2009 a vida útil remanescente média era de 44 anos (mínimo de 11 anos e máximo de 73 anos).

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

6) Outros Activos Tangíveis

A rubrica de "Outros Activos tangíveis" inclui imóveis de serviço próprio, viaturas de serviço e outros equipamentos.

Os outros activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias daí resultantes são incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta "reservas legais de reavaliação".

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Imóveis de serviço próprio:	
Edifícios	50
Benfeitorias	8
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Instalações	20
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3 a 8
Outros activos tangíveis	8 a 16

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

7) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

8) Benefícios aos empregados

Plano de pensões de reforma por benefício definido

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões autónomo gerido por entidade independente, para os quais são realizadas contribuições anuais.

O Banco procede à avaliação das responsabilidades por serviços passados dos seus trabalhadores, tendo em consideração a posição que assumiu no momento de adesão ao ACTV, na qual prevê que a sua responsabilidade é determinada apenas a partir da data de admissão no Banco e não na data de admissão dos seus trabalhadores no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão no Banco será imputável às anteriores entidades financeiras, pelo que estas responsabilidades por serviços passados não são asseguradas pelo Fundo de Pensões do Banco. Esta posição é suportada por pareceres da Direcção Jurídica do Finibanco, S.A. e de peritos independentes.

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores foram reconhecidas de acordo com as regras definidas pela IAS 19.

O passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos do fundo de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 42). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade,

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos no balanço ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do exercício acrescidos dos montantes a que alúde o nº 2 do ponto 13-B do Aviso 12/2001 e ponto 1 do Aviso 11/2008. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as NCA's, o Banco adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculiar os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos.

Em Dezembro de 2005 o Banco de Portugal, através do Aviso 12/2005, veio introduzir alterações ao Aviso 12/2001. Tendo o Finibanco, em matéria de Fundo de Pensões, e com referência a 31 de Dezembro de 2005, ajustado quer os pressupostos financeiros, quer a tábua de mortalidade, procedeu ao registo contabilístico dos impactos decorrentes destas alterações de acordo com os artigos 13-A e 13-B, aditados ao Aviso 12/2001 pelo referido Aviso 12/2005. Acresce que o Aviso 7/2008 que alterou o Aviso 12/2001 veio permitir que o saldo ainda por especializar em 30 de Junho de 2008 possa ser reconhecido por um período adicional de três anos face à duração inicial prevista.

Deste modo o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração dos pressupostos financeiros, foi registado na conta de Despesas com encargo diferido, que serão levados a Resultados Transitados durante um período de 8 anos. No que concerne ao acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da Tábua de mortalidade, foi o mesmo registado por contrapartida de Flutuação de Valores. Os valores que ainda não foram relevados como custo, estão registadas em Outros Activos (Nota 15).

Outros benefícios

Para além das pensões, o Banco tem ainda outras responsabilidades por benefícios aos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica (SAMS), Subsídio por morte e Prémio de Antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

As responsabilidades com SAMS e Subsídio por Morte são financiados através do Fundo de Pensões anteriormente referido, pelo que o valor de responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2006 e registadas na rubrica Outros Passivos foram transferidas para as respectivas contas do Fundo de Pensões.

Na sequência do Aviso 7/2008 o impacto da passagem para NCAS relativamente ao SAMS e Subsídio por morte estão a ser especializados por um período de 10 e 8 anos respectivamente face à data da transição.

As responsabilidades com Prémio de Antiguidade são registadas na rubrica de "Outros passivos" por contrapartida da rubrica de resultados "Custos com o pessoal".

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Banco de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Adicionalmente, o Banco regista no Passivo as provisões para riscos gerais de crédito, conforme previsto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

10) Impostos

O Finibanco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, beneficia de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável em cada território no exercício em que os lucros tributáveis foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros por prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como activos por impostos diferidos na medida em que é provável a existência de lucros fiscais no futuro que permitam a utilização dessas perdas fiscais.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O Banco regista ainda passivos ou activos por impostos diferidos respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar ou a recuperar no futuro decorrentes de diferenças temporárias nos activos ou passivos, tributáveis ou dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, impactos de conversão para as Normas de Contabilidade Ajustadas que só vão ser reconhecidos fiscalmente nos exercícios seguintes, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base mensal, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos calculados sobre prejuízos fiscais apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados se existir o direito legal de compensar impostos correntes activos e passivos e estes forem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

11) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

12) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Banco e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

13) Rendimentos e encargos por serviços e Comissões

O Banco cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado serviço pontual.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um serviço pontual são reconhecidas no momento em que ocorre o referido serviço.

14) Garantias financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Banco presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários, as quais são reconhecidas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor contratual (Nota 37).

As garantias financeiras são reconhecidas como um passivo, pelo justo valor, quando a mesma se encontrar vencida. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. Estas exposições são incluídas na análise individual e colectiva de imparidade considerando factores de conversão em crédito.

As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões”, durante o período de vigência das mesmas.

15) Fundo de garantia de depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo no exercício a que dizem respeito. Seguindo o previsto na IAS 37, os compromissos irrevogáveis assumidos perante o FGD são reconhecidos em contas extrapatrimoniais como compromissos perante terceiros (Nota 37).

16) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa, saldos à ordem junto do banco central e outras instituições de crédito.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

O detalhe da rubrica "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Caixa	40.518	46.570
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	76.477	75.377
	<u>116.995</u>	<u>121.947</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos à ordem	913	39
Cheques a cobrar	30.057	34.297
	<u>30.970</u>	<u>34.336</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	3.480	10.692
Cheques a cobrar	3.414	3.034
	<u>6.894</u>	<u>13.726</u>
	<u>37.864</u>	<u>48.062</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país em 31 de Dezembro de 2009 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2010.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O detalhe da rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” era em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 como a seguir se mostra:

	31-12-2009	31-12-2008
<u>Títulos</u>		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
Dívida não subordinada	-	8.263
Dívida subordinada	125	-
Instrumentos de capital	666	33
	<u>791</u>	<u>8.296</u>
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de capital	3.045	11
Outros - Hedge Funds	463	553
	<u>3.508</u>	<u>564</u>
	<u>4.299</u>	<u>8.860</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo</u>		
Swaps		
Divisas	2	1.172
Taxa de juro	2.955	2.558
	<u>2.957</u>	<u>3.730</u>
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	-	969
Taxa de juro	60	-
Cotações	-	-
	<u>60</u>	<u>969</u>
	<u>7.316</u>	<u>13.559</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Exceptuando os investimentos em *hedge funds* e os instrumentos de dívida no valor de m.Euros 463 e m.Euros 125, respectivamente, não existem títulos não cotados nesta rubrica (m.Euros 553 em *hedge funds* e m.Euros 8.263 em instrumentos de dívida, em 31 de Dezembro de 2008).

Os valores nominais dos instrumentos de derivados com justo valor positivo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2009 a m.Euros 66.975 (m.Euros 29.780 em 31 de Dezembro de 2008).

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

No âmbito do Regulamento da CE 1004/2008 de 15 de Outubro que introduziu alterações à IAS 39, atentas à particular turbulência dos mercados e às informações recolhidas sobre alguns instrumentos que motivaram o alargamento do prazo inicialmente previsto para a sua detenção foi decidido reclassificar da carteira de negociação para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda três activos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos reclassificados (três Hedge Funds, sendo um deles um investimento de capital garantido) tinham um justo valor à data da reclassificação de m.Euros 11.627. Estes investimentos provocaram na conta de resultados no exercício de 2008 perdas por ajustamento de justo valor no total m.Euros 382. Caso não tivesse ocorrido esta reclassificação teriam sido registados no ano ganhos adicionais de m.Euros 2.566 (no ano de 2008 perdas no valor de m.Euros 3.042), os quais se encontram registados na rubrica de reservas de reavaliação em capitais próprios.

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda” era, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, como a seguir se demonstra:

	31-12-2009	31-12-2008
<u>Títulos</u>		
Instrumentos de dívida		
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa	10.531	10.392
De outros residentes	11.375	11.375
	<u>21.906</u>	<u>21.767</u>
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	5.069	5.061
De outros não residentes	8.538	6.092
	<u>13.607</u>	<u>11.153</u>
	<u>35.513</u>	<u>32.920</u>
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes		
Acções	4.602	5.141
Provisões para imparidade acumuladas (Nota 22)	(2.570)	(2.570)
	<u>2.032</u>	<u>2.571</u>
Emitidos por não residentes		
Acções	2.655	3.583
Provisões para imparidade acumuladas (Nota 22)	(2.647)	(2.647)
	<u>8</u>	<u>936</u>
	<u>2.040</u>	<u>3.507</u>
Outros		
Emitidos por não residentes - Hedge Funds	2.590	2.494
	<u>2.590</u>	<u>2.494</u>
	<u>40.143</u>	<u>38.921</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Os títulos incluídos nesta rubrica são cotados, excepto o valor líquido de m.Euros 24.543 (m.Euros 22.001 em 2008), que se referem a instrumentos de capital, a unidades de participação em fundos de titularização referidos na (Nota 41) e ainda a instrumentos hedge funds, m.Euros 2.040, m.Euros 11.375 e m.Euros 11.128, respectivamente (m.Euros 2.040, m.Euros 11.375 e m.Euros 8.586, em 31 de Dezembro de 2008).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O valor de m.Euros 10.531 dos títulos da dívida pública portuguesa e m.Euros 5.069 relativos a instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros encontram-se penhorados a favor de terceiros, conforme segue:

- A favor do Banco de Portugal no âmbito e condições da Instrução 35/2007 Mercado de Crédito Intradiário m.Euros 10.493;
- A favor do Sistema de Indemnização aos Investidores no âmbito e condições da Instrução 2/2000 da CMVM m.Euros 713;
- A favor do Fundo de Garantia de Depósitos no âmbito e condições do Aviso 11/94 do Banco de Portugal m.Euros 2.998;
- A favor da LCH.Clearnet SA no âmbito e condições do “Clearing Rule Book” m.Euros 1.396.

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica de “Aplicações em instituições de crédito” era, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, como a seguir se mostra:

	31-12-2009	31-12-2008
<u>Aplicações</u>		
No país		
Em outras instituições de crédito		
Empréstimos	317.890	248.650
	<u>317.890</u>	<u>248.650</u>
No estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Outras aplicações	22.446	18.047
	<u>22.446</u>	<u>18.047</u>
	<u>340.336</u>	<u>266.697</u>
<u>Juros a receber</u>		
De aplicações em instituições de crédito		
Instituições de crédito no país	3.596	3.154
Instituições de crédito no estrangeiro	6	42
	<u>3.602</u>	<u>3.196</u>
	<u>343.938</u>	<u>269.893</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

8. CRÉDITOS A CLIENTES

O detalhe da rubrica “Crédito a clientes” era, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, como a seguir se mostra:

	31-12-2009	31-12-2008
<u>Crédito a clientes</u>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	1.633.407	1.636.618
Ao exterior	11.695	16.090
<u>Activos titularizados não desreconhecidos</u>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	473.313	474.218
Ao exterior	4.458	4.566
	<u>2.122.873</u>	<u>2.131.492</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito a clientes		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	61.513	46.991
Crédito ao exterior	22	40
Activos titularizados e não desreconhecidos		
Crédito a clientes		
Crédito interno	6.163	1.705
Crédito ao exterior	-	30
Juros vencidos a regularizar e despesas de crédito vencido		
Juros vencidos a regularizar		
Crédito a clientes	487	721
Activos titularizados não desreconhecidos	23	42
Despesas de crédito vencido		
Crédito a clientes	392	231
	<u>68.600</u>	<u>49.760</u>
	<u>2.191.473</u>	<u>2.181.252</u>
Provisões acumuladas (Nota 22)	<u>(45.865)</u>	<u>(30.547)</u>
	<u>2.145.608</u>	<u>2.150.705</u>
<u>Crédito a clientes</u>		
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	129.654	162.440
	<u>129.654</u>	<u>162.440</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes	110	110
Provisões acumuladas (Nota 22)	(110)	(110)
	<u>129.654</u>	<u>162.440</u>
<u>Rendimentos a receber e Receitas com rendimento diferido</u>		
<u>Juros e rendimentos similares</u>		
Juros de crédito a clientes		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	5.988	10.417
Crédito ao exterior	67	187
Juros de activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito a clientes - titularizado		
Crédito interno	2.255	3.228
Crédito ao exterior	12	-
	<u>8.322</u>	<u>13.832</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes	558	915
	<u>558</u>	<u>915</u>
	<u>8.880</u>	<u>14.747</u>
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	(4.666)	(3.852)
	<u>2.279.476</u>	<u>2.324.040</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Do total da carteira de crédito 31,62% foi objecto de análise individual de imparidade e 68,38% objecto de análise colectiva (em 31 de Dezembro de 2008 28,28% e 71,72% respectivamente).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, o detalhe da rubrica “Crédito não representado por valores mobiliários” por tipo de crédito era como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	173.358	217.209
Empréstimos	446.037	395.653
Créditos em conta corrente	655.976	656.782
Descoberto em depósitos à ordem	23.585	52.129
Créditos tomados - factoring	16.596	-
Locação financeira mobiliária	34.850	44.467
Locação financeira imobiliária	95.384	94.472
Outros créditos	1.557	1.893
	<u>1.447.343</u>	<u>1.462.605</u>
Particulares		
Habitação		
Locação financeira	15.786	16.594
Outros créditos	317.771	355.085
	<u>333.557</u>	<u>371.679</u>
Consumo		
Locação financeira	2.501	5.004
Outros créditos	125.444	117.578
	<u>127.945</u>	<u>122.582</u>
Outras finalidades		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	8.041	11.377
Empréstimos	125.705	80.425
Créditos em conta corrente	51.686	52.753
Descoberto em depósitos à ordem	14.159	14.947
Locação financeira	14.437	15.124
	<u>214.028</u>	<u>174.626</u>
	<u>2.122.873</u>	<u>2.131.492</u>

O total de créditos em Locação financeira apresenta a seguinte desagregação:

Prazo	31-12-2009			31-12-2008		
	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido	Valor de balanço concedido	Investimento bruto pagamentos mínimos	Rendimento financeiro não obtido
Até 1 ano	22.964	29.425	6.461	24.906	35.848	10.942
De 1 ano a 5 anos	62.786	78.560	15.774	67.642	95.680	28.038
Superior a 5 anos	77.208	96.606	19.398	83.113	117.563	34.450
TOTAL	162.958	204.591	41.633	175.661	249.091	73.430

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os valores residuais, são sempre, contratualmente, com opção de compra realçando-se que nos processos sem incidentes, são sempre repassados aos locatários.

A dedução acumulada para pagamento de incobráveis da locação a receber foi no exercício de 2009 de m.Euros 3.626 (m.Euros 2.393 em 31 de Dezembro de 2008).

As rendas contingentes foram durante o exercício m.Euros 34.449 (m.Euros 41.706 em 31 de Dezembro de 2008).

Nos contratos de locação financeira em carteira não existem acordos da espécie.

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos não correntes detidos para venda”, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009, era como a seguir se mostra:

	Valor de balanço 31-12-2008	Aquisições no período	Ajustamentos ao valor de aquisição a)	Transfe- rências b)	Saídas no período	Valor de balanço 31-12-2009
Activos tangíveis não correntes detidos para venda						
Imóveis	28.516	22.761	(230)	131	(19.517)	31.661
Outros	31	-	-	-	(8)	23
Outros activos não correntes detidos para venda						
Associadas	6.357	-	-	-	(6.357)	-
	34.904	22.761	(230)	131	(25.882)	31.684

a) Ajustamentos referentes a activos adquiridos em anos anteriores.

b) Reflecte

b1) Imóveis recebidos em dação em anos anteriores e enquadrados na IFRS 5 neste exercício

b2) Saídas referentes a imóveis recebidos em dação em anos anteriores e que deixaram de estar enquadrados na IFRS 5 neste exercício

Do saldo inicial de m.Euros 28.516 referente a imóveis permanecem a 31 de Dezembro de 2009 o montante de m.Euros 15.385.

As vendas não se concretizaram por questões relacionadas com a fragilidade verificada no lado da procura do próprio mercado imobiliário, sem que para o isso o Finibanco tivesse qualquer influência, uma vez que se manteve comprometido com o cumprimento dos respectivos planos de venda. Como prova do comprometimento registamos o forte empenho no acompanhamento e manutenção dos planos de venda, quer por via do reforço dos meios de promoção da sua exposição ao mercado, quer por diversos ajustes nos valores de promoção.

A saída constante da rubrica associadas corresponde à venda da totalidade da participação na sociedade Ferreiros & Almeida ocorrida no 2º semestre de 2009.

O saldo líquido em 31 de Dezembro de 2008 inclui m.Euros 11.267 reclassificados de “Outros activos”, conforme Nota 2.2.

Os ganhos e perdas relacionados com esta rubrica por ajustamentos de valor estão divulgados na Nota 33.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O detalhe da rubrica de “Propriedades de Investimento” era, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, como a seguir se mostra:

	Valor bruto de balanço	Amortizações acumuladas	Imparidade acumuladas	Aquisi - ções	Ajusta - mentos	Amorti - zações do ano	Impa - ridade do ano	Valor líquido de balanço
	31-12-2008							31-12-2009
Propriedades de investimento								
Outras propriedades de investimento								
Imóveis	16.908	(1.211)	(378)	235	1.260	(295)	(217)	16.302

As propriedades de investimento apresentam neste exercício os seguintes valores:

- . Rendimento de rendas: m.Euros 66 (m.Euros 22 em 31 de Dezembro de 2008)
- . Gastos operacionais directos: m.Euros 52 (m.Euros 52 em 31 de Dezembro de 2008)

O saldo de propriedades de investimento em 31 de Dezembro de 2009 no valor de m.Euros 16.908 foi reclassificado de “Outros activos” conforme Nota 2.2.

11. OUTRO ACTIVOS TANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009 na rubrica “Outros activos tangíveis” , são apresentados no anexo III.

Em 31 de Dezembro de 2009 o Finibanco tinha compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis num total de m.Euros 717 (m.Euros 997 em 31 de Dezembro de 2008) referentes a contratos promessa de compra e venda de imóveis de serviço próprio, para os quais já havia pago o respectivo sinal m.Euros 394 (m.Euros 288 em 31 de Dezembro de 2008).

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009 na rubrica “Activos intangíveis”, são apresentados no anexo III.

Esta rubrica é constituída essencialmente por software, sendo que em 31 de Dezembro de 2009 se encontram, totalmente amortizados m.Euros 10.966 (m.Euros 9.861 em 31 de Dezembro de 2008).

13. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 da rubrica “Activos por impostos correntes” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2009	31-12-2008
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	14	2.523
	14	2.523

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 da rubrica “Activos por impostos diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	31-12-2009		31-12-2008	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Diferenças temporárias				
Prejuízos fiscais reportáveis	5.844	-	2.544	-
Provisões não aceites fiscalmente	7.305	-	3.413	-
Propriedades de investimento	158	-	-	-
Activos tangíveis	2	-	3	-
Activos intangíveis	-	-	2	-
Benefícios de empregados	5.169	2.078	3.971	436
Instrumentos financeiros	284	469	567	591
Activos não correntes disponíveis para venda	46	-	91	-
Provisões, activos e passivos contingentes	-	34	-	67
Reavaliações legais	-	6	-	6
	<u>18.808</u>	<u>2.587</u>	<u>10.591</u>	<u>1.100</u>
Impostos Diferidos Líquidos	<u>16.221</u>		<u>9.491</u>	

O movimento no exercício relativo a impostos diferidos é retratado no quadro abaixo:

	31-12-2008	Por Resultados do Exercício	Por Resultados Transitados	Por Reservas de Reavaliação	31-12-2009
Prejuízos fiscais reportáveis	2.544	3.300	-	-	5.844
Provisões não aceites fiscalmente	3.413	2.390	1.502	-	7.305
Propriedades de investimento	-	100	58	-	158
Activos tangíveis	3	(1)	-	-	2
Activos intangíveis	2	(2)	-	-	-
Benefícios de empregados	3.535	(444)	-	-	3.091
Instrumentos financeiros	(24)	(13)	-	(148)	(185)
Activos não correntes disponíveis para venda	91	(45)	-	-	46
Provisões, activos e passivos contingentes	(67)	33	-	-	(34)
Reavaliações legais	(6)	-	-	-	(6)
	<u>9.491</u>	<u>5.318</u>	<u>1.560</u>	<u>(148)</u>	<u>16.221</u>

No exercício de 2009 foi revista a estimativa de impostos diferidos para provisões não aceites fiscalmente, tendo em conta as regras fiscais em vigor, tendo resultado o registo adicional de impostos diferidos activos no valor de mEuros 1.500 em Resultados Transitados por se relacionarem com provisões constituídas nos anos anteriores.

Os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais vencem nos anos conforme é detalhado no quadro seguinte:

	31-12-2009	31-12-2008
Ano de vencimento dos impostos diferidos por prejuízos fiscais:		
2014	2.544	2.544
2015	3.300	-
Total	5.844	2.544

Apesar dos prejuízos fiscais registados em 2008 e 2009 que estão na origem dos impostos diferidos activos referidos no quadro supra, é convicção da Administração que tendo sido gerados em condições financeiras e económicas muito adversas serão compensados por lucros fiscais dentro dos prazos legalmente exigidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

15. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros activos” em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Outras disponibilidades	3	3
Devedores e outras aplicações vencidas	965	861
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	475	792
Aplicações diversas	0	-
Sector público administrativo	0	-
Devedores diversos	10.075	4.703
Outros activos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	76	93
Rendimentos a Receber		
Juros e rendimentos similares		
Outros juros e rendimentos similares	248	248
Outros rendimentos a receber	818	3.573
Outras despesas com encargo diferido		
Benefícios pós emprego (Nota 42 alínea c)		
Benefícios de reforma	6.647	8.309
SAMS	1.206	1.407
Subsídio por morte	512	639
Outros	2.481	2.542
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso do Fundo	7.561	-
Flutuação de valores (Nota 42 alínea c)	0	942
Outras contas de regularização	81.141	48.706
	<u>112.208</u>	<u>72.818</u>
Provisões acumuladas (Nota 22)	(1.400)	(937)
	<u><u>110.808</u></u>	<u><u>71.881</u></u>

O saldo da rubrica “Devedores por operações sobre futuros e opções” refere-se a margens depositadas em instituições financeiras para realização de operações de futuros.

A rubrica “ Outras Contas de Regularização” inclui em 31 de Dezembro de 2009 m.Euros 27.268 de operações cambiais a liquidar e m.Euros 51.179 relativos a transacções de títulos cuja regularização ocorreu em Janeiro de 2010 (m.Euros 36.965 relativos a operações cambiais a liquidar, em 31 de Dezembro de 2008).

16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 da rubrica “Recursos de bancos centrais” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2009	31-12-2008
Recursos de bancos centrais		
Recursos do Banco de Portugal	190.000	60.000
Juros de recursos de bancos centrais		
Recursos do Banco de Portugal	536	8
	<u><u>190.536</u></u>	<u><u>60.008</u></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

17. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação” em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 detalha-se como o quadro seguinte demonstra:

	31-12-2009	31-12-2008
Instrumentos derivados com justo valor negativo		
Swaps		
Divisas	49	-
Taxa de juro	19.036	27.400
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	4	-
Taxa de juro	-	22
	<u>19.089</u>	<u>27.422</u>

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Os valores nominais dos instrumentos derivados com justo valor negativo relativos a swaps de taxa de juro ascendem em 31 de Dezembro de 2009 a m.Euros 139.354 (m.Euros 226.930 em 31 de Dezembro de 2008).

18. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	63.024	63.024
Dívida readquirida		
Obrigações	(874)	(867)
Obrigações subordinadas	90.647	90.647
	<u>152.797</u>	<u>152.804</u>
Depósitos		
De outros residentes		
Outros	-	6.209
De não residentes		
Outros	-	92
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	-	(203)
	<u>-</u>	<u>6.098</u>
Correcções de valor de passivos que sejam objecto da opção pelo justo valor		
Obrigações não subordinadas	(4.732)	(8.794)
Obrigações subordinadas	(11.054)	(15.023)
	<u>(15.786)</u>	<u>(23.817)</u>
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Sem carácter subordinado	240	161
Com carácter subordinado	-	2.884
	<u>240</u>	<u>3.045</u>
	<u>137.251</u>	<u>138.130</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os passivos incluídos nesta rubrica foram designados no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados por incluírem derivados embutidos. A estes passivos estão associados instrumentos financeiros que foram classificados como derivados de negociação em conformidade com as disposições da IAS 39 sobre a opção pelo justo valor (*fair value option*).

O justo valor destes instrumentos financeiros foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros e modelos de valorização de opções (Montecarlo). Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Nas correcções de valor de passivos objecto de opção pelo justo valor está incluído um efeito positivo de m.Euros 2.807 relativo ao efeito do risco de crédito da instituição (m.Euros 3.077 de efeito positivo em 31 de Dezembro de 2008).

O detalhe da rubrica " Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:			
<u>Emitida em anos anteriores</u>			
Obrigações de caixa "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	15.000	A	21 de Março de 2011
Obrigações de caixa "FNB Taxa Acumulada 05/11"	2.337	B	19 de Dezembro de 2011
Obrigações de caixa "FNB Remuneração Garantida 2006"	2.700	C	7 de Abril de 2012
Obrigações de caixa "FNB Cupão Anual 06/11"	14.600	D	20 de Junho de 2011
Obrigações de caixa "FNB Dezembro 07/17"	27.387	E	19 de Dezembro de 2017
Obrigações de caixa "FNB Private Commodities 2008/2010"	1.000	F	23 de Janeiro de 2010
	63.024		
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
<u>Emitida em anos anteriores</u>			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Grandes Empresas 07/16"	36.700	G	9 de Maio de 2016 p/ 1ª série 20 de Junho de 2016 p/ 2ª e 3ª séries
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Índices Estratégicos 07/15"	53.947	H	9 de Maio de 2015 p/ 1ª série 11 de Junho de 2015 p/ 2ª e 3ª séries
	90.647		

A - A remuneração será constituída por um cupão fixo e por 4 cupões variáveis.

O cupão fixo será pago no final do 2º ano e será igual a 8% sobre o valor nominal.

Os cupões variáveis serão pagos anualmente, do 3º ao 6º ano, e serão apurados segundo o número de acções (N) do cabaz de referência abaixo indicado, cuja performance desde o início seja igual ou superior à do Índice Eurostoxx50 para o mesmo período.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Considerando o seguinte cabaz de referência:

<u>Acção</u>	<u>Bloomberg</u>	<u>Bolsa</u>
E.On	EOA GY	Frankfurt
ENEL	ENEL IM	Milão
ENI	ENI IT	Milão
Fortis	FORA NA	Euronext Amsterdam
France Telecom	FTE FP	Euronext Paris
Ing Groep	INGA NA	Euronext Amsterdam
Nokia	NOK1V FH	Helsínquia
Royal Dutch Petroleum	RDA NA	Euronext Amsterdam
Santander	SAN SQ	Madrid
TIM	TIM IM	Milão,

o cupão será igual a:

<u>Taxa</u>		<u>N</u>
8%	se	10
5%	se	7 a 9
1%	se	0 a 6,

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja performance ($PerfAcção_i^j$), for maior ou igual do que a performance do Índice Eurostoxx50 ($PerfInd_i$) para o mesmo período e

$$PerfAcção_i^j = (Acção_i^j - Acção_0^j) / Acção_0^j$$

$$PerfInd_i = (Ind_i - Ind_0) / Ind_0$$

$Acção_i^j$ = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

$Acção_0^j$ = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) na Data de Liquidação

Ind_i = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

Ind_0 = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) na Data de Liquidação

B - A remuneração será paga semestralmente, e os 2 primeiros cupões serão fixos:

1º cupão: 5,5% (taxa anual)

2º cupão: 4,5% (taxa anual)

A partir do 3º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

Cupão anterior * n/N, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Semestre	Intervalo
1º	-
2º	-
3º	[0%; 3,90%]
4º	[0%; 4,00%]
5º	[0%; 4,25%]
6º	[0%; 4,40%]
7º	[0%; 4,40%]
8º	[0%; 4,40%]
9º	[0%; 4,40%]
10º	[0%; 4,40%]
11º	[0%; 4,40%]
12º	[0%; 4,40%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

C - O 1º cupão será pago em 7 de Abril de 2008 sendo igual a

3% * valor nominal.

Se não ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2012 e será igual a:
21% * valor nominal, se Euribor 6 meses ϵ > Euribor 6 meses \circ + 0,90%;

3% * valor nominal, no caso contrário.

Se ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2010 e será igual a 13% * valor nominal.

Entende-se por:

Euribor 6 meses \circ a Euribor 6 meses registada em 7 de Abril de 2006;

Euribor 6 meses ϵ a Euribor 6 meses registada no 5.º dia útil anterior a 7 de Abril de 2012.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

D - A remuneração é como se segue:

Data Cupão	Taxa
20 de Junho de 2007	5,25%
20 de Junho de 2008	Máx [0; 4,0%* (1-n/2)]
20 de Junho de 2009	Máx [0; 5,0%* (1-n/3)]
20 de Junho de 2010	Máx [0; 6,0%* (1-n/4)]
20 de Junho de 2011	Máx [0; 7,5%* (1-n/5)]

onde n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito

O valor dos juros a pagar será calculado pela multiplicação entre a taxa do cupão e o valor nominal.

E - A remuneração será paga anualmente, e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 5%

A partir do 2º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, com um mínimo de 0% e um máximo de 6,5% por ano:

Mínimo [15 * (30 Yr Swap Rate – 10 Yr Swap Rate) + 0.75%;
15 * (10 Yr swap Rate – 2 Yr Swap Rate) + 1.25%]

30 Yr Swap Rate – Taxa swap a 30 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

10 Yr Swap Rate – Taxa swap a 10 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

2 Yr Swap Rate – Taxa swap a 2 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo.

F - A remuneração que será paga na data de vencimento, poderá variar entre 3,5% e 15%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Mín} \left[\text{Máx} \left[\sum_{i=1}^3 \frac{Fi - Li}{Li} \times Wi; 3,5\% \right]; 15\% \right],$$

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

onde,

i	Matérias-primas	Wi (Peso no Cabaz)
1	Trigo ("Wheat")	1/3
2	Soja ("Soybean")	1/3
3	Petróleo ("WTI")	1/3

Fi – Valor final da matéria-prima i, tal como definido abaixo.

li – Valor inicial da matéria-prima i, tal como definido abaixo.

F1 - cotação oficial de fecho, em USD por “bushel”, do primeiro contrato de futuros sobre trigo (“Wheat”) cotado na Chicago Board of Trade no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: W 1 <CMDTY>). Se esta data coincidir ou for posterior à primeira data de notificação do primeiro contrato de futuros sobre trigo (“Wheat”), utiliza-se o segundo contrato de futuros sobre trigo (“Wheat”) (Bloomberg Ticker: W 2 <CMDTY>).

F2 - cotação oficial de fecho, em USD por “bushel”, do primeiro contrato de futuros sobre soja (“Soybeans”) cotado na Chicago Board of Trade no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: S 1 <CMDTY>). Se esta data coincidir ou for posterior à primeira data de notificação do primeiro contrato de futuros sobre soja (“Soybeans”), utiliza-se o segundo contrato de futuros sobre soja (“Soybeans”) (Bloomberg Ticker: S 2 <CMDTY>).

F3 - cotação oficial de fecho, por barril, do primeiro contrato de futuros sobre petróleo (“WTI; Light Sweet Crude”) cotado na NYMEX no 5º dia útil anterior a 23 de Janeiro de 2010 (Bloomberg Ticker: CL1 <CMDTY>).

I1 - cotação de fecho oficial, em USD por “bushel”, para o primeiro contrato de futuros sobre trigo (“Wheat”) cotado na Chicago Board of Trade na Data de Liquidação.

I2 - cotação de fecho oficial, em USD por “bushel”, para o primeiro contrato de futuros sobre soja (“Soybeans”) cotado na Chicago Board of Trade na Data de Liquidação.

I3 - cotação final oficial, em USD por barril, do primeiro contrato de futuros sobre petróleo (“WTI; Light Sweet Crude”) cotado na NYMEX na Data de Liquidação.

- G - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho , para as 2ª e 3ª séries):

<u>Data Cupão</u>	<u>Taxa</u>
1º cupão	5,50%
2º cupão	5,50%
3º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)] , onde

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

H - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1º ano= 5,50% * valor nominal;

2º ano= 5,50% * valor nominal;

3º ano e seguintes = 6,25% * valor nominal se

Min (SDk/SD0-SXk/SX0 ; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak,

se não = 0%

onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%

Barreira4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%

Barreira5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%

Barreira6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%

Barreira7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%

Barreira8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão

SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K(K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

Em 31 de Dezembro de 2009, o Finibanco tinha negociado swaps para cobertura do risco associado à remuneração variável dos empréstimos obrigacionistas emitidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
No país		
Mercado monetário interbancário	-	10.000
Depósitos	76.296	87.081
Empréstimos	-	1.765
	<u>76.296</u>	<u>98.846</u>
No estrangeiro		
Em outras instituições de crédito		
Depósitos	2.480	725
Outros recursos	1.517	1.920
	<u>3.997</u>	<u>2.645</u>
	<u>80.293</u>	<u>101.491</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
Recursos de instituições de crédito no país	180	404
	<u>180</u>	<u>404</u>
	<u>80.473</u>	<u>101.895</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
Do sector público administrativo		
À ordem	13.649	25.704
A prazo	28.629	138.830
	<u>42.278</u>	<u>164.534</u>
De emigrantes		
À ordem	1.511	1.329
A prazo	11.329	12.327
De poupança	5.693	6.399
	<u>18.533</u>	<u>20.055</u>
De outros residentes		
À ordem	464.310	427.683
A prazo	1.510.742	1.477.239
De poupança	16.646	17.687
Outros	267	113
	<u>1.991.965</u>	<u>1.922.722</u>
De não residentes		
À ordem	12.541	22.244
A prazo	49.813	59.714
	<u>62.354</u>	<u>81.958</u>
Outros recursos de clientes		
Cheques e ordens a pagar	8.270	8.170
	<u>8.270</u>	<u>8.170</u>
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
Do sector público administrativo	92	827
De emigrantes	200	314
De outros residentes	12.211	19.688
De não residentes	402	760
	<u>12.905</u>	<u>21.589</u>
	<u>2.136.305</u>	<u>2.219.028</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

21. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos” tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização		
Por crédito a clientes - titularizado		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Crédito interno	248.795	248.450
Despesas com encargo diferido		
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	(285)	(403)
Encargos a pagar		
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	1.579	1.842
	250.089	249.889

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

22. IMPARIDADE ACUMULADA E PROVISÕES ACUMULADAS

O detalhe da rubrica imparidade acumulada e provisões acumuladas, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2009, era como a seguir se mostra:

	Saldo 31-12-2008	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Transfe- rências (+/-)	Saldo 31-12-2009
<u>Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)</u>	5.217	206	(4.732)	-	-	691
	<u>5.217</u>	<u>206</u>	<u>(4.732)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>691</u>
<u>Crédito de cobrança duvidosa</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários	7.600	12.072	(1.724)	(3.791)	-	14.157
Activos titularizados não desreconhecidos	43	121	-	(121)	121	164
<u>Risco país</u>						
Crédito ao exterior	32	164	-	(173)	-	23
	<u>7.675</u>	<u>12.357</u>	<u>(1.724)</u>	<u>(4.085)</u>	<u>121</u>	<u>14.344</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Crédito não representado por valores mobiliários						
Crédito interno	22.480	27.270	(12.994)	(7.218)	-	29.538
Crédito ao exterior	10	27	(18)	(12)	-	7
Activos titularizados não desreconhecidos	382	1.594	-	(1.594)	1.594	1.976
Outros créditos e valores a receber (titulados)	110	-	-	-	-	110
	<u>22.982</u>	<u>28.891</u>	<u>(13.012)</u>	<u>(8.824)</u>	<u>1.594</u>	<u>31.631</u>
(Nota 8)	<u>30.657</u>	<u>41.248</u>	<u>(14.736)</u>	<u>(12.909)</u>	<u>1.715</u>	<u>45.975</u>
<u>Activos não financeiros</u>						
Propriedades de Investimento (Nota 10)	-	217	-	-	378	595
	<u>-</u>	<u>217</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>378</u>	<u>595</u>
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
Devedores e outras aplicações	861	104	-	-	-	965
<u>Risco país</u>						
Aplicações em IC's no estrangeiro	76	25	-	(17)	-	84
Outras aplicações no estrangeiro (Nota 15)	-	363	-	(12)	-	351
	<u>937</u>	<u>492</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>-</u>	<u>1.400</u>
<u>Riscos gerais de crédito</u>	21.082	2.683	-	(2.326)	(20)	21.419
<u>Outras provisões</u>	911	173	(8)	(103)	-	973
	<u>21.993</u>	<u>2.856</u>	<u>(8)</u>	<u>(2.429)</u>	<u>(20)</u>	<u>22.392</u>
	<u>58.804</u>	<u>45.019</u>	<u>(19.476)</u>	<u>(15.367)</u>	<u>2.073</u>	<u>71.053</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Na demonstração de resultados a rubrica “Correcções de valores associados ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores” inclui o saldo da conta “Recuperações de crédito, juros e despesas” no valor de m. Euros 762 (m. Euros 2.457 em 31 de Dezembro de 2008).

Por outro lado, a rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações” inclui um reforço de imparidade para activos financeiros disponíveis para venda no valor de m. Euros 206 (m. Euros 4.526 em 31 de Dezembro de 2008).

23. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, a rubrica “Outros passivos subordinados” tem a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Dívida emitida		
Obrigações subordinadas	11.011	11.011
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Com carácter subordinado	48	-
	<u>11.059</u>	<u>11.011</u>

O detalhe da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de Dezembro de 2009 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
<u>Emitida em anos anteriores</u>			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Garantido 05/13"	410	A	9 de Maio de 2013
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Seguro 05/15"	238	B	9 de Junho de 2015
Obrigações de caixa subordinadas "FNB 08/18"	10.363	C	9 de Dezembro de 2018 p/ 1ª série 16 de Dezembro de 2018 p/ 2ª série
	<u>11.011</u>		

A - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$$n/N * 5\% + m/N * 1\%, \text{ onde}$$

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- B - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60 ; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60 ; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60 ; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60 ; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,70 ; 3,75%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70 ; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70 ; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70 ; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80 ; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80 ; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80 ; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80 ; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90 ; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90 ; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90 ; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90 ; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00 ; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00 ; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00 ; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00 ; 4,50%]

C - A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 6,50% (taxa anual);

Do 2º ao 10º cupão: Euribor 6M + 1,50% (taxa anual);

11º cupão e seguintes: Euribor 6M + 1,75% (taxa anual).

Por Euribor 6 meses entende-se a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários denominados em Euros, oferecidos na zona da União Económica e Monetária entre Bancos de 1ª linha, cotados na base actual/360, e divulgada na página EURIBOR01 da Reuters.

Será fixada para efeitos de cálculo a taxa Euribor de 6 meses, fixada 2 dias úteis antes da data de início de cada período de contagem de juros.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

24. OUTROS PASSIVOS

A rubrica “Outros passivos”, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Credores e outros recursos		
Recursos diversos	10	8
Sector público administrativo	4.492	5.823
Cobranças por conta de terceiros	36	35
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar	1	1
Contribuições para outros sistemas de saúde	207	192
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	101	98
Credores por fornecimento de bens	4.189	4.736
Outros credores	2.976	3.034
	<u>12.012</u>	<u>13.927</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Flutuação de valores (Nota 42 alínea c))	7.665	-
Insuficiência na cobertura de responsabilidades (Nota 42 alínea d) e e)	-	1.651
	<u>7.665</u>	<u>1.651</u>
Encargos a pagar		
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Benefícios pós emprego		
Prémio de antiguidade	3.947	3.261
Outros	7.330	8.727
	<u>11.277</u>	<u>11.988</u>
Receitas com rendimento diferido		
Outros receitas com rendimento diferido	515	806
Outras contas de regularização	<u>2</u>	<u>1.058</u>
	<u>31.471</u>	<u>29.430</u>

A rubrica “Sector público administrativo” inclui m.Euros 777 de IVA e m.Euros 3.187 de retenções na fonte de impostos, os quais foram pagos ao estado nos prazos legais (m.Euros 835 e m.Euros 4.489 , respectivamente em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica “ Credores diversos – outros credores” inclui m.Euros 74 de sinais recebidos em contratos de promessa de compra e venda (m.Euros 1.383 em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica “ Encargos a pagar outros” inclui m.Euros 6.363 relativos a estimativas para férias e subsídio de férias a pagar em 2009 (m.Euros 6.241 em 31 de Dezembro de 2008).

25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital subscrito do Finibanco ascende a m.Euros 160.000 e encontra-se integralmente realizado, sendo formado por 160.000.000 acções de valor nominal de 1 Euro.

Em 26 de Agosto de 2009, realizou-se a escritura pública de aumento de capital de m.Euros 120.000 para m.Euros 160.000, realizado pelo accionista único Finibanco-Holding, SGPS S.A..

Em 31 de Dezembro de 2009, o Finibanco Holding detém 100% das acções representativas do capital social do Finibanco.

O Finibanco não detém em 31 de Dezembro de 2009 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As informações sobre os requisitos de capital regulamentar encontram-se descritas no ponto 2.9.1. do Relatório de Gestão.

26. DIVIDENDOS PAGOS

No exercício de 2009 não foram pagos quaisquer dividendos relativos aos resultados do exercício (no exercício de 2008 foram pagos dividendos no montante de m.Euros 3.000, que corresponderam a Euros 0,025 por acção).

27. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a margem financeira detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades		
Em bancos centrais	596	1.771
Em outras instituições de crédito	20	239
Aplicações em instituições de crédito	12.782	16.729
Crédito a clientes	104.040	143.411
Crédito vencido	3.291	3.205
Outros activos financeiros		
Activos detidos para negociação	7.269	15.741
Juros de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados (fair value option)	48	-
Activos financeiros disponíveis para venda	10.253	5.064
Activos titularizados não desreconhecidos	18.424	20.195
Devedores e outras aplicações	-	3
Outros juros e rendimentos similares	12	1
	<u>156.735</u>	<u>206.359</u>
Outras comissões recebidas		
Operações de crédito	8.444	7.032
	<u>165.179</u>	<u>213.391</u>
Juros e encargos similares		
Recursos de outros bancos centrais	1.135	47
Recursos de outras instituições de crédito	2.260	5.985
Recursos de clientes	67.315	91.104
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	1.925	1.851
Passivos financeiros de negociação	6.553	18.594
Passivos por activos não desreconhecidos	14.312	19.615
Passivos subordinados	2.663	5.548
Outros juros e encargos similares	8	20
	<u>96.171</u>	<u>142.764</u>
Comissões pagas associadas ao custo amortizado		
Passivos por activos não desreconhecidos	118	118
	<u>96.289</u>	<u>142.882</u>
Rendimentos provenientes de :		
Activos financeiros disponíveis para venda	-	20
Outros instrumentos de capital	1.844	4.089
	<u>1.844</u>	<u>4.109</u>
	<u>70.734</u>	<u>74.618</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A rubrica “Outros juros e rendimentos similares” incluem m.Euros 8.296 de juros relativos a contratos de locação financeira em que o Finibanco é locador (m.Euros 12.055 em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica “Outros juros e encargos” similares incluem m.Euros 0,2 de juros relativos a contratos de locação financeira em que o Finibanco é locatário (m.Euros 4 em 31 de Dezembro de 2008).

28. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Rendimentos de serviços e comissões por :		
Garantidas prestadas	1.927	2.120
Compromissos assumidos perante terceiros	652	738
Operações sobre instrumentos financeiros	205	685
Serviços prestados		
Comissão de fundos e patrimónios	371	410
Outros serviços prestados	2.840	3.099
Operações realizadas por conta de terceiros		
Corretagem	689	650
Outras comissões recebidas	9.342	8.549
	<u>16.026</u>	<u>16.251</u>
Encargos com serviços e comissões por :		
Garantias recebidas	4	3
Serviços bancários prestados por terceiros	1.892	1.619
Operações realizadas por terceiros	124	206
Outras comissões pagas	573	276
	<u>2.593</u>	<u>2.104</u>
	<u>13.433</u>	<u>14.147</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

29. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Rendimentos de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Ganhos em :		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	27.349	7.550
Instrumentos derivados	16.414	27.401
Ganhos em outros activos financeiros avaliados ao justo valor através da conta de resultados (fair value option)	306	-
Passivos financeiros de negociação		
Instrumentos financeiros designados ao justo valor (fair value option) ganhos		
Operações passivas	4.342	10.966
	<u>48.411</u>	<u>45.917</u>
Perdas em :		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	10.259	25.785
Instrumentos derivados	10.695	33.929
Passivos financeiros de negociação		
Instrumentos financeiros designados ao justo valor (fair value option) perdas		
Operações passivas	12.575	11.251
	<u>33.529</u>	<u>70.965</u>
	<u>14.882</u>	<u>(25.048)</u>

30. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Ganhos em :		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	681	17.081
	<u>681</u>	<u>17.081</u>
Perdas em :		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	50	2.210
	<u>50</u>	<u>2.210</u>
	<u>631</u>	<u>14.871</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

A rubrica “Resultados de reavaliação cambial”, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Ganhos em :		
Operações financeiras		
Diferenças cambiais	74.640	105.125
	<u>74.640</u>	<u>105.125</u>
Perdas em :		
Operações financeiras		
Diferenças cambiais	73.220	99.115
	<u>73.220</u>	<u>99.115</u>
	<u>1.420</u>	<u>6.010</u>

32. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

A rubrica “Resultados de alienação de outros activos”, em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008, é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Ganhos em :		
Alienação de crédito a clientes	-	11.000
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Ganhos realizados	158	3.459
Outros activos tangíveis		
Ganhos realizados	285	132
	<u>443</u>	<u>14.591</u>
Perdas em :		
Activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Perdas realizadas	1.877	3
Outros activos tangíveis		
Perdas realizadas	22	3
	<u>1.899</u>	<u>6</u>
	<u>(1.456)</u>	<u>14.585</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

33. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outros resultados de exploração” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Ganhos em :		
Ganhos em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Ganhos não realizados	184	865
Outros activos tangíveis		
Locação Financeira	221	648
Outros activos não financeiros	12	48
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Reembolso de despesas	7.667	9.141
Prestação de serviços diversos	4.736	5.410
Outros	2.564	1.864
	<u>15.384</u>	<u>17.976</u>
Perdas em :		
Outros impostos	428	453
Quotizações e donativos	136	195
Contribuições para o FGD e FGCAM	560	464
Perdas em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda		
Perdas não realizadas	1.086	1.156
Outros activos tangíveis		
Activos em locação financeira	152	115
Outros activos tangíveis		
Perdas não realizadas	-	50
Outros encargos e gastos operacionais	1.372	818
	<u>3.734</u>	<u>3.251</u>
	<u>11.650</u>	<u>14.725</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

34. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Custos com pessoal” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Remunerações		
Dos órgãos de gestão e fiscalização	1.566	1.411
De empregados	38.357	38.328
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	7.049	6.682
Benefícios de empregados		
Benefícios de reforma	4.549	4.038
SAMS	345	303
Subsídio por morte	187	162
Outros	1.426	972
Outros custos com o pessoal		
Indemnizações contratuais	105	143
Transferências de pessoal	20	49
Outros custos com o pessoal	575	292
	54.179	52.380

O desdobramento do valor afecto ao fundo de pensões é apresentado na Nota 42.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número médio de efectivos do Finibanco por categorias profissionais, era o seguinte:

	31-12-2009	31-12-2008
Administração	2	2
Direcção	83	71
Chefia	283	264
Técnicos	382	372
Administrativos	467	417
Outros	17	18
	1.234	1.144

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

35. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2009	31-12-2008
Com fornecimentos :		
Água, energia e combustíveis	1.675	2.125
Material de consumo corrente	974	1.223
Publicações	21	49
Material de higiene e limpeza	29	41
Outros fornecimentos de terceiros	61	150
	<u>2.760</u>	<u>3.588</u>
Com serviços :		
Rendas e alugueres	7.957	8.551
Comunicações	3.595	3.247
Deslocações, estadas e representação	934	905
Publicidade e edição de publicações	2.718	2.050
Conservação e reparação	1.146	2.139
Transportes	329	382
Formação de pessoal	97	70
Seguros	748	577
Serviços especializados	9.079	9.837
Outros serviços de terceiros	2.709	2.608
	<u>29.312</u>	<u>30.366</u>
	<u>32.072</u>	<u>33.954</u>

A rubrica “ Rendas e alugueres” inclui locação operacional de imóveis no valor de m.Euros 5.700 onde o Finibanco tem instaladas parte das suas agências e serviços centrais (m.Euros 5.476 em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui locação operacional de equipamento informático e de transmissão no valor de m.Euros 1.997 (m.Euros 1.446 em 31 de Dezembro de 2008).

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui ainda locação operacional de viaturas de serviço próprio no valor de m.Euros 261 (m.Euros 97 em 31 de Dezembro de 2008).

A duração dos contratos de locação operacional é a seguinte:

Para imóveis 1 ano renovável.
 Para equipamento informático 60 meses.
 Para equipamento de transmissão 35 meses.
 Para viaturas 48 meses.

Quanto à forma de actualização das rendas de locação operacional temos o seguinte:

Locação operacional de imóveis, actualização à taxa legal
 Locação operacional de equipamento informático e de transmissão, taxas fixas
 Locação operacional de equipamento administrativo, taxas fixas.
 Locação operacional de viaturas, taxas fixas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os pagamentos mínimos futuros associados a contratos de locação operacional não canceláveis são os seguintes:

Equipamento informático

	31-12-2009	31-12-2008
Pagamentos até 1 ano	151	33
Pagamentos entre 1 e 5 anos	529	-
Pagamentos à mais de 5 anos	-	-
	680	33

Equipamento de transmissão

	31-12-2009	31-12-2008
Pagamentos até 1 ano	724	-
Pagamentos entre 1 e 5 anos	845	-
Pagamentos à mais de 5 anos	-	-
	1.569	-

Viaturas

	31-12-2009	31-12-2008
Pagamentos até 1 ano	685	-
Pagamentos entre 1 e 5 anos	1.910	-
Pagamentos à mais de 5 anos	-	-
	2.595	-

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

36. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva 31 de Dezembro de 2009 e 2008, pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31-12-2009	31-12-2008
Imposto corrente :		
1. Resultado antes de impostos	(12.459)	(506)
2. Taxa legal de imposto (IRC + Derrama)	26,50%	26,50%
3. Carga fiscal normal (1*2)	-	-
4. Variações patrimoniais positivas	3.479	-
5. Variações patrimoniais negativas	(3.045)	(5.083)
6. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
6.1. Reintegrações não aceites	16	29
6.2. Provisões não dedutíveis	2.537	4.636
6.3. Mais valias fiscais	123	34
6.4. Menos valias contabilísticas	-	-
6.5. Derivados	-	-
6.6. Imputação de lucros de sociedades não residentes	-	-
6.7. Encargos financeiros com a aquisição de participações	-	-
6.8. Imparidade de títulos disponíveis para venda	-	-
6.9. Menos valias efectivas TDV detidos à mais de 1 ano	-	-
6.10. Outros custos não dedutíveis	7.863	8.726
7. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
7.1. Redução de provisões não tributadas	(1.901)	(4.223)
7.2. Menos valias fiscais	-	-
7.3. Benefícios fiscais	(2.245)	(1.932)
7.4. Derivados	-	-
7.5. Excesso de estimativa de impostos	-	-
7.6. Rendimentos nos termos do artigo 46º	(2.361)	(4.224)
7.7. Outros proveitos não tributados	(6.404)	(7.040)
8. Resultados não tributáveis (ZFM)	(434)	17
9. Prejuízos fiscais reportáveis	-	-
10. Lucro tributável (1+4+5+6+7-8+9)	(13.963)	(9.600)
11. Imposto antes da tributação autónoma (10*2)	-	-
12. Tributações autónomas	251	256
13. Imposto total (11+12)	251	256
14. Taxa efectiva (13/1) (*)	-	-

(*) Atendendo a que o resultado antes de imposto é negativo o imposto a pagar no exercício no montante de m.Euros 251 refere-se a tributação autónoma (m.Euros 256 em 31 de Dezembro de 2008).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Quando haja lugar a prejuízos fiscais em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), o período a considerar é de seis anos.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

37. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

	31-12-2009	31-12-2008
Garantias prestadas e outros passivos eventuais :		
Garantias pessoais/institucionais	92.010	106.995
Garantias reais (activos dados em garantia)	214.712	214.566
	<u>306.722</u>	<u>321.561</u>
Garantias recebidas :		
Garantias pessoais/institucionais	1.798.631	2.029.280
Garantias reais (activos recebidos em garantia)	1.593.244	1.465.459
	<u>3.391.875</u>	<u>3.494.739</u>
Compromissos perante terceiros :		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	124.060	169.301
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para FGD	2.429	2.367
Responsabilidade potencial para com SII	478	456
Compromissos revogáveis	327.512	234.549
	<u>454.479</u>	<u>406.673</u>
Operações cambiais e instrumentos derivados :		
Operações cambiais à vista	4.697	20.453
Instrumentos de negociação	419.217	588.302
Instrumentos de cobertura	831.766	814.210
	<u>1.255.680</u>	<u>1.422.965</u>
Responsabilidades por prestação de serviços :		
Depósito e guarda de valores	2.097.300	1.485.476
De cobrança de valores	59.872	71.338
	<u>2.157.172</u>	<u>1.556.814</u>
Serviços prestados por terceiros :		
Por depósito e guarda de valores	1.050.092	709.565
Por cobrança de valores	40.925	52.636
	<u>1.091.017</u>	<u>762.201</u>
Outras contas extrapatrimoniais :		
Consignações	17	22
Créditos abatidos ao activo		
Créditos		
Crédito Abatido	20.132	20.935
Crédito Abatido Cedido	117.872	95.995
Títulos	71	71
Juros vencidos	1.752	1.025
Contratos com recurso - facturas não financiadas	16.595	-
Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira	204.590	249.091
Obrigações de caixa emitidas	164.682	164.682
Crédito renegociado	42.913	19.836
Provisões acumuladas para crédito renegociado	1.690	1.405
	<u>570.314</u>	<u>553.062</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

No âmbito das operações de política monetária de Eurosistema, o Finibanco entregou como colateral a totalidade da tranche mais sénior da operação de titularização “Aqua Mortgages nº 1 (valor nominal de m.Euros 203.176), o que permite a realização de operações junto do BCE até ao valor de mercado desses mesmos títulos, ajustado do respectivo *haircut*. Os títulos estão registados na rubrica “ Garantias prestadas e outros passivos eventuais – Garantias reais (activos dados em garantia)” encontrando-se valorizados tendo em conta os princípios de valorização dos activos subjacentes a operações de política monetária definidos pelo Eurosistema sendo o seu valor em 31 de Dezembro de 2009 de m.Euros 199.122.

38. BALANÇO EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante global dos elementos do activo e passivo do Finibanco, S.A. expressos em moeda estrangeira, convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, é como segue:

Activos		Passivos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.938	Passivos financeiros detidos para negociação	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.430	Recursos de outras instituições de crédito	6.133
Activos financeiros detidos para negociação	5	Recursos de clientes e outros empréstimos	25.305
Activos financeiros disponíveis para venda	289	Outros passivos e contas de regularização	1.462
Aplicações em instituições de crédito	2.610	Reservas de Reavaliação	(387)
Crédito a clientes	3.266		
Outros activos e contas de regularização	21.975		
	32.513		32.513

39. RELATO POR SEGMENTO

A segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2009 é apresentada no Anexo IV.

Substancialmente as actividades do Banco desenvolvem-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

O Finibanco desenvolve a sua actividade principal na Banca de Retalho e no território nacional. Esta segmentação foi efectuada tendo em conta a divisão das actividades para efeitos de gestão.

Actividade dos segmentos de negócio

Actividade de Retalho focaliza-se na actividade dos clientes particulares e pequenas empresas, cujo volume de negócio seja inferior a m.Euros 2.500 e um envolvimento inferior a m.Euros 1.000, conforme modelo de segmentação definido pelo Grupo Finibanco. A Actividade de Retalho realiza um conjunto de operações comerciais, nomeadamente a captação de recursos, concessão de empréstimos e garantias, seguros e prestação de serviços bancários. Este segmento de negócio é apoiada por uma rede multicanal que inclui balcões, promotores de negócio, banca telefónica e serviço homebanking.

Banca Comercial focaliza-se na actividade das empresas, cujo volume de negócio seja superior a m.Euros 2.500 e um envolvimento superior a m.Euros 1.000, conforme modelo de segmentação definida pelo Grupo Finibanco. A Banca comercial realiza um conjunto de operações comerciais, nomeadamente a captação de recursos, concessão de empréstimos e garantias, seguros e prestação de serviços bancários. Este segmento de negócio é apoiada pelos centros de empresas, rede de balcões e serviço homebanking.

Corporate Finance desenvolve a actividade no mercado de capitais, nomeadamente, na montagem e colocação de emissões de dívida, estudos e prestação de serviços.

Trade & Sales focaliza-se na actividade da banca de investimento, nomeadamente, no trading da carteira de negociação e disponíveis para venda, actividade cambial, gestão financeira do Grupo e relacionamento com Institucionais conduzida pela Direcção Financeira do Finibanco.

Corretagem (Retalho) engloba a actividade de corretagem dos clientes, apoiada pela rede de balcões e pelo serviço de corretagem on-line.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Pagamentos e liquidações incorpora a actividade de transferências e meios de pagamento, assegurada pela rede de balcões, POS e ATM's.

Custódia engloba o serviço de custódia de títulos dos clientes e das carteiras de fundos de investimento assegurada por estrutura própria no Finibanco, SA.

Gestão de activos está centrada na actividade da gestão de fundos de investimento e da gestão de patrimónios.

Outros inclui actividades não integradas nos segmentos anteriores.

40. GESTÃO DO RISCO

No ponto 2.6 do Relatório de Gestão são apresentadas as informações qualitativas e quantitativas relativas à Gestão dos vários riscos da actividade do Banco.

41. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**AQUA SME 1**

Em Junho de 2007 o Finibanco, SA efectuou uma operação de titularização da qual se destaca o seguinte:

Data da realização da operação: 14 de Junho de 2007

Montante: m.Euros 250.000

Duração do programa: 10 anos

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua SME 1

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas

Duração média ponderada remanescente: 0,249 anos

Taxa de juro média ponderada dos activos: 6,88%

Rating médio da carteira cedida: n.a.

Características dos instrumentos emitidos

Denominação do instrumento	Montante emitido	Montante detido	Taxa de juro
Classe A units	235.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe B units	15.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe C units	8.750	8.750	Excess spread

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de revolving e conforme ritmo de amortização dos créditos e de acordo com a seguinte prioridade:

1º Classe A units

2º Classe B units

3º Classe C units

As Class C foram integralmente tomadas pelo Finibanco S.A.

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Créditos de m.Euros 250.000 e m.Euros 8.750 de cash reserve.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo**Montantes a título de:**

Disponibilidades de caixa do emitente: n.a.

Linhas de liquidez: n.a.

Outros financiamentos: n.a.

Cash reserve inicial, limite máximo e mínimo: inicial m.Euros 8.750; máximo m.Euros 8.750; mínimo m.Euros 8.000

Garantias: n.a.

Proveitos residuais: a reverter para o Banco como remuneração das Classe C units.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: n.a.

Recompra dos activos remanescentes: Clean up call de 10%, a preços de mercado.

Outros n.a.

n.a. Não aplicável

No exercício de 2008, o Finibanco, S.A. alienou 20,6% dos títulos da Classe C, tranche até então integralmente detida por esta sociedade.

Entidades que intervêm na operação

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade	Função desempenhada	Relação de participação
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Aqua SME 1 Fundo	Portugal	Fundo de titularização de créditos	Comprador	não tem
Navegater SGFTC	Portugal	SGFTC	Gestão de FTC	não tem
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Gestor de créditos	n.a.
Deutsche Bank S.A.	Portugal	Banco	Custodiante	não tem
Banco Espírito Santo de Investimento S.A	Portugal	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Linha liquidez Class B	não tem
Banco Espírito Santo S.A	Portugal	Banco	Linha liquidez Class A	não tem
European Investment Fund	Luxemburgo	Instituição europeia	Garante Class B	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Banco detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spread da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica “Activos titularizados não desreconhecidos”, e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Os fundos recebidos pela venda dos créditos estão registados na rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

AQUA MORTGAGE Nº1

Em Dezembro de 2008, o Finibanco, S.A. efectuou uma operação de titularização de créditos à habitação, com o propósito de transformar activos ilíquidos em títulos aceites como colateral no âmbito das operações do Eurosistema, da qual se destaca o seguinte:

Identificação da Operação: Aqua Mortgages Nº 1
 Tipo de operação: RMBS Tradicional
 Montante da operação: 233 Milhões de Euros
 Data de realização da operação: 09 de Dezembro de 2008
 Prazo de vencimento da operação: Dezembro de 2063
 Data prevista para o exercício da clean-up call: a partir do ano de 2033

Caracterização da operação de titularização

Instituição cedente: Finibanco S.A.
 Tipos de posições em risco: Crédito à habitação
 Descrição dos principais critérios de selecção dos activos para a carteira titularizada: Crédito à habitação, em euros, imóvel localizado em Portugal, com data de maturidade inferior a Dezembro de 2060, com montante máximo de Eur 1.000.000,00, sem pagamentos em atraso há mais de 30 dias e com taxa de juro indexada
 Grau de risco médio da carteira cedida: 63,23% (método padrão)
 Revolving: por um período de 2 anos após o início da operação

Caracterização das posições em risco titularizadas

Limite máximo de posições em risco titularizadas: Eur 233.000.000,00
 Valor das posições em risco titularizadas, na data de início da operação:
 -Valor médio dos contratos: Eur 66.059,08
 -Posição em risco mais significativa: Eur 620.529,65
 -Duração média ponderada remanescente: 25 anos

Desagregação do valor das posições de titularização

Caracterização das tranches					euros
Denominação da posição de titularização	Tranche (notação)	Quant	Montante	Taxa de Juro	Data de reembolso
Classe A	AAA		203.176.000,00	Euribor 6M + 15bps	Dez-63
Classe B	-		29.824.000,00	Euribor 6M + 40bps	Dez-63
Classe C	-		3.500.000,00	Excess Spread	Dez-63
TOTAL	-		236.500.000,00		

Detentores das tranches				euros
Denominação do Instrumento	Entidade Detentora Dos títulos	Tranche (notação)	Montante Detido	
Classe A	Finibanco, S.A	AAA	203.176.000,00	
Classe B	Finibanco, S.A	-	29.824.000,00	
Classe C	Finibanco, S.A	-	3.500.000,00	
		Total	236.500.000,00	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Compromissos assumidos e/ou interesses retidos / a reter pela instituição ou por uma instituição do grupo.

Reserva de caixa inicial, limite máximo e mínimo: Montante inicial de Eur 3.500.000; máximo de Eur 3.500.000; mínimo de Eur 1.200.000,00.

Linhas de liquidez: não existem linhas de liquidez associadas à operação

Garantias: não existem linhas de garantias adicionais associadas à operação

Proveitos residuais: n.a.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: não existem swaps de taxa de juro ou outros instrumentos derivados associados à operação.

Entidades que intervêm na operação:

Designação da entidade	País da Sede	Tipo de entidade/actividade	Função Desempenhada	Relação de Participação
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Arranger	n.a.
Finibanco, S.A.	Portugal	Banco	Servicer	n.a.
Tagus - Soc.Titularização Créditos S.A.	Portugal	Soc. Tit. Créditos	Emitente	não tem
Deutsche Bank AG, London Branch	Inglaterra	Banco	Agente pagador	não tem
Deutsche Trustee Company Limited	Inglaterra	Serviços Financ.	Common representative	não tem
Standard & Poors	Espanha	Agência de Rating	Agência de Rating	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Banco detém as Classe C units, às quais está atribuído o excess spread da operação, os créditos vendidos não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Dadas as características e finalidade da operação não ocorreu a entrada de fundos. Assim e no cumprimento do parágrafo 39 da IAS 39 e AG 58 da mesma norma, as tranches Classe A e B estão representadas no Balanço de forma autónoma pelos créditos não desreconhecidos não havendo, portanto, lugar ao registo de passivos financeiros associados a activos transferidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

42. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Conforme referido na Nota 2.4, e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Baseado em pareceres de peritos independentes e na cláusula de adesão do Finibanco ao ACTV, não são consideradas no cálculo das responsabilidades a parcela relativa ao período entre a data de admissão de cada funcionário ao sistema bancário e a data de admissão no Finibanco, quando aplicável.

O estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi efectuado pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, efectuados pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA , foram:

	31.12.2009	31.12.2008
Esquema de benefícios	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo
Método actuarial	Projected Unit Credit Method	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa anual de crescimento salarial	3%	3%
Taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo	5%	5%
Taxa de desconto	5,5%	5,25%
Taxa de crescimento das pensões	3%	3%
SAMS	6,5% *	6,5% *

* sobre o valor das responsabilidades calculadas nos termos do ACTV

A taxa de desconto utilizada reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade na zona euro com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões

A taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo foi determinada pela sociedade gestora do Fundo utilizando as rentabilidades anuais esperadas a longo prazo para cada classe de activos, definidas com base em estudo de uma consultora internacional sobre o histórico das rendibilidades de mercado e uma ponderação resultante do *benchmark* definido para a estrutura de activos do Fundo.

No exercício de 2009 a taxa anual de rendimento dos activos do Fundo foi de 7,73% (-11,99% em 2008) e a taxa anual de crescimento salarial de 4,92% (2,6% em 2008). As pensões acompanharam o crescimento da Tabela ACTV (1,5%).

De acordo com as informações obtidas do actuário responsável pela preparação do estudo actuarial, não foi considerada no cálculo actuarial qualquer taxa de rotação dada a ausência de referências estatísticas de mercado credíveis e pelo facto de, com os dados internos do Banco, as análises históricas efectuadas ao comportamento da rotação interna demonstrarem comportamentos irregulares, que ao serem incorporados no estudo poderiam conduzir a variações futuras de responsabilidades difíceis de justificar de forma consistente.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

b) População

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado decompondo-se em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 da seguinte forma:

	31.12.2009	31.12.2008
1.Empregados no activo	1.266(*)	899
2.Pensionistas	15	13
3.Total (1+2)	1.281	912
4.Ex – participantes com direitos adquiridos	398	406
5.Total (3+4)	1.679	1.318

(*)- Após o esclarecimento jurídico sobre a interpretação legal a dar ao novo ACT-SB e a sua implicação na população a abranger, foi entendido incluir na população do Fundo 331 participantes que, embora tenham antiguidade anterior a Março de 2009, ainda não estavam a ser considerados para efeitos de Fundo de Pensões, na medida em que era expectável não serem abrangidos pelo regime de complementaridade, o que não se veio a confirmar.

c) Valores reconhecidos no balanço

31/12/2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	58.692	3.785	1.812	64.289
2. Pensionistas	2.315	151	108	2.574
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	61.007	3.936	1.920	66.863
4.Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	68.086	4.238	2.100	74.424
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 24) (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 15) (4-3)	7.079	302	180	7.561
7. % de cobertura do financiamento	112%	95%	109%	111%

31/12/2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	57.655	3.249	1.860	62.764
2. Pensionistas	2.001	130	86	2.217
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	59.656	3.379	1.946	64.981
4.Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	58.181	3.200	1.949	63.330
5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 24) (3-4)	1.475	179	(3)	1.651
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 15) (4-3)	-	-	-	-
7. % de cobertura do financiamento	98%	95%	100%	97%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo				
1. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados				
1.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 24)	2.912	(15)	139	3.036
1.2 Reconhecidos como despesas com custo diferido	-	-	-	-
2. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de alteração de pressupostos actuariais e financeiros				
2.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 24)	(9.815)	(238)	(649)	(10.702)
2.2 Reconhecidos como despesas com encargo diferido				
A amortizar por resultados transitados em 8 anos	6.647	-	512	7.159
A amortizar por resultados transitados em 10 anos	-	1.206	-	1.206
3. Responsabilidades a amortizar (Nota 15) (1.2+2.2)	6.647	1.206	512	8.365

Conforme referido no ponto 7 da Nota 2 o Aviso 7/2008 que alterou o Aviso 12/2001 veio permitir que o saldo ainda por especializar à data de 30 de Junho de 2008 possa ser reconhecido por um período adicional de 3 anos face à duração inicialmente prevista (5 anos para benefícios de reforma e subsídio por morte e 7 anos para SAMS) razão pela qual em 2008 e 2009 os valores a especializar referem amortizações em 8 anos (benefícios de reforma e subsídio por morte) e 10 anos (SAMS).

31/12/2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo				
1. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados				
1.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 24)	4.661	103	320	5.084
1.2 Reconhecidos como despesas com custo diferido	-	-	-	-
2. Perdas / (ganhos) actuariais resultantes de alteração de pressupostos actuariais e financeiros				
2.1 Reconhecidos como flutuação de valores (Nota 24)	(3.367)	(310)	(466)	(4.143)
2.2 Reconhecidos como despesas com encargo diferido				
A amortizar por resultados transitados em 8 anos	8.309	-	639	8.948
A amortizar por resultados transitados em 10 anos	-	1.407	-	1.407
3. Responsabilidades a amortizar (Nota 15) (1.2+2.2)	8.309	1.407	639	10.355

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

d) Acréscimo anual no valor actual das responsabilidades por serviços passados

31/12/2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	59.656	3.379	1.946	64.981
2. Custos do serviço corrente	5.375	364	203	5.942
3. Custo de juros	3.129	177	102	3.408
4. Pensões pagas	120	6	-	126
5. Perdas (ganhos) actuariais				
Por diferenças entre os pressupostos e valores realizados	(1.749)	(118)	(181)	(2.048)
Por alteração de pressupostos – Taxa de desconto	(3.709)	(198)	(149)	(4.056)
Por alteração nos dados da população	(1.576)	338	-	(1.238)
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	1.350	557	(25)	1.882
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	61.006	3.936	1.921	66.863

31/12/2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	52.037	2.920	1.555	56.512
2. Custos do serviço corrente	4.950	308	172	5.430
3. Custo de juros	2.729	153	82	2.964
4. Pensões pagas	119	7	-	126
5. Perdas (ganhos) actuariais				
Por diferenças entre os pressupostos e valores realizados	59	5	137	201
Por alteração de pressupostos – Taxa de desconto	-	-	-	-
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	7.619	459	391	8.469
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	59.656	3.379	1.946	64.981

e) Movimento registado nos activos do Fundo

31/12/2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	58.181	3.200	1.949	63.330
2. Rendimento líquido do fundo	4.655	265	151	5.071
3. Contribuição entregue ao fundo	5.369	780	-	6.149
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	120	6	-	126
5. Outras variações líquidas	-	-	-	-
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	68.085	4.239	2.100	74.424

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	59.113	2.852	1.675	63.641
2. Rendimento líquido do fundo	(7.085)	(342)	(201)	(7.628)
3. Contribuição entregue ao fundo	6.271	697	475	7.443
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	118	7	-	126
5. Outras variações líquidas	-	-	-	-
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	58.181	3.200	1.949	63.330

f) As principais categorias de activos do Fundo são as seguintes:

Tipos de investimento	31.12.2009	31.12.2008
Terrenos e edifícios	11,8%	13,9%
Acções e unidades de participação	21,4%	24,4%
Obrigações – Dívida pública	19,7%	26,1%
Obrigações – Outros emissores	35,9%	17,6%
Depósitos em instituições de crédito	10,4%	17,4%
Outros	0,7%	0,6%
	100%	100%

Os imóveis detidos pelo Fundo encontram-se arrendados ao Banco ou subsidiárias da sua empresa-mãe.

g) Gastos reconhecidos no exercício

31/12/2009	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1. Custo do serviço corrente	5.375	364	203	5.942
2. Custo dos juros	3.129	177	102	3.408
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.492	196	118	3.806
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	-	-
5. Contribuições dos funcionários	463	-	-	463
6. Outras variações	-	-	-	-
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	4.549	345	187	5.081

O custo dos serviços correntes relativo a membros dos órgãos de administração do Banco encontra-se divulgado na (Nota 43).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

31/12/2008	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1.Custo do serviço corrente	4.950	308	172	5.430
2.Custo dos juros	2.728	153	82	2.963
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.200	158	92	3.450
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	-	-	-	-
5. Contribuições dos funcionários	440	-	-	440
6. Outras variações	-	-	-	-
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	4.038	303	162	4.503

A contribuição esperada para o Fundo para o exercício de 2010 ascende a m.Euros 5.692.

h) Análises de sensibilidade

A redução de 0,25% na taxa de desconto teria um efeito de aumento das responsabilidades em cerca de 4,2 milhões de euros.

Uma variação de 1% na taxa de SAMS representaria um impacto de cerca de 605 mil euros (aumento de responsabilidades em caso de incremento da taxa e redução no caso contrário)

i) Análise evolutiva

O quadro seguinte apresenta uma análise evolutiva dos valores do exercício e dos últimos 4 anos:

Responsabilidades com benefícios de reforma	2009	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades por serviços passados	(61.007)	(59.656)	(52.037)	(51.092)	(43.088)
Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	68.086	58.181	59.114	51.676	26.662
Excesso /(Insuficiência) de cobertura	7.079	(1.475)	7.077	584	(16.426)
% de cobertura do financiamento pelo Fundo	112%	98%	114%	101%	62%
Ajustamentos de experiência em passivos do plano	(1.749)	(59)	(833)	(452)	(276)
Ajustamentos de experiência em activos do plano	(1.164)	(10.285)	4.491	1162	316

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

43. PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas apresenta-se como segue:

Accionistas

MARIA AUGUSTA RESENDE COSTA LEITE - Accionista com controlo final
HERANÇA INDIVISA DE ÁLVARO PINHO DA COSTA LEITE
APCL FINANCEIRA - SGPS, LDA- Entidade com controlo final
VIC (SGPS), SA
FINIBANCO - HOLDING, SGPS SA – Empresa mãe

Membros do Conselho de Administração

HUMBERTO COSTA LEITE
ARTUR JESUS MARQUES
ARMANDO ESTEVES
JOAQUIM MENDES CARDOSO

Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Finibanco / APCL

FINIBANCO VIDA-COMPANHIA SEGUROS VIDA,SA
FINICRÉDITO-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA
FINIMÓVEIS SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE SERVIÇOS AUXILIARES,SA
FINISEGUR-SOCIEDADE MEDIADORA SEGUROS,SA
FINIVALOR-SOCIEDADE GESTORA FUNDOS MOBILIÁRIOS,SA
FINIBANCO SA - ANGOLA
LESTINVEST, SGPS SA
SAF - IMOBILIÁRIA, S A
SOGIPORTO-GESTÃO IMOBILIÁRIA, S A
SOGILEÇA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA
SOGIBRAGA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA
LAMEIRA - IMOBILIÁRIA, LDA
ESTIA SGPS
Vic Beteiligungsverwaltungs GmbH
ROSUD SRL
MAMAIA INVESTMENTS, SRL.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Sociedades onde Accionistas e membros da Administração têm influência significativa

EMPICAIMA-CONSTRUÇÕES SA
GLOBAL DIS-DISTRIBUIÇÃO GLOBAL MATERIAIS,SA
IMOBILIÁRIA DA CAVADA, LDA
IMOCAMBRA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA
ESTIA RETAIL & WAREHOUSING, SRL
PEDRAL-PEDREIRAS DO CRASTO DE CAMBRA, SA
PREDICAIMA - COMÉRCIO IMOBILIÁRIO, SA
PROMOQUATRO-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA
SITAPE - INDÚSTRIA METALÚRGICA, SA
SOGICAIMA-GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA
STOCKTRANS - LOGÍSTICA TRANSPORTES, LDA
VICAIMA - Puertas y Derivados, S.L.
VICAIMA - Türenwerk Handels GmbH
Vicaima Beteiligungsverwaltungs GmbH
VICAIMA FINANCE - SGPS, LDA
VICAIMA INVEST - SGPS, LDA
VICAIMA INVESTMENTS LIMITED
VICAIMA MADEIRAS (SGPS), SA
VICAIMA PARTICIPA - SGPS, LDA
VICAIMA, Limited
VICAIMA/CIFIAL, ACE
VICAIMA-INDÚSTRIA DE MADEIRAS E DERIVADOS, SA

Fundo de Pensões de colaboradores do Grupo Finibanco

FUNDO PENSÕES FNB – GERIDO POR CGD PENSÕES

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante global dos activos, passivos, rendimentos, encargos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas de acordo com a IAS 24 têm a seguinte composição:

	Accionistas do Finibanco	Membros do Conselho de Administração	Empresas Subsidiárias e Associadas	Sociedades onde Accionistas e Membros de Administração têm influência significativa	Fundo de pensões de Colaboradores do Grupo Finibanco	Total
<u>Activo</u>						
Crédito	157.219	243	250.344	3	-	407.809
Outros activos	-	-	1.411	-	-	1.411
	157.219	243	251.755	3	-	409.220
<u>Passivo</u>						
Passivos Financeiros	8.359	211	185	-	-	8.755
Depósitos	10.494	3.685	20.448	512	8.289	43.428
	18.853	3.896	20.633	512	8.289	52.183
<u>Rendimentos</u>						
Juros e rendimentos similares	7.864	5	10.728	-	1	18.598
Rendimentos com serviços e comissões	134	3	1.505	9	-	1.651
	7.998	8	12.233	9	1	20.249
<u>Encargos</u>						
Juros e encargos similares	464	82	191	-	151	888
Outros custos	819	-	350	-	-	1.169
	1.283	82	541	-	151	2.057
<u>Extrapatrimoniais</u>						
Garantias e avals	177	-	1.709	-	-	1.886
Depósito e guarda de valores	108.089	4.027	217.376	62.648	-	392.140
	108.266	4.027	219.085	62.648	-	394.026

A rubrica de Crédito a Accionistas inclui crédito titulado à empresa mãe no montante de m.Euros 157.219.

O crédito a accionistas refere-se a operações para financiamento de tesouraria da empresa mãe, remunerado a preços considerados de mercado e sem colaterais.

As operações de crédito a accionistas e empresas subsidiárias e associadas são de suporte à tesouraria e foram realizadas a taxa variável com *spread* considerado de mercado, não tendo colaterais associados.

O montante de m.Euros 1.411 da rubrica Outros Activos sobre empresas subsidiárias e associadas não são remunerados e não foram constituídas quaisquer provisões ou imparidade.

Os passivos financeiros (que correspondem a empréstimos obrigacionistas) e os depósitos são igualmente remunerados a taxas consideradas de mercado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As remunerações dos membros dos órgãos sociais desdobram-se da seguinte forma:

	2009	2008
Benefícios de curto prazo (Nota 34)	1.566	1.411
Benefícios pós emprego	19	38
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Pagamentos com base em acções	-	-
	1.585	1.449

44. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No seguinte quadro apresenta-se uma análise dos métodos de valorização pelas categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

31-12-2009	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
	Cotação em Bolsa	Técnica de valorização	NAV*		
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	3.712	3.016	463	125	7.316
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	10.354	-	-	10.354
Activos financeiros detidos para venda	15.600	-	11.128	13.415	40.143
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	19.089	-	-	19.089
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	137.251	-	-	137.251
* NAV - Net Assets Value					

* NAV - Net Assets Value

31-12-2008	Justo Valor			Custo de aquisição	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
	Cotação em Bolsa	Técnica de valorização	NAV*		
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	44	4.698	553	8.264	13.559
Activos financeiros detidos para venda	16.920	-	8.586	13.415	38.921
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	27.422	-	-	27.422
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	138.130	-	-	138.130

* NAV - Net Assets Value

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

De acordo com as alterações na IFRS 7 as fontes de pressupostos utilizados na determinação do justo valor utilizam os seguintes níveis de hierarquia:

Nível 1 – Cotações nos mercados activos

Nível 2 – Inputs directos ou indirectos observáveis de dados de mercado

Nível 3 – Inputs que não sejam baseados em dados de mercado observáveis

Contudo, a valorização ao justo valor dos instrumentos financeiros segue as políticas contabilísticas definidas no ponto 2.3. do anexo às demonstrações financeiras de acordo com a IAS 39.

Os activos financeiros valorizados ao justo valor classificados no nível 3 são valorizações referentes a *Hedge Funds*.

Para os instrumentos considerados na coluna ao custo de aquisição não foi possível determinar valorizações fiáveis.

Para a determinação do justo valor dos Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados foram obtidas avaliações de entidades externas certificadas para o efeito.

As técnicas de valorização dos instrumentos financeiros e de negociação e ao justo valor através de resultados baseiam-se no cálculo do valor presente dos fluxos futuros.

O desconto dos cash-flows futuros baseia-se na curva de cupão zero que não é mais que uma estimativa da Estrutura Temporal de Taxas de Juros.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva de taxa de juro designada de cupão zero com referência a 31 de Dezembro de 2009, para o Euro são as seguintes:

Prazo	Taxa	Prazo	Taxa
3 meses	0,639%	6 anos	3,038%
6 meses	0,905%	7 anos	3,223%
9 meses	1,127%	8 anos	3,383%
1 ano	1,315%	9 anos	3,519%
2 anos	1,872%	10 anos	3,636%
3 anos	2,261%	15 anos	3,993%
4 anos	2,567%	20 anos	4,099%
5 anos	2,822%	30 anos	3,961%

A essa curva é adicionado um *spread* considerado adequado às características de cada emissão e os indicadores observáveis no mercado.

Para os instrumentos mais complexos, incorporados nos produtos estruturados, foram utilizados os seguintes modelos de valorização: Black, Black-Scholes, Hull & White e simulações de Monte Carlo dos processos log-normais dos activos subjacentes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

45. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço” implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

46. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia, mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram endossadas pela União Europeia e que o Grupo ainda não aplicou antecipadamente na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

Normas e interpretações endossadas pela União Europeia e aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios que terminem em 2010:**- Alterações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Itens elegíveis para cobertura**

Norma efectiva, na União Europeia, a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

Com estas alterações é clarificado que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto. É também indicado que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

- IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 29 Março 2009.

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

- IFRIC 17 - Distribuições aos Proprietários de Activos que não são Caixa

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos. Esta interpretação só se aplica quando em última análise os activos não são controlados pela mesma parte antes e depois da distribuição. A responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecida quando o dividendo estiver adequadamente autorizado e já não estiver sob o controlo da entidade. Se uma entidade der aos seus proprietários a opção de receberem um activo que não é caixa ou outra alternativa a caixa, a entidade deve estimar o dividendo a pagar considerando, tanto o justo valor de cada alternativa como a probabilidade associada à escolha pelos proprietários de cada alternativa. Quando uma entidade liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer nos lucros ou prejuízos qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos activos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar, sendo a diferença registada como uma linha separada da demonstração de resultados.

A IFRS 5 foi emendada para incluir activos que são classificados para distribuição, somente quando disponível na sua presente condição e a distribuição ser altamente provável.

- IFRIC 18 – Transferência de Activos Provenientes de clientes

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a contabilização de Imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos. Só se aplica a activos que são usados para ligar o cliente a uma rede ou permitir o acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços ou ambos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Esta interpretação define que em primeiro lugar há que verificar se o bem satisfaz as condições para o reconhecimento como activo e que, se tal acontecer, o activo transferido deve ser medido ao Justo Valor como parte de uma transacção de troca.

A entidade deve identificar os serviços prestados e alocar o Justo Valor do bem recebido a cada um dos serviços prestados. O rendimento é reconhecido na data da prestação do serviço.

Normas aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios a terminar em 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

- Alterações na IFRS 2 – Liquidação de acordos de pagamento com base em acções

Esta alteração revoga a IFRIC 8 e a IFRIC 11 e aplica-se retrospectivamente.

Quando uma entidade recebe bens ou serviços, procede à sua mensuração como liquidação através de acções quando são concedidos instrumentos da própria entidade ou a entidade não tem a obrigação de liquidar a transacção. Caso contrário, a entidade mensura a transacção como uma liquidação através de caixa.

As liquidações com acções são remensuradas apenas em resultado de alterações das condições de exercício que não tenham a ver com o mercado ou da existência de requisitos para atingir um nível mínimo.

Para efeitos das contas consolidadas, esta alteração clarifica que se uma entidade recebe bens ou serviços que são liquidados através de caixa por proprietários que não pertencem ao grupo, tais transacções estão fora do âmbito da IFRS 2.

Projecto Anual de Melhorias

Em Abril de 2009, o IASB publicou o Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos.

Normas e interpretações aplicáveis a Demonstrações Financeiras subsequentes a 31 de Dezembro de 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade na sua aplicação. Ao nível da classificação e mensuração são reduzidas as categorias de activos financeiros, eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos e restrições de reclassificação.

A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos.

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital considerados estratégicos são reconhecidas em reservas sem passagem por resultados mesmo em situações de imparidade ou venda.

É expectável que esta norma tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade, que serão oportunamente avaliados após o endosso pela União Europeia.

- Revisão da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

As principais alterações pela revisão desta norma são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas - implicará que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções entre entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

- Alterações na IFRIC 14 – Adiantamentos para requisitos mínimos de financiamento

Estas alterações foram efectuadas para retirar da IFRIC 14 uma consequência não intencional de quando uma entidade está obrigada a um nível de financiamento mínimo para um plano de benefícios definidos e faz um pagamento antecipado para cobrir esse requisito.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O problema identificado na prática relacionava-se com a capacidade, em algumas jurisdições, de efectuar pagamentos antecipados. Tais pagamentos aumentam o valor dos activos do plano e estariam sujeitos às restrições de reconhecimento de activos da IAS 19 o que levaria a que se nenhum activo pudesse ser reconhecido pelo que o pagamento antecipado teria que ser reconhecido como um gasto no ano do pagamento.

De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do excedente do plano deve ser analisado como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

- IFRIC 19 – Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital

Esta IFRIC clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados montantes pagos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num equity swap devem ser mensurados ao Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade. Se o Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos não puder ser determinado com fiabilidade, então os instrumentos de capital emitidos devem ser mensurados por referência ao Justo Valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

47. INFORMAÇÃO A QUE ALÚDE O DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO Nº 2 DA INSTRUÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL 18/2005

1) Descrição das alterações de políticas contabilísticas que decorreriam da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS)

Com a aplicação das IFRS as políticas contabilísticas registariam as seguintes alterações:

a) Créditos a clientes

Para os créditos a clientes mensurados ao custo amortizado, o Banco inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade. Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Banco entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, afim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

O valor da imparidade assim obtido tem-se aproximado sem diferenças materialmente relevantes do montante de imparidade registada nas demonstrações financeiras preparadas em base nas Normas de Contabilidade Ajustadas, nos termos do Aviso nº 3/95 (conforme descrito no ponto 2.4b – Imparidade em instrumentos financeiros – Crédito a clientes).

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”. Os activos e imparidade associada são abatidos do activo quando existem baixas probabilidades de recuperação.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados da mesma rubrica de Imparidade acima referida.

b) Outros Activos tangíveis

Em relação aos imóveis de serviço próprio, na data de transição para as IFRS (1 de Janeiro de 2006) foi utilizada a opção prevista na IFRS 1 de considerar como custo estimado (“deemed cost”) o respectivo justo valor, obtido através de avaliações de peritos, considerando-se a diferença para o anterior valor de balanço em resultados transitados como ajustamentos de transição, corrigida de impostos diferidos, passando aquele valor a ser o valor de custo nessa data sujeito a depreciação futura.

c) Benefícios de reforma

Em Dezembro de 2005 o Banco de Portugal, através do Aviso 12/2005, veio introduzir alterações ao Aviso 12/2001. Tendo o Grupo Finibanco, com referência a 31 de Dezembro de 2005, ajustado os pressupostos financeiros e a tábua de mortalidade no âmbito da aplicação da IAS 19, procedeu ao registo contabilístico nas demonstrações financeiras preparadas com base nas Normas de Contabilidade Ajustadas dos impactos decorrentes destas alterações de acordo com os artigos 13-A e 13-B, aditados ao Aviso 12/2001 pelo referido Aviso 12/2005. Acresce que o Aviso 7/2008 que alterou o Aviso 12/2001 veio permitir que o saldo ainda por especializar em 31 de Dezembro de 2008 pudesse ser reconhecido por um período adicional de três anos face à duração inicial prevista.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Deste modo nas demonstrações financeiras preparadas com base nas Normas de Contabilidade Ajustadas o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração dos pressupostos financeiros, foi registado na conta de Despesas com encargo diferido (Outros Activos), e está a ser reconhecido em Resultados Transitados durante um período de 8 anos. No que concerne ao acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da Tábua de mortalidade, foi o mesmo registado por contrapartida de Flutuação de Valores. Caso tivessem sido aplicadas as IFRS a totalidade do saldo em despesas com encargo diferido estaria reconhecido integralmente em Resultados transitados.

Adicionalmente em IFRS o limite do corredor é de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. De acordo com as regras do Banco de Portugal o valor do corredor tem como limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do exercício acrescidos dos montantes a que alude o nº 2 do ponto 13-B do Aviso 12/2001 e ponto 1 do Aviso 11/2008. Consequentemente em base IFRS o valor do corredor diferiria do apurado em NCA, com data de transição em 01.01.2006, e resultariam amortizações do corredor por dedução em custos com o pessoal no exercício de 2008.

d) Propriedades de investimento

Em NCAS o Banco de Portugal não aceita a manutenção da política contabilística do Grupo de justo valor, pelo que nas contas individuais é seguido o método do custo conforme previsto na IAS 16 (por remissão da IAS 40).

2) Estimativas dos ajustamentos materiais que decorreriam dessas alterações de políticas contabilísticas, incluindo a reconciliação do balanço, da demonstração de resultados e da demonstração de alterações no capital próprio, das NCA para os que resultariam da aplicação das IFRS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO

		31-12-2008			31-12-2009		
Activo	Notas	NCA	AJUST	IFRS	NCA	AJUST	IFRS
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		121.947	0	121.947	116.995	0	116.995
Disponibilidades em outras instituições de crédito		48.062	0	48.062	37.864	0	37.864
Activos financeiros detidos para negociação		13.559	0	13.559	7.316	0	7.316
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	10.354	0	10.354
Activos financeiros disponíveis para venda		38.921	0	38.921	40.143	0	40.143
Aplicações em instituições de crédito		269.893	0	269.893	343.938	0	343.938
Crédito a clientes		2.354.697	0	2.354.697	2.325.451	0	2.325.451
Provisões, imparidade e amortizações	a)	(30.657)	(21.081)	(51.738)	(45.975)	(21.419)	(67.394)
Activos não correntes detidos para venda		34.904	0	34.904	31.684	0	31.684
Propriedades de Investimento	d)	16.908	0	16.908	18.403	(324)	18.079
Provisões, imparidade e amortizações	d)	0	0	0	(2.101)	2.100	(1)
Outros activos tangíveis	b)	93.095	618	93.713	93.700	618	94.318
Provisões, imparidade e amortizações	b)	(50.656)	(27)	(50.683)	(55.872)	(36)	(55.908)
Activos intangíveis		13.703	0	13.703	14.485	0	14.485
Provisões, imparidade e amortizações		(11.531)	0	(11.531)	(12.535)	0	(12.535)
Activos por impostos correntes		2.523	0	2.523	14	0	14
Activos por impostos diferidos	b) + c) + d)	9.491	(1.079)	8.412	16.221	(312)	15.909
Outros activos	c)	72.818	(11.297)	61.521	112.208	(8.365)	103.843
Provisões, imparidade e amortizações		(937)	0	(937)	(1.400)	0	(1.400)
Total de Activo		2.996.740	(32.866)	2.963.874	3.050.893	(27.738)	3.023.155

Passivo e Capital		NCA	AJUST	IFRS	NCA	AJUST	NCA
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Recursos de bancos centrais		60.008	0	60.008	190.536	0	190.536
Passivos financeiros detidos para negociação		27.422	0	27.422	19.089	0	19.089
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		138.130	0	138.130	137.251	0	137.251
Recursos de outras instituições de crédito		101.895	0	101.895	80.473	0	80.473
Recursos de clientes e outros empréstimos		2.219.028	0	2.219.028	2.136.305	0	2.136.305
Passivos financeiros associados a activos transferidos		249.889	0	249.889	250.089	0	250.089
Provisões	a)	21.993	(21.081)	912	22.393	(21.419)	974
Outros passivos subordinados		11.011	0	11.011	11.059	0	11.059
Outros passivos	c)	29.430	2.252	31.682	31.471	4.116	35.587
Total de Passivo		2.858.806	(18.829)	2.839.977	2.878.666	(17.303)	2.861.363
Capital		120.000	0	120.000	160.000	0	160.000
Reservas de reavaliação		(2.628)	0	(2.628)	(130)	0	(130)
Outras reservas e resultados transitados	b) + c) + d)	19.684	(14.241)	5.443	22.064	(10.529)	11.535
Resultado do exercício	b) + c) + d)	878	204	1.082	(9.707)	94	(9.613)
Dividendos antecipados		0	0	0	0	0	0
Total de Capital		137.934	(14.037)	123.897	172.227	(10.435)	161.792
Total de Passivo + Capital		2.996.740	(32.866)	2.963.874	3.050.893	(27.738)	3.023.155

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

RECONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

m.Euros

Rubricas	Notas	31-Dez-08			31-Dez-09		
		NCA	Ajusta - mentos	IFRS	NCA	Ajusta - mentos	IFRS
Juros e rendimentos similares		213.391	0	213.391	165.179	0	165.179
Juros e encargos similares		142.882	0	142.882	96.289	0	96.289
Rendimentos de instrumentos de capital		4.109	0	4.109	1.844	0	1.844
Margem financeira		74.618	0	74.618	70.734	0	70.734
Rendimentos de serviços e comissões		16.251	0	16.251	16.026	0	16.026
Encargos com serviços e comissões		2.104	0	2.104	2.593	0	2.593
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		(25.048)	0	(25.048)	14.882	0	14.882
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		14.871	0	14.871	631	0	631
Resultados de reavaliação cambial		6.010	0	6.010	1.420	0	1.420
Resultados de alienação de outros activos		14.585	0	14.585	(1.456)	0	(1.456)
Outros resultados de exploração	d)	14.725	0	14.725	11.650	(353)	11.297
Produto bancário		113.908	0	113.908	111.294	(353)	110.941
Custos com pessoal	c)	52.380	(287)	52.093	54.179		54.179
Gastos gerais administrativos		33.954	0	33.954	32.072	0	32.072
Amortizações do exercício	b)+d)	8.188	9	8.197	8.611	(286)	8.325
Provisões líquidas de reposições e anulações	a)	557	(1.013)	(456)	778	0	778
Conexões de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições, anulações e recuperações)	a)	16.068	598	16.666	27.585	0	27.585
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	a)	4.186	340	4.526	311	0	311
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	a) + d)	(919)	75	(844)	217	(216)	1
Resultado antes de impostos		(506)	278	(228)	(12.459)	149	(12.310)
Impostos		(1.384)	74	(1.310)	(2.752)	55	(2.697)
Correntes		256	0	256	251	0	251
Diferidos	b)+c)+d)	(1.640)	74	(1.566)	(3.003)	55	(2.948)
Resultado após impostos		878	204	1.082	(9.707)	94	(9.613)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

RECONCILIAÇÃO DOS CAPITALS PRÓPRIOS**Rubricas "Outras reservas e resultados transitados" e "Resultados Líquidos"**

31-12-2008

VARIACÃO NA RUBRICA OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS		Notas
Valor da rubrica "Outras reservas e resultados transitados" em NCAS	19.684	
Outros Activos Tangíveis - uso de "deem cost" na transição	600	b)
Impostos Diferidos - Outros Activos Tangíveis	(159)	b)
Impostos Diferidos - Benefícios de empregados	(846)	c)
Benefícios de empregados - Acerto de custos diferidos e corredor NCA	(13.836)	c)
VARIAÇÃO ENTRE NCAS E IFRS	(14.241)	
Valor da rubrica "Outras reservas e resultados transitados" em IFRS	5.443	
VARIACÃO NA RUBRICA RESULTADOS LÍQUIDOS		
Valor da rubrica "Resultado líquido" em NCAS	878	
Outros Activos Tangíveis - uso de "deem cost" na transição	(9)	b)
Impostos Diferidos - Outros Activos Tangíveis	2	b)
Impostos Diferidos - Benefícios de empregados	(76)	c)
Benefícios de empregados - Amortização excesso do corredor	287	c)
VARIAÇÃO ENTRE NCAS E IFRS	204	
Valor da rubrica "Resultado líquido" em IFRS	1.082	

Rubricas "Outras reservas e resultados transitados" e "Resultados Líquidos"

31-Dez-09

VARIACÃO NA RUBRICA OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS		Notas
Valor da rubrica "Outras reservas e resultados transitados" em NCAS	22.064	
Outros Activos Tangíveis - uso de "deem cost" na transição	591	b)
Impostos Diferidos - Outros Activos Tangíveis	(157)	b)
Impostos Diferidos - Benefícios de empregados	(922)	c)
Benefícios de empregados - Acerto de custos diferidos e corredor NCA	(11.558)	c)
Propriedades de Investimento - Anulação das amortizações	1.211	d)
Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	378	d)
Impostos diferidos - Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	(100)	d)
Propriedades de Investimento - Aplicação do justo valor	29	d)
VARIAÇÃO ENTRE NCAS E IFRS	(10.529)	
Valor da rubrica "Outras reservas e resultados transitados" em IFRS	11.535	
VARIACÃO NA RUBRICA RESULTADOS LÍQUIDOS		
Valor da "rubrica resultado líquido" em NCAS	(9.707)	
Outros Activos Tangíveis - uso de "deem cost" na transição	(9)	b)
Impostos Diferidos - Outros activos tangíveis	2	b)
Benefícios de empregados - Acerto de custos diferidos e corredor NCA	0	c)
Propriedades de Investimento - Anulação das amortizações	295	d)
Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	216	d)
Impostos diferidos - Propriedades de Investimento - Anulação da imparidade	(57)	d)
Propriedades de Investimento - Aplicação do justo valor	(353)	d)
VARIAÇÃO ENTRE NCAS E IFRS	94	
Valor da rubrica "Resultado líquido" em IFRS	(9.613)	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF) E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

O Banco de Portugal através das suas Cartas - Circulares 97/2008/DSB de 3 de Dezembro de 2008 e 58/2009/DSB de 5 de Agosto de 2009, veio reiterar a necessidade das instituições darem o adequado cumprimento às recomendações do Financial Stability Forum (FSF), constantes do relatório "Report of the Financial Stability Forum on Enhancing Market and Institutional Resilience", assim como às recomendações do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) transcritas nos relatórios "CEBS report on banks' transparency on activities and products affected by the recent market turmoil" e "Report on issues regarding the valuation of complex and illiquid financial instruments", no que se refere à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade.

As recomendações materializam-se no questionário anexo à Carta - Circular 46/2008/DSB de 15 de Julho de 2008, para o qual o Finibanco, SA dá cumprimento no presente Anexo.

I. Modelo de Negócio**1. Descrição do modelo de negócio**

No ponto 2 do Relatório de Gestão, é feita a descrição pormenorizada do modelo de negócio do Banco com referência à actividade das diversas áreas de negócio e respectiva evolução no exercício de 2009, assim como a explicação dos critérios de afectação a cada uma delas.

2. Estratégias e objectivos

A estratégia e objectivos do Finibanco, SA estão divulgados e devidamente identificados no ponto 2.2 do Relatório de Gestão. A montagem e descrição das operações de titularização em curso no Finibanco, SA estão detalhadamente referidas na Nota 41 às Demonstrações Financeiras.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio

A descrição da importância das actividades desenvolvidas pelo Finibanco, SA apresenta-se descrita no ponto 2 do Relatório de Gestão. A quantificação e respectiva contribuição para o negócio das diversas actividades desenvolvidas são parte integrante da Nota 39 às Demonstrações Financeiras (Relato por Segmento), que remete para o Anexo IV (Segmentação por linhas de negócio).

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir**5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição, relativamente a cada actividade desenvolvida**

A análise do ponto 2 do Relatório de Gestão, das Notas 2 (Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas) e 39 (Relato por Segmento) às Demonstrações Financeiras dá cumprimento ao solicitado nestes dois pontos.

II. Riscos e Gestão dos Riscos**6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos****7. Descrição das práticas de gestão de risco relevantes para as actividades**

No ponto 2.6 do Relatório de Gestão é explanado nas suas diversas vertentes (riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional) como o modelo de organização da gestão dos riscos no Finibanco, SA é monitorizado com a respectiva quantificação dos riscos incorridos. As notas 29 e 30 às Demonstrações Financeiras, Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda complementam a análise feita no ponto 2.6 do Relatório de Gestão no que respeita ao Risco de Mercado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados
9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos
10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido
11. Comparação de impactos entre períodos
12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados

A crise financeira internacional iniciada em 2008 e que se manteve ao longo de 2009, apesar das diversas medidas tomadas pelos governos para estimularem a economia, continuou a influenciar de forma significativa os seguintes aspectos da gestão:

Liquidez

O exercício de 2009, iniciou-se ainda com uma forte pressão sobre a liquidez fruto do elevado custo que as fontes de financiamento haviam atingido. Pese embora as dificuldades sentidas no mercado, a estrutura de financiamento do Finibanco, SA, e a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez permitiram ultrapassar a fase mais crítica sem sobressaltos de relevo.

Com o objectivo de monetização de activos ilíquidos de balanço, o Finibanco tem estruturada uma operação de titularização de créditos no montante global de 233 milhões de euros o que lhe permite a diversificação das fontes de financiamento, pelo recurso ao Eurosistema, a saber:

- Aqua Mortgages nº1 – Originador Finibanco, SA, 233 milhões de euros, RMBS, realizada em Dezembro de 2008;

Paralelamente o Finibanco, SA ainda tem em curso uma operação de titularização de créditos a PME's no montante de 250 milhões de euros em que o fim do período de 3 anos de revolving ocorrerá em Junho de 2010, embora exista a possibilidade de o prolongar.

Fruto do anteriormente referido, ao longo do 2009, o recurso ao financiamento junto do Eurosistema registou um incremento acentuado, tendo atingido 190 milhões de euros no final do exercício, com uma maturidade de contratação de 1 ano, resultando numa diminuição da dependência dos depósitos de elevados montantes a taxas mais elevadas.

Nesta conjuntura, os recursos de clientes registaram uma ligeira diminuição (-3,4%), embora se continue a registar um grau de transformação dos recursos em crédito estável e confortável (101,4%), mantendo-se, ainda assim, como a principal fonte de financiamento.

Já no decorrer do exercício de 2010 o Finibanco, SA emitiu 15 milhões de euros de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados, ao abrigo do Programa de Emissão de Títulos Representativos de Dívida do Finibanco até ao montante de 100 milhões de euros, datado de Dezembro de 2009. O referido Programa será válido para Ofertas Públicas de Valores Mobiliários Representativos de Dívida e para a admissão à cotação de uma ou mais emissões desses Valores, se a mesma for requerida pela Emitente, pelo prazo de 12 meses a contar da data da sua publicação.

Ao longo do exercício de 2009, o Finibanco, SA manteve excedentes de liquidez. A partir do 2º semestre de 2009 os confortáveis níveis de liquidez permitiram uma aplicação média dos excedentes em 'Hot-Moneys'. Já no decurso do exercício de 2010 procedeu-se ao investimento em Dívida Pública, reforçando-se assim a capacidade de acesso ao Eurosistema.

Resultados

A crise financeira associada à deterioração das condições económicas penalizou a margem financeira e provocou um agravamento do nível das imparidades para crédito.

A margem financeira foi afectada pela descida abrupta da Euribor associada à dificuldade de a repercutir no “pricing” dos depósitos e na indexação da carteira de crédito àquele referencial, apesar do esforço do ajustamento dos spreads realizado em 2009, que também não foi compensado pelo crescimento da actividade creditícia.

A margem financeira de intermediação registou em 2009, uma quebra de 4,8%, correspondendo a uma diminuição de 3,0 milhões de euros.

Em consequência da grave crise económica na actividade nacional, o nível de imparidades da carteira de crédito foi reforçado em 28,9 milhões de euros, traduzindo-se num acréscimo de 9,0 milhões de euros.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 2009, Os Resultados em operações financeiras ascenderam a 16,9 milhões de euros, incorporando as mais-valias realizadas na actividade de *trading*. A carteira de negociação diminuiu, situando-se em 7,3 milhões de euros.

Sugere-se a consulta do ponto 2.9 do Relatório de Gestão (Análise Económica e Financeira), para melhor complementar a análise dos Resultados, assim como as Notas às Demonstrações Financeiras, seguidamente enunciadas:

- Nota 5 – Activos financeiros detidos para negociação;
- Nota 6 – Activos financeiros disponíveis para venda;
- Nota 22 – Imparidade acumulada e provisões acumuladas;
- Nota 29 – Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados;
- Nota 30 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda.

Capitais Próprios

Os Capitais próprios aumentaram 34,3 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2008, em consequência do aumento de capital realizado em Agosto de 2009, no montante de 40 milhões de euros. O capital social passou assim de 120 milhões para 160 milhões de euros. O reforço dos capitais próprios, permitiu que o rácio de solvabilidade se situe agora em 11,7% e o Core TIER I em 8,2%.

Conforme referido neste ponto sobre a Liquidez, já no decorrer do exercício de 2010 o Finibanco, SA emitiu 15 milhões de euros de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com Juros Condicionados que permitirá um reforço adicional dos níveis de solvabilidade, uma vez que o Banco de Portugal considerou que a emissão reúne as condições necessárias para que o montante emitido possa ser considerado no cômputo dos fundos próprios de base (Tier 1), no segmento sujeito a um limite de 35%.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade

Não aplicável.

14. Risco de perda máxima

Os impactos provenientes do período de turbulência estão incorporados nos diversos tipos de risco da seguinte forma:

- **No Risco de Crédito:** o Modelo de avaliação e quantificação de risco de crédito, está subdividido em vários sub-modelos, os quais procuram explicar as diversas vertentes inerentes ao risco da carteira de crédito, nomeadamente o Modelo de Índices Macro Económicos que efectua a agregação de um conjunto de séries temporais de índices macroeconómicos, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, ou por outras Instituições que publiquem índices de forma regular;
- **No Risco de Cotações e Índices:** é utilizada a metodologia VaR, na qual é feita a avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos, em função do comportamento passado. Também são quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de stress, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados;
- **No Risco de Taxa de Juro:** são realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada e no cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.
- **No Risco de Liquidez:** é feita a monitorização e gestão diária dos níveis de liquidez, com reporte diário ao Banco de Portugal.

Sugere-se a consulta do ponto 2.6 do Relatório de Gestão (Gestão do Risco) de forma a complementar e quantificar o referido nesta questão.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

15. Responsabilidades da própria instituição e resultados

A Nota 18 às Demonstrações Financeiras (Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados), faz a discriminação da dívida emitida, a referência ao justo valor dos instrumentos financeiros assim como ao cálculo do cupão de cada um dos empréstimos emitidos.

A Nota 44 às Demonstrações Financeiras (Justo valor de instrumentos financeiros) apresenta a análise aos métodos de valorização pelas categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas Demonstrações Financeiras. O justo valor dos instrumentos financeiros segue as políticas contabilísticas definidas no ponto 2.4 do anexo às Demonstrações Financeiras. As técnicas de valorização dos instrumentos financeiros e de negociação e ao justo valor através de resultados baseiam-se no cálculo do valor presente dos fluxos futuros. Para os instrumentos mais complexos, incorporados nos produtos estruturados, foram utilizados os seguintes modelos de valorização: Black, Black-Scholes, Hull&White e simulações de Monte Carlo dos processos log-normais dos activos subjacentes.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência**16. Valor nominal e justo valor das exposições**

As Notas 5 e 6, Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda, respectivamente, detalham por tipo de categoria os activos detidos pelo Banco, encontrando-se discriminados no Anexo II das Notas às demonstrações Financeiras do presente Relatório e Contas.

17. Mitigantes do risco de crédito

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições do Banco

Sugere-se a consulta do ponto 2.6 do Relatório de Gestão (Gestão do Risco) de forma a complementar e quantificar o referido nesta questão.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos

Sugere-se a consulta do ponto 2.9 do Relatório de Gestão (Análise Económica e Financeira), para melhor complementar a análise dos Resultados, assim como as Notas às Demonstrações Financeiras, seguidamente enunciadas:

- Nota 5 – Activos financeiros detidos para negociação;
- Nota 6 – Activos financeiros disponíveis para venda;
- Nota 29 – Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados;
- Nota 30 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda;

20. Explicações acerca das exposições que não tenham sido consolidadas

Não aplicável

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados

Não aplicável.

V. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência**22. Produtos estruturados**

Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 às Demonstrações Financeiras (Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE)

As divulgações sobre estas entidades encontram-se na Notas 2 e 41 às Demonstrações Financeiras, Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas e Operações de Titularização, respectivamente.

24. Justo valor dos instrumentos financeiros

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros

Sugere-se a consulta do ponto 2.6 do Relatório de Gestão (Gestão do Risco), assim como as Notas às Demonstrações Financeiras, seguidamente enunciadas:

- Nota 2 – Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas;
- Nota 5 – Activos financeiros detidos para negociação;
- Nota 6 – Activos financeiros disponíveis para venda;
- Nota 44 – Justo valor dos instrumentos financeiros.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas e dos princípios de divulgação

Sugere-se a leitura da Nota 2 às Demonstrações Financeiras (Bases de apresentação, comparabilidade e resumo das principais políticas contabilísticas).

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FINIBANCO S.A.

INVENTARIO DE TÍTULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

ANEXO II

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor		Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação		Valor do balanço (em moeda)	Valor de Balanço em Euros		
			nominal					Bruto	Líquido	
CREDITOS TITULADOS										
Títulos										
Emitidos por residentes										
Títulos de dívida										
De outros residentes										
VIC SGPS 2006 1ªEm.	473.200	EUR	5,00	5,000000	-	-	EUR	2.366.000,00	2.366.000,00	2.366.000,00
VIC SGPS 2005	344.386	EUR	5,00	5,000000	-	-	EUR	1.721.930,00	1.721.930,00	1.721.930,00
INCOMPOL-Industria de Componentes, Lda.	25	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00
FINIBANCO HOLDING 08/11 JUNHO	8.593.280	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	42.966.400,00	42.966.400,00	42.966.400,00
FINIBANCO HOLDING 08/13 NOVEMBRO	3.400.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	17.000.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00
FINIBANCO HOLDING 08/14 DEZEMBRO	5.600.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	28.000.000,00	28.000.000,00	28.000.000,00
LESTINVEST SGPS II - 9ªEmissão	299	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	14.950.000,00	14.950.000,00	14.950.000,00
LESTINVEST SGPS II - 10ªEmissão	56	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	2.800.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00
LESTINVEST SGPS - 7ªEmissão	38	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	1.900.000,00	1.900.000,00	1.900.000,00
LESTINVEST SGPS - 8ªEmissão	118	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	5.900.000,00	5.900.000,00	5.900.000,00
LESTINVEST SGPS - 9ªEmissão	196	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	9.800.000,00	9.800.000,00	9.800.000,00
LESTINVEST SGPS - 10ªEmissão	20	EUR	50.000,00	50.000,00	-	-	EUR	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
								129.654.330,00		129.654.330,00
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO										
Títulos										
Emitidos por residentes										
- Instrumentos de dívida										
Outros										
Dívida subordinada										
FINICREDITO 07/17 Ob. Cx. Sub.	3.000	EUR	50,00	41,55	-	-	EUR	124.945,20	124.945,20	124.945,20
- Instrumentos de capital										
MARTIFER SGPS NOM.	8.910	EUR	0,50	9,34	EUR	3,340	EUR	29.759,40	29.759,40	29.759,40
COFINA SGPS.	103.631	EUR	0,25	0,77	EUR	1,060	EUR	109.848,86	109.848,86	109.848,86
SONAE CAPITAL	634.700	EUR	1,00	0,66	EUR	0,830	EUR	526.801,00	526.801,00	526.801,00
Emitidos por não residentes										
- Instrumentos de capital										
QUEENS - S WALK INVESTMENT	21.220	EUR		8,11	EUR	2,750	EUR	58.355,00	58.355,00	58.355,00
VALLOUREC	23.473	EUR	4,0000	87,58	EUR	127,050	EUR	2.982.244,65	2.982.244,65	2.982.244,65
ABERCROMBIE & FITCH	200	USD	0,0100	27,15	USD	34,850	USD	6.970,00	4.838,26	4.838,26
- Outros										
GLG EMERGING MARKETS SPECIAL ASSETS FUND E	7.214,14	EUR		91,66	EUR	64,140	EUR	462.714,94	462.714,94	462.714,94
								4.299.507,31		4.299.507,31
OUTROS ACTIV. FIN. AO JUST. VALOR ATRAV. DE RESULT.										
Títulos										
Emitidos por não residentes										
Instrumentos de dívida										
Outros não residentes										
NOMURA CLN 07/12/14	100,00	EUR	100.000,00	100.000,00	EUR	103.540,50	EUR	10.354.051,00	10.354.051,00	10.354.051,00
								10.354.051,00		10.354.051,00
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA										
Títulos										
Emitidos por residentes										
Instrumentos de dívida										
Instrumentos de dívida pública										
O.T. - SET 2013 5,45%	255.000.000	EUR	0,01	0,011213	EUR	0,0110	EUR	2.794.851,00	2.794.851,00	2.794.851,00
O.T. - JUN 2011 5,15%	120.000.000	EUR	0,01	0,009854	EUR	0,0105	EUR	1.262.208,00	1.262.208,00	1.262.208,00
O.T. - JUN 2014 4,375%	50.000.000	EUR	0,01	0,010037	EUR	0,0106	EUR	529.690,00	529.690,00	529.690,00
O.T. - JUN 2018 4,45%	50.000.000	EUR	0,01	0,009999	EUR	0,0104	EUR	519.405,00	519.405,00	519.405,00
O.T. - ABR 2011 3,20%	530.000.000	EUR	0,01	0,009606	EUR	0,0102	EUR	5.424.497,00	5.424.497,00	5.424.497,00
De outros residentes										
- Adquiridos no Âmbito de Operações de Titularização										
AQUA SME Nº1 CLASSE C	6.950.000	EUR		1,000000	-	-	EUR	6.950.000,00	6.950.000,00	6.950.000,00
TAGUS CLASSE C	3.500	EUR		1.264,285714	-	-	EUR	4.425.000,00	4.425.000,00	4.425.000,00
- Instrumentos de capital										
PROCAPITAL - Investimentos imobiliários, SA.	76.940	EUR	4,99	8,979822	-	-	EUR	690.907,53	690.907,53	0,00
MATUR	50	EUR	4,99	0,498798	-	-	EUR	24,94	24,94	24,94
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA.	5.882	EUR	4,99	63,60	-	-	EUR	374.098,42	374.098,42	374.098,42
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA.	20.000	EUR	4,99	81,92	-	-	EUR	1.638.351,57	1.638.351,57	1.638.351,57
AVENIDA DOS ALIADOS SA	4.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Emitidos por não residentes										
Instrumentos de dívida										
Emissores Públicos Estrangeiros										
BUNDESOBLIGATION 2,5% 08/10/2010	500.000.000	EUR	0,01	0,009528	EUR	0,0101	EUR	5.068.700,00	5.068.700,00	5.068.700,00
Outros não residentes										
CHEYNE CAPITAL GUARANTEED CREDIT NOTES	9.000.000,00	EUR		1,00	EUR	0,9487	EUR	8.538.300,00	8.538.300,00	8.538.300,00
Instrumentos de capital										
S.W.I.F.T. - Society For Worldwide Interbank Financial Telecomm	9	EUR	123,95	908,94	-	-	EUR	8.180,49	8.180,49	8.180,49
Outros										
CHEYNE TOT RET CRED FD 1 CLASS C	25.000,00	EUR		100,00	EUR	92,027	EUR	2.300.675,00	2.300.675,00	2.300.675,00
GLG EMERGING MARKETS SPEC SITS FUND CLASS B	8.770,39	USD		79,15	USD	47,43	USD	415.949,91	288.733,80	288.733,80
								40.833.622,75		40.142.715,22
TOTAL										
								185.141.511,07		184.450.603,54

FINIBANCO S.A.

ANEXO III

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

Movimento do exercício de 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aquisições	Transf.	Amortizações do Exercício	Regulariz.	Abates (líquido)	Imparidade Acumulada	Valor líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas							31-12-2009
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS									
. Sistemas de tratamento automático de dados	13.308	11.499	778	293	1.004	0	0	0	1.876
. Activos intangíveis em curso	303	0	30	(293)	0	27	0	0	13
. Outros activos intangíveis	93	32	0	0	0	0	0	0	61
	13.704	11.531	808	0	1.004	27	0	0	1.950
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS									
Imóveis									
. Imóveis de serviço próprio	15.306	3.724	0	0	642	0	0	0	10.940
. Obras em imóveis arrendados	28.582	13.855	503	422	2.004	1	0	0	13.647
. Outros imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	42.349	29.581	1.856	0	4.454	0	23	0	10.147
Activos em locação operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos em locação financeira	2.466	2.466	0	0	0	0	0	0	0
Activos tangíveis em curso	779	0	393	(422)	0	48	0	0	702
Outros activos tangíveis	3.612	1.030	22	0	212	0	0	0	2.392
	93.094	50.656	2.774	0	7.312	49	23	0	37.828
TOTAIS	106.798	62.187	3.582	0	8.316	76	23	0	39.778

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO, SA

ANEXO IV

 SEGMENTAÇÃO POR LINHAS DE NEGOCIO
 31 de Dezembro de 2009
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

	Corporate Finance	Trading & Sales	Corretagem (Retalho)	Actividade Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	0	23.234	0	153.233	70.456	0	0	0	0	(81.744)	165.179
Clientes externos	0	21.207	0	82.989	60.983	0	0	0	0	0	165.179
Inter-segmentos	0	2.027	0	70.244	9.473	0	0	0	0	(81.744)	0
Juros e encargos similares	0	25.802	0	99.558	52.673	0	0	0	0	(81.744)	96.289
Clientes externos	0	25.802	0	54.617	15.870	0	0	0	0	0	96.289
Inter-segmentos	0	0	0	44.941	36.803	0	0	0	0	(81.744)	0
Rendimentos de instrumentos de capital	0	1.844	0	0	0	0	0	0	0	0	1.844
Margem Financeira	0	(724)	0	53.675	17.783	0	0	0	0	0	70.734
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	857	(273)	689	3.841	3.362	4.504	425	28	0	0	13.433
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	0	14.882	0	0	0	0	0	0	0	0	14.882
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	631	0	0	0	0	0	0	0	0	631
Resultados de reavaliação cambial	0	1.420	0	0	0	0	0	0	0	0	1.420
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	0	0	0	0	(1.456)	0	0	(1.456)
Outros resultados de exploração (líquidas)	0	0	0	10.105	1.784	582	0	(821)	0	0	11.650
Produto Bancário	857	15.936	689	67.621	22.929	5.086	425	(2.249)	0	0	111.294
Custos de estrutura	483	4.712	1.261	72.399	12.700	2.251	378	678	0	0	94.862
Pessoal	260	2.387	606	42.960	6.804	650	138	374	0	0	54.179
Gastos	191	2.041	576	22.343	4.834	1.578	211	298	0	0	32.072
Amortizações	32	284	79	7.096	1.062	23	29	6	0	0	8.611
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	0	528	0	12.492	15.871	0	0	0	0	0	28.891
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados antes de impostos	374	10.696	(572)	(17.270)	(5.642)	2.835	47	(2.927)	0	0	(12.459)
Imposto diferidos											(3.003)
Imposto corrente											251
Resultado líquido do exercício											(9.707)
Crédito a clientes (Liq.)	0	0	0	1.158.540	1.120.936	0	0	0	0	0	2.279.476
Crédito Bruto	0	0	0	1.183.526	1.141.925	0	0	0	0	0	2.325.451
Provisões	0	0	0	24.986	20.989	0	0	0	0	0	45.975
Débitos para com clientes	0	65.771	0	1.829.170	241.364	0	0	0	0	0	2.136.305
Activo	62	544.357	363	1.232.732	1.125.975	55	45	48.005	99.299		3.050.893
Passivo	0	754.268	0	1.842.325	250.602	0	0	0	31.471		2.878.666
Investimento tangível (no período)	4	49	141	2.236	335	3	4	2	0		2.774
Investimento intangível (no período)	3	60	44	603	90	2	3	3	0		808

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, do Finibanco, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 3.050.893 milhares de euros e um total de capital próprio de 172.227 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9.707 milhares de euros), as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, da Variação nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável

sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Finibanco, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas no Aviso 1/2005 do Banco de Portugal, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, objectiva e lícita.

Lisboa, 15 de Março de 2010

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Excelentíssimos Senhores Accionistas do

Finibanco, S.A.:

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal do Finibanco, S.A. vem apresentar o relatório da sua actividade no exercício de dois mil e nove, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais relativos àquele ano, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração e ainda sobre o desempenho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Para os devidos e legais efeitos e nos termos do artigo 245.º, número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório e contas de 2009 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Finibanco, S.A., e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Finibanco, S.A, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

O Conselho Fiscal reuniu assiduamente, pelo menos mensalmente, e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com o Conselho de Administração da Sociedade e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias. Com efeito, periodicamente foram disponibilizados Mapas Financeiros, através dos quais foi possível tomar conhecimento das variações patrimoniais ocorridas.

No seu desempenho, o Conselho Fiscal procedeu também às verificações que por lei lhe estão conferidas, não lhe tendo sido criados quaisquer constrangimentos, o que realça com satisfação.

De igual modo, este órgão acompanhou a actividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que avalia muito positivamente, tendo, desta forma, igualmente obtido elementos úteis ao desenvolvimento das suas funções de fiscalização.

O Conselho Fiscal elaborou, ainda, o parecer previsto no Aviso nº 5 de 2008 do Banco de Portugal, acerca do Sistema de Controlo Interno, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com o Conselho de Administração e com os diversos serviços do Banco.

O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas e sem ênfases, tendo também apreciado a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação de resultados.

Porto, 16 de Março de 2010

O Conselho Fiscal

José Rodrigues de Jesus
Presidente

António Monteiro de Magalhães

Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

ANEXOS

Anexos

Informação sobre as Participações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros dos Órgãos Sociais, em 31.12.2009, não detinham acções ou obrigações do Finibanco, SA, nem efectuaram qualquer movimento durante o ano.

Lista de Titulares de Participações Qualificadas

Nos termos do Regulamento n.º 05/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, informa-se que, em 31.12.2009, a totalidade do capital social do Finibanco, SA estava na posse do Finibanco-Holding, SGPS SA.

Acções Próprias Detidas em 31.12.2009

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31.12.2009, o Finibanco, SA não detinha acções próprias nem fez qualquer movimento durante o ano.

EXTRACTO DA TRANSCRIÇÃO DE DELIBERAÇÕES UNÂNIMES POR ESCRITO

Nos termos do art. 63, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, transcrevem-se integralmente no presente livro de actas as deliberações unânimes por escrito, de trinta e um de Março de dois mil e dez, cujo original se anexa, rubricado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Finibanco, SA e pelo Secretário da Sociedade.

“Aos trinta e um dias do mês de Março, do ano de dois mil e dez, a FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A., detentora da totalidade do capital social e representada pelo Vogal do Conselho de Administração, Armando Esteves, tomou, na qualidade de accionista único da sociedade comercial FINIBANCO, SA, pessoa colectiva número quinhentos e cinco milhões, oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e seis, com sede na Rua Júlio Dinis, número cento e cinquenta e sete, Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com igual número e com o capital social de cento e sessenta milhões de euros, integralmente realizado, as seguintes deliberações unânimes por escrito, ao abrigo do disposto no artigo cinquenta e quatro, número um, do Código das Sociedades Comerciais:

UM: Aprovar um voto de profundo pesar pelo falecimento do Presidente do Conselho de Administração, Álvaro Pinho da Costa Leite, ocorrido em quatro de Novembro de dois mil e nove, fundador e grande impulsionador que foi do Grupo Finibanco.

DOIS: Aprovar o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de dois mil e nove e a fiscalização da sociedade, conforme documentos anexos.

TRÊS: Aprovar a proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e nove apresentada pelo Conselho de Administração, cujo teor é o seguinte:

“O resultado do exercício de dois mil e nove do Finibanco, SA foi negativo em nove milhões, setecentos e seis mil e seiscentos e onze euros e noventa e dois cêntimos, propondo o Conselho de Administração que o mesmo seja levado a resultados transitados”

QUATRO: Aprovar um voto de confiança em todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, relativo ao desempenho dos respectivos cargos no exercício de dois mil e nove.

.....

Porto, trinta e um de Março de dois mil e dez, Armando Esteves, Administrador com poderes de representação do FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A., conforme carta de representação em anexo, accionista único, detentor da totalidade do capital social da sociedade comercial FINIBANCO, SA.”

Porto, 12 de Abril de 2010

António Alfredo Martins Manso Gigante, Secretário do Finibanco, SA, certifica, nos termos da alínea f) do n.º 1 do art.º 446-B do Código das Sociedades Comerciais, que o extracto da Transcrição das Deliberações Unânimes por Escrito, exarada a folhas 57 e 58 do Livro de Actas da Assembleia Geral do Finibanco, SA, é verdadeira, completa e actual e que, da parte restante da referida Transcrição, nada consta que amplie, restrinja, modifique ou condicione a fracção aqui certificada.

O Secretário do Finibanco, SA

António Alfredo Martins Manso Gigante

Exmo. Senhor
Presidente da Mesa da Assembleia Geral
FINIBANCO, S.A.
Rua de Júlio Dinis, 157
4050-323 PORTO

Porto, 26 de Março de 2010

Exmo. Senhor

Servimo-nos da presente para informar V. Exa. de que o Finibanco-Holding, SGPS S.A. delegou no Vogal do Conselho de Administração, Armando Esteves, plenos poderes de representação para, em substituição da Assembleia Geral do Finibanco, S.A., ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, subscrever um documento com as Deliberações Unânicas por Escrito, relativas à aprovação do relatório e contas, à aplicação de resultados, à apreciação da administração e fiscalização da sociedade, à autorização do Conselho de Administração para aquisição e alienação de obrigações próprias e à designação do Presidente do Conselho de Administração

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos

FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A.
Conselho de Administração